

Diego Pautasso

A CHINA NA TRANSIÇÃO DO SISTEMA MUNDIAL:

SUAS RELAÇÕES COM EUA E ÍNDIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS

2006

Dissertação defendida e aprovada, em 08 de dezembro de 2006, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (PPGCP/UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi (PPGCP/UFRGS)

Prof. Dr. Aldomar Rückert (PPGGeo/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao prof. Marco Cepik, meu grande mestre orientador da dissertação que, além de todo apoio fornecido, contribuiu com o rigor teórico na pesquisa acadêmica. Não poderia me esquecer das pessoas que contribuíram na minha formação acadêmica: o prof. Álvaro Heidrich, orientador de iniciação científica da graduação em Geografia (UFRGS), que me ensinou as primeiras noções em ciência, e o prof. Paulo Vizentini, com quem obtive parte importante da minha formação e que continua a servir de referência como pesquisador na área de política internacional. Sou muito grato ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política desta Universidade.

Não poderia me esquecer do meu orientador de prática de ensino, prof. Antônio Castrogiovanni, que me transmitiu o profissionalismo e a dedicação à educação, e aos meus alunos do CMPA e do Clube de Cultura, sempre dispostos a discutir, suscitando-me novas reflexões.

Agradeço também ao Elias Jabbour, companheiro que me deu apoio na dissertação e que me inspira nos estudos sobre desenvolvimento nacional e socialismo na periferia do sistema mundial, especialmente sobre a experiência chinesa, e ao José Miguel Martins, colega com quem debati a ascensão da China e o rearranjo de forças na região.

Por fim, agradeço ao William Papi, amigo com o qual sempre pude contar, compartilhando minhas inquietações teóricas e políticas; à minha namorada, Andréa Milán, que esteve comigo ao longo da minha formação na graduação e no mestrado, dando todo incentivo e apoio; e à minha família, meu pai Mauro, minha mãe Vera e meu irmão Giovanni, que me deram todo o suporte necessário para que eu chegasse até aqui.

EPÍGRAFE

À imagem das sociedades ocidentais, a maioria dos intelectuais já não consegue enxergar claramente no espelho do futuro. Parece que se deixaram invadir pelo desassossego, intimidados pelo choque das novas tecnologias, perturbados pela mundialização da economia, preocupados pela degradação do meio ambiente, desconfiados em relação às grandes instituições estatais (parlamento, justiça, polícia, escola, medicina, mídia) e, enfim, consideravelmente desmoralizados por uma corrupção proliferante que está gangrenando tudo [...] O horizonte da esperança parece ter recuado a tal ponto que raros são os intelectuais que percebem o nascimento de novos sonhos coletivos

Ramonet, Ignacio. ***Geopolítica do Caos***. 1998

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	p. 10
1 - O DESENVOLVIMENTO CHINÊS: AS BASES DO PODER	p. 15
1.1 Da incorporação subordinada à reconstrução nacional	p. 16
1.2 A reorientação e desafios do desenvolvimento: subindo a escada?	p. 22
1.3 A inserção chinesa e a “asianização” da Ásia	p. 37
2 - A CHINA E OS EUA: ENTRE A COOPERAÇÃO E O CONFLITO	p. 46
2.1 Do isolamento diplomático à aliança sino-americana	p. 47
2.2 A projeção chinesa e os desafios geoestratégicos com os EUA	p. 52
3 - A CHINA E A ÍNDIA: REORIENTAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS	p. 65
3.1 Os conflitos da Guerra Fria	p. 66
3.2 A reaproximação e a redefinição das alianças	p. 73
4 - A DINÂMICA TRIANGULAR: REORDENAMENTO DE PODER E CENÁRIOS	p. 82
4.1 O reordenamento mundial e o papel da China-Ásia-Pacífico	p. 83
4.2 Alguns cenários possíveis	p. 94
4.2.1 A troca das alianças	p. 95
4.2.2 O triângulo estratégico e o isolamento dos EUA	p. 100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 109
BIBLIOGRAFIA	p. 117

ÍNDICE DE TABELAS, MAPAS E ESQUEMAS

Tabela 1 – Relação IED/PIB na China	p. 20
Tabela 2 – Crescimento econômico das províncias do interior chinês (2000-2003) ..	p. 24
Tabela 3 – Taxa de crescimento real do salário médio na China	p. 25
Tabela 4 – Evolução do PIB per capita na China	p. 26
Tabela 5 – Relação Poupança/PIB nominal na China (%)	p. 28
Tabela 6 – Competitividade chinesa no comércio internacional	p. 29
Tabela 7 – Mercado dos EUA para o comércio exterior da China	p. 50
Tabela 8 – Comércio da China com os EUA (em US\$ bilhões)	p. 51
Tabela 9 – Dados comparativos da China e da Índia em 2005	p. 75
Tabela 10 – Desempenho macroeconômico chinês I	p. 79
Tabela 11 – Desempenho macroeconômico chinês II	p. 80
Tabela 12 – Comércio sino-indiano	p. 97
Esquema 1 – Cenário da Guerra Fria	p. 65
Esquema 2 – Cenário 1: A troca das alianças	p. 90
Esquema 3 – Cenário 2: O <i>triângulo estratégico</i> e o isolamento dos EUA	p. 96
Mapa 1 – Províncias da China e áreas territoriais em disputa	p. 24
Mapa 2 – Exportações mundiais para a China	p. 35
Mapa 3 – Importações mundiais da China	p. 35
Mapa 4 – Conflitos na Ásia Meridional	p. 63
Gráfico 1 – Balança comercial da China com o mundo e a ASEAN	p. 34
Gráfico 2 – Origem das importações chinesas de manufaturados	p. 36

LISTA DE ABREVIACÕES

APEC – Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>)	OCS – Organização para Cooperação de Shangai
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático (<i>Association of Southeast Asia Nations</i>)	OMC – Organização Mundial do Comércio
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento	ONU – Organização das Nações Unidas
BJP – Bharatiya Janata Party	OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (<i>Chinese-Brazilian Earth Resources Satellite</i>)	OTASE – Organização do Tratado do Sudeste Asiático
CONTRASBAT – Batlhão da Ásia Central (<i>The Central Asian Battalion</i>)	PCC – Partido Comunista da China
FMI – Fundo Monetário Internacional	RCT – Revolução Científico-Tecnológica
FOCAC – Fórum de Cooperação Sino-Africano	SAARC – Associação para Cooperação Regional do SuL da Ásia (<i>South Asian Association for Regional Cooperation</i>)
IBAS – Índia, Brasil e África do Sul	TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
IED – Investimento Externo Direto	URSS – União da Repúblicas Socialistas Soviéticas
NEP – Nova Política Econômica (<i>Novaya Ekonomiceskaya Politika</i>)	ZEE – Zona Econômica Especial
	ZPE – Zona de Processamento de Exportação

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a ascensão internacional da China e suas relações com a Índia e os EUA. O argumento central é o de que a China está se tornando o centro gravitacional da Ásia-Pacífico, região que está assumindo a dianteira na 3ª Revolução Industrial, e, por sua vez, do processo de transição em curso no sistema mundial. A ascensão da China é parte de um longo ciclo de incorporação do país ao moderno sistema mundial, que inicialmente se processou de forma subordinada, por intermédio das Guerras do Ópio, mas vem assumindo notável importância após a Revolução e as Reformas. Com as Reformas a China vai criando as condições objetivas, internas e internacionais, para transformar-se em um Estado-pivô, catalisando as dinâmicas regionais da Ásia-Pacífico e projetando-se globalmente. Assim, a aproximação da China com os EUA, nos anos 1970, transforma-se no núcleo do rearranjo de poder mundial. Nesse rearranjo de poder tanto regional quanto global, a Índia tem crescente relevância, pois pode influenciar decisivamente a ascensão da China e da Ásia-Pacífico, assim como a recolocação dos EUA no sistema mundial. Por isso, a dinâmica triangular China, EUA e Índia contém parte importante das respostas relativas aos novos pólos emergentes no espaço mundial e ao grau de conflitividade que esta transição pode produzir.

Palavras-Chave: China, EUA e Índia; transição no sistema mundial; Ásia-Pacífico; pólos de poder emergentes; hegemonia dos EUA.

ABSTRACT

The purpose of this work is to discuss the international ascension of China and its relationship with India and USA. The main argument of this text is that China has become the gravitational center of Pacific-Asia, region which is assuming the front in the third industrial revolution and, considering this, also the transition process in operation in the worldwide system that in an early moment was processed by China in a subordinate form (as seen through Opium War), but which has assumed a remarkable importance after the revolution and the reforms. By these reforms, China creates the objective condition, inside the country and internationally, to transform itself in a Pivot State, catalysing the regional dynamics of Asia-Pacific and projecting itself in the globe. Then, the approximation between China and USA, in the 1970s, has increased its significance, because it may influence in a decisive way the rising of China and the Asia-Pacific, besides the replacement of USA in the worldwide system. The triangular dynamics of China, USA and India contains an important part of the answers relative to the new rising poles in the worldwide system and to the level of conflict which this transition might produce.

Key-words: China, USA and India; transition in the worldwide system; Asia-Pacific; rising poles of power; hegemony of USA.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a ascensão internacional da China e suas relações com a Índia e com os EUA. O argumento central é o de que a China está se tornando o centro gravitacional da Ásia-Pacífico, região que está assumindo a dianteira na 3ª Revolução Industrial. Com isso, torna-se cada vez mais um país estratégico na transição em curso no sistema mundial. A ascensão chinesa tem sido (e será) condicionada pela reação da nação hegemônica, os EUA, bem como pela redefinição do papel da Índia na região.

Para compreender a ascensão da China é importante analisar, ainda que de forma breve, a revolução liderada por Mao Tsé-Tung em 1949. Esse movimento revolucionário de caráter nacional-popular interrompe a incorporação subordinada do país ao nascente moderno sistema mundial, possibilitada pelas Guerras do Ópio. As primeiras décadas da experiência socialista são marcadas pelos desafios da reconstrução nacional e da manutenção da integridade territorial. Entretanto, os conflitos sino-soviéticos aprofundam as dificuldades, culminando num período de percalços internos e de isolamento diplomático.

É nesse contexto que a China realiza uma inserção geopolítica de grande envergadura, pela aproximação estratégica com os EUA. E foi essa inserção que possibilitou a reorientação das políticas de desenvolvimento, a partir das reformas desencadeadas pelas Quatro Modernizações de Deng Xiaoping. Com efeito, a China vai criando as condições objetivas, internas e internacionais, para transformar-se em um *Estado-pivô*. Quer dizer, em um Estado com importância geopolítica e com crescente capacidade de catalisar as dinâmicas regionais, no caso da Ásia-Pacífico, projetando-se globalmente e condicionando os fluxos geoeconômicos, a correlação de forças, os

alinhamentos diplomáticos e a estabilidade do sistema mundial¹. A China é, pois, o núcleo geográfico da *Ásia-Pacífico*², uma ampla região que inclui o Extremo Oriente (China, Mongólia, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Japão e Taiwan) e o Sudeste da Ásia (Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas, Vietnã, Laos, Camboja e Tailândia), estando circundada pela Ásia Setentrional (Rússia), Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Quirguistão) e Meridional (Paquistão, Índia, Nepal, Butão, Bangladesh, Mianma e Sri Lanka).

As relações entre China e EUA, sobretudo após a aproximação realizada nos anos 1970, foram decisivas não só na evolução da política externa desses países, mas também na reordenação de forças proporcionadas pela erosão da Guerra Fria. A aliança sino-americana marcou uma aproximação que destoava da polarização da Guerra Fria, produzindo uma nova geometria do poder mundial e condicionando seu esgotamento. O fim da Guerra Fria, contudo, abriu um período de transição no sistema mundial, impondo desafios geoestratégicos a esta aliança. Nessa região, os EUA têm tido crescentes dificuldades para manter sua hegemonia, em grande medida devido à ascensão chinesa na Ásia-Pacífico.

Os EUA, somente após a Segunda Guerra Mundial, conquistaram a condição de potência *hegemônica*, isto é, de um poder dominante e consentido, com capacidade de apresentar-se como portador de um interesse geral (e de ser percebido assim)³, conformando os traços gerais do sistema mundial (organizações internacionais,

¹ KENNEDY, P. Pivotal States and U.S. Strategy. In: *American Foreign Policy*. Annual Editions: 1998, p. 56-58. Entende-se por Estado-pivô aquele cuja dinâmica afeta a estabilidade regional e internacional, devido à grande população, à importante posição geográfica e ao potencial econômico, amparando-nos na noção de Halford Mackinder.

² Este conceito de Ásia-Pacífico não incluiu as nações não-asiáticas do Pacífico: EUA, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e países da América Latina.

³ ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ: 2001, p. 35-36.

articulações diplomáticas, paradigmas de acumulação econômica, etc.). Era o ponto alto de um período de acumulação de forças que se estendeu do final do século XVIII até meados do século XX, passando pela conquista da independência, pela conformação do espaço nacional e pela projeção regional de poder. Contudo, a partir dos anos 1970, a reestruturação da economia capitalista e a emergência de novos pólos de poder desencadearam um longo ciclo de reorganizações de forças no sistema mundial – que, aliás, se aceleraria drasticamente após o fim da Guerra Fria.

Especialmente depois do fim da Guerra Fria, a ascensão internacional chinesa tem-se situado cada vez mais no seio desta longa transição. A modernização interna da China tem evoluído em compasso com a liderança do país no processo de “asianização” e na formação da Organização para Cooperação de Shangai (OCS), formada em 2001. Isto é, a China assenta sua base regional de poder e fortalece seus vínculos diplomáticos, tanto para leste, com Coreia do Sul, Japão e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), quanto para oeste, com a Rússia e com os países da Ásia Central.

Nesse rearranjo de poder regional e mundial, a Índia vai assumindo crescente relevância. Se durante a Guerra Fria a Índia encontrava na URSS um contrapeso à aliança entre China e EUA, o novo quadro Pós-Guerra Fria tem produzido redefinição nas alianças e nas relações diplomáticas. De um lado, os contenciosos nas relações sino-americanas têm empurrado a China para uma aproximação estratégica com a Rússia, evidenciada na formação da OCS e na densidade das relações bilaterais. De outro, enquanto os EUA têm buscado na Índia o contrapeso à ascendência chinesa na Eurásia e no Pacífico, os dirigentes chineses têm respondido com o aprofundamento das relações com a Índia, buscando dissuadir a percepção de ameaça mútua.

É, pois, na dinâmica triangular entre China, EUA e Índia que se encontra parte importante da “charada” acerca da emergência da China e da Ásia-Pacífico no sistema mundial, bem como das formas que pode assumir a transição em curso. Contribuí, da mesma forma, para o debate em torno do desgaste e/ou reafirmação da hegemonia dos EUA com o fim da Guerra Fria, já que a Eurásia vai assumindo a condição de pivô da história mundial.

Se o término da Guerra Fria for o “início do fim” da hegemonia dos EUA, três grandes problemáticas se abrem na política internacional contemporânea: quais serão os novos pólos emergentes no sistema mundial; qual a posição que os EUA irão assumir na nova ordem mundial e qual o grau de conflitividade que esta transição pode produzir. De qualquer forma, parece que a China e, em menor medida, a Índia se configuram como um destes pólos de poder, contribuindo para a diluição relativa do poder dos EUA. Nesse sentido, os EUA têm encontrado no *hegemonismo*⁴ uma resposta desesperada à perda de poder relativo, expresso no recrudescimento das ações de força e de *coerção*, muitas vezes unilaterais, como forma de conter os pólos desafiantes e a erosão do *consentimento* que sua liderança alcançava mundialmente.

Portanto, o tema proposto pelo trabalho é de suma importância, não somente pelo caráter insipiente das pesquisas nessa área no Brasil, mas também pelas distorções produzidas por enfoques com fins instrumentais, seja pela rejeição *a priori* à recriação de desafios e experiências políticas, seja pelas visões permeadas por etnocentrismos e/ou por interesses de propaganda ideológica.

⁴ O conceito de hegemonismo equivale, nesse sentido, à noção de “dominação sem hegemonia”, isto é, que requer o uso recorrente da força e *coerção* para manter o *status* de poder conforme ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. p. 35-36.

A experiência chinesa envolve tanto, diretamente, um quinto da população mundial quanto o reordenamento de forças em escala mundial. A inserção internacional da China e suas opções políticas, por sua vez, não podem ser desconsideradas: em vez de aceitar o subdesenvolvimento, retira amplas parcelas da população da pobreza; em vez de destruir a economia estatal e coletiva, busca reestruturá-la de modo a ampliar sua eficiência internacional (mesmo em contexto adverso); em lugar de subordinar-se ao às livres forças de mercado, mantém um Estado forte com capacidade de planejar, promovendo o desenvolvimento de regiões atrasadas; em vez de fazer guerras de pilhagem, alcança a modernização de forma mais cooperativa; em lugar de aceitar passivamente o hegemonismo dos EUA, constrói alianças com países da periferia. É com esta experiência, permeada por profundas contradições e conflitos, que reclama pesquisas que pretendemos contribuir.

1 - O DESENVOLVIMENTO CHINÊS: AS BASES DO PODER

A rápida ascensão internacional da China tem-se dado por intermédio de uma dialética entre desenvolvimento interno e projeção internacional. A análise, portanto, do desenvolvimento chinês é fundamental para entender as *bases do poder* que sustentam e permitem uma sólida e influente atuação da China no mundo contemporâneo. Para isso é fundamental retomar a *reorientação das políticas* de Estado na China no final dos anos 1970.

Se a revolução nacional e popular (1949), com seu conteúdo anticolonial e antifeudal, liderada por Mao Tsé-tung assentou as bases da *reconstrução nacional*, o salto desenvolvimentista liderado por Deng Xiaoping proporcionou à China um inédito ciclo de modernização a partir dos anos 1970. De um lado, a revolução na China fez com que o país retomasse, mesmo que de forma lenta, complexa e ainda incompleta, sua condição de grande ator da política internacional, interrompendo mais de um século de subordinação internacional e de desorganização interna. De outro lado, a inserção internacional no contexto das políticas de modernização fazem da China atualmente o pólo do *processo de “asianização”* da Ásia.

Consolidando a modernização interna, o país tem assentado as *bases de poder regional*, o que lhe permite influir decisivamente no cenário internacional. A acelerada superação do atraso na China cria um mercado de dimensões continentais com capacidade de deslocar as posições de poder dos EUA na Ásia-Pacífico. Isso quer dizer que a transformação interna na China no bojo de sua modernização pode coincidir com a transição no sistema mundial, produzindo reordenamento de forças e potenciais conflitos.

1.1 Da incorporação subordinada à reconstrução nacional

*Nossa nação não será mais sujeita ao insulto e à
humilhação. Andamos de corpo erguido [...] A era em que o povo chinês era considerado
fora da civilização terminou.*

Mao Tsé-tung

O Grande Império Chinês rompe seu padrão milenar de isolamento absoluto ou relativo pela incorporação subordinada ao moderno sistema mundial em formação. Em 1820 representava 30% do Produto Mundial Bruto, enquanto a Inglaterra, potência industrial reconhecida como *rainha dos mares* e *oficina do mundo*, equivalia a pouco mais de 5%⁵. Mas, a dominação ocidental na Ásia, que se baseou maciçamente na coerção, e não no consentimento⁶, fez com que a Grã-Bretanha expulsasse a China do comando da economia da Ásia-Pacífico. Isso revelava que noções westphalianas, “baseadas na soberania e igualdade entre os Estados, seriam, na melhor das hipóteses, apenas para aplicação no cenário europeu”⁷.

Contudo, foram as Guerras do Ópio de 1839-42 e de 1856-58, por meio da imposição do “moderno narcotráfico capitalista”⁸, que colocaram a China numa singular condição de subordinação internacional. As “consequências do comércio do ópio eram tão perniciosas para a China quanto eram benéficas para a Grã-Bretanha”⁹ e para a

⁵ MADDISON, A. La economía mundial - 1820-1992. Análisis y estadísticas. In: *Perspectivas OCDE*. Paris: 1997, p. 36. Este autor aponta os EUA possuidor de menos de 2% do Produto Mundial Bruto naquele contexto.

⁶ ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. p. 228.

⁷ PINTO, P. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 59.

⁸ SUKUP, V. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol. 45, nº 2, 2002, p. 85. Através da exportação do ópio da Índia, os ingleses pagavam as importações de chá, seda, porcelana e outros bens.

⁹ ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. p. 240.

burguesia comerciante de Shangai – que depois da revolução de 1949 iria se refugiar em Taiwan.

Em nome da igualdade diplomática, a Grã-Bretanha impunha tratados desiguais, como o Tratado de Nanquim, em 1842, e o Tratado de Tianjin, em 1858, viabilizando sua dominação na Ásia. O resultado foi a sistemática pilhagem por oito potências imperialistas e as agressões japonesas que, a partir de 1931, deixaram cerca de 21 milhões de vítimas, entre mortos, feridos e incapacitados¹⁰.

Além disso, a subordinação chinesa, com a ascensão britânica na região, produziu uma profunda desorganização no país, impulsionando instabilidades e conflitos internos. A sublevação dos Tai Pings (1850-64), o movimento dos boxers (1900) e a proclamação da República (1911) marcaram um ciclo de resistência e violência. Enquanto na China o contato com o Ocidente produziu a desestruturação do Império e da sociedade, no Japão, produziu a dissolução do sistema feudal e a rápida modernização da Era Meiji (1868).

Ainda assim, o legado cultural do império chinês formou “uma fonte de inspiração para grandes figuras do Iluminismo”¹¹. Afinal, era mais fácil para muitos pensadores se identificarem com a administração laica, e seus cargos preenchidos por concursos públicos (mandarins), do que com o clero, e seu pressuposto do dogma, e/ou com a aristocracia nobiliária, e seu princípio obscurantista do privilégio fundando no berço e no sangue¹². Por isso, mesmo com uma inserção subordinada ao nascente sistema mundial, a China, como nação milenar, organizada politicamente e próspera

¹⁰ LIMA, H.; PEREIRA, D.; CABRAL, S. *China - 50 anos de República Popular*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, p. 84.

¹¹ ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. 235.

¹² LOSURDO, D. *Liberalismo*. Entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006b, p. 68-69.

economicamente, legou à modernidade capitalista ocidental fundamentos essenciais ao seu desenvolvimento, tais como: a estrutura burocrática, a ascensão meritocrática às funções de Estado, educação progressiva, entre outros.

O ciclo de resistência e violência pelo qual passou a China culminou na “mais longa guerra civil do nosso século”, iniciada em 1927 e se estendendo por mais 22 anos¹³. Durante este período ocorreu inclusive o que se chama de “holocausto esquecido”, em 1937, quando da invasão japonesa. A política japonesa dos *três tudos* (saqueia tudo, mata tudo, queima tudo) na invasão da China foi o episódio mais sangrento da Segunda Guerra Mundial, pois produziu mais mortes do que em Dresden, Hiroshima ou Nagasaki¹⁴. Foi a guerra contra o imperialismo japonês que proporcionou ao PCC o forte poder de atração sobre todas as forças de resistência nacional (inclusive burguesia e intelectualidade) e a experiência para que o projeto de reconstrução da China tivesse caráter moderno, nacional e social¹⁵.

Somente após mais de um século de subordinação internacional e instabilidades internas, a China interrompe esse ciclo político, com a revolução liderada por Mao Tsé-tung em 1949 e tendo os camponeses como principal força insurrecional¹⁶. Quer dizer,

a China chega a um desses raros momentos em que uma civilização se renova destruindo-se, sacrificando algumas das estruturas que lhe eram até então essenciais.

¹³ SCHILLING, V. *A Revolução da China: Colonialismo, Maoismo e Revisionismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 9.

¹⁴ LOSURDO, D. *Fuga da História?* Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 164.

¹⁵ AMIN, S. *Os desafios da mundialização*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006, p. 206.

¹⁶ SKOCPOL, T. *Estados e revoluções sociais*. Análise comparativa de França, Rússia e China. Lisboa: Presença, 1979, p. 251.

Para a China, a crise é ainda mais extraordinária, porque as estruturas questionadas eram milenares¹⁷.

A revolução chinesa tinha, acima de tudo, conteúdo anticolonial e antifeudal, visando à reconstrução nacional. Durante mais de um século, o atraso semifeudal na China possibilitou a interferência e o saque por parte das potências capitalistas, tornando mais grave o subdesenvolvimento. O socialismo na China foi produto do nexo entre emancipação nacional e emancipação social, refletindo a concepção de Mao de que havia “unidade entre internacionalismo e patriotismo”¹⁸. A independência nacional era condição para a resolução dos problemas domésticos; quer dizer, o PCC assimilou a noção de que a luta antiimperialista era o estágio supremo da luta de classes e, por isso, conseguiu realizar a aliança com o anticomunista Kuomintang, de Chiang Kaishek, sem comprometer seus objetivos estratégicos.

O padrão de conflitividade na Ásia-Pacífico, do final do século XIX até a primeira metade do século XX, se inseria no amplo reordenamento do poder internacional e regional. No início do século XX, o Japão foi ocupando a condição de preponderância frente à Inglaterra naquela região. A competição intensificada dos 31 anos de conflitos mundiais (1914-45) resultou no fracasso do imperialismo do Japão e na adoção, por parte dos EUA, da China como base de poder regional. Em função disso, a China foi alçada à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), quando da sua fundação, em 1946.

¹⁷ BRAUDEL, F. O Extremo Oriente. In: *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 201.

¹⁸ LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 137-157.

A mudança de poder político na China, a Guerra da Coreia e as instabilidades na Península Indochinesa fizeram com que os EUA redefinissem sua política externa para a região. Dessa forma, Taiwan foi inserida no Conselho de Segurança no lugar da China enquanto o Japão foi definido como base de poder regional dos EUA, a partir de uma ampla reconstrução nacional.

Assim, a Ásia-Pacífico passava a fazer parte da *fronteira quente* da Guerra Fria, mostrando a pujança das revoluções socialistas impulsionadas por conflitos de libertação nacional. Se a forte luta política e geopolítica contribuiu para a promoção do desenvolvimento na Ásia-Pacífico, na América Latina, a completa hegemonia dos EUA contribuiu para projetar visões maniqueístas acerca da ameaça comunista e do necessário alinhamento com os EUA, que atuaram na implementação de regimes antagônicos aos proferidos princípios do *mundo livre*.

Os conflitos da Guerra Fria, sobretudo a Guerra da Coreia, instituíram instituído o sistema regional de poder da Ásia-Pacífico centrado nos EUA, excluindo significativamente a China do intercâmbio comercial e diplomático com a parte não-socialista da região, por intermédio de bloqueios e ameaças de guerra respaldadas por forças militares norte-americanas¹⁹.

Dessa forma, a China buscava a reconstrução nacional via cooperação com a URSS e com o campo socialista que se formara após a Segunda Guerra Mundial. O Pacto Militar sino-soviético de 1950, entre Stálin e Mao²⁰, e a cooperação econômica e tecnológica evidenciavam a aliança. Os primeiros Planos Quinquenais (1952-57 e 1957-62) na China, apesar dos percalços, restituem a soberania, unificam o país e lançam as

¹⁹ ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. 275.

²⁰ CEPIK, M.; MARTINS, J. *Política Internacional*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004, p. 43.

condições para a formação de uma sociedade moderna, por meio do desenvolvimento de uma indústria de base, bem como para a resolução do problema camponês.

Mas o 20º Congresso do Partido Comunista da URSS (1956) inicia a reversão da aliança sino-soviética. O alinhamento subalterno à URSS começou a ser percebido pelos dirigentes chineses como o caminho que não “levaria ao restabelecimento da unidade nacional e ao fim do período de humilhação nacional”²¹. O amadurecimento destas disputas políticas no início da década de 1960 faz com que a URSS retire seus especialistas enviados à China, abandonando os projetos ainda inacabados e cobrando pelos empréstimos. O contencioso diplomático e a posterior ruptura sino-soviética conduziu a conflitos de fronteira na Manchúria, que se somam aos conflitos de fronteira com a Índia, em 1962.

Com isso, a China aprofundou o isolamento diplomático, com efeitos trágicos sobre o comércio exterior²² e a segurança nacional. Nem mesmo o domínio da bomba atômica (1964) reduziu a forte sensação de insegurança, aprofundada pelo apoio soviético à Índia no conflito sino-indiano; pela invasão da Hungria, em 1956, e pela Doutrina Brejnev (1969), que justificava a intervenção na Tchecoslováquia, em 1968, devido à limitada soberania dos países socialistas frente à URSS.

As posturas hegemônicas da URSS, que haviam sido caracterizadas como imperialistas no IX Congresso do PCC²³, bem como a memória muito viva da história recente de subordinação, condicionaram a reorientação da inserção internacional da China. No primeiro momento, a China rompeu suas relações com a URSS, ficando em

²¹ LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 56.

²² MADDISON apud MEDEIROS, C. China: entre os séculos XX e XXI. In: Fiori, J. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 384. O autor afirma que o volume das exportações caiu em 1970 a um quinto do que era em 1959, enquanto que as importações dos países comunistas caíram de 66% do total em 1959 para 17% em 1970.

²³ REIS FILHO, D. *A construção do socialismo na China*. Brasiliense: São Paulo, 1981, p. 110.

situação de isolamento diplomático e avançando nas conturbadas políticas internas do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural, assim como na diplomacia de forte cunho ideológico da Teoria dos Três Mundos²⁴. No segundo momento, a China projetou uma inserção internacional através de uma aliança com os EUA, a qual, por sua vez, iria influenciar de forma significativa a Guerra Fria nos anos de 1970.

1.2 A reorientação e os desafios do desenvolvimento: subindo a escada?

Quando a China despertar, o mundo se comoverá

Napoleão Bonaparte

A projeção internacional da China, especialmente a superação do isolamento diplomático e da insegurança nacional, será condicionada pelo desenvolvimento interno. Frente aos insucessos da Revolução Cultural, o governo chinês irá reorientar as políticas de desenvolvimento. A fusão do Estado revolucionário com o Estado desenvolvimentista²⁵ se dá via “uma espécie de gigantesca e prolongada NEP” (Nova Política Econômica) que recolocou na modernização, e não na luta de classes, o núcleo da superação do atraso e do isolamento diplomático chinês²⁶. Essa ruptura foi o ponto alto de um abandono progressivo do modelo soviético que se processou desde a década de 1950, quando o governo chinês passou a dar maior flexibilidade às normas de planejamento, adequando a coordenação dos recursos locais e regionais aos objetivos nacionais gerais²⁷.

²⁴ A Teoria dos Três Mundos visava a apresentar-se como alternativa ao hegemonismo dos EUA e da URSS em suas respectivas áreas de influência.

²⁵ CASTELLS, M. *Fim do Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 353.

²⁶ LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 67. Aliás, o autor demonstra ao longo da obra que o imperativo de desenvolvimento das forças produtivas já havia sido destacado por pensadores como Marx e Engels, bem como por Lênin e mesmo Mao Tsé-tung.

²⁷ SKOCPOL, T. 1979, op. cit. p. 286.

No final da década de 1970, o governo chinês percebe sua inimiga, a URSS, agonizando, ao mesmo tempo em que a região do Pacífico asiático ensaiava uma modernização acelerada²⁸. Como a China já havia superado os principais problemas de reconstrução nacional ligados à consolidação do regime e à segurança, mas ainda apresentava uma economia débil numa conjuntura internacional adversa, a preocupação do governo chinês voltou-se para o desenvolvimento nacional, de modo a fazer o país uma potência de projeção mundial. Apesar de ainda débil, a economia chinesa possuía razoável base para uma arrancada industrial, já que o período de 1957-75 havia registrado crescimento de 5,3% do PIB, bem acima dos 2% evidenciados no resto do Terceiro Mundo²⁹. Nos anos 80-90, enquanto na América Latina e África aceitava-se de forma acrítica a globalização da agenda liberalizante, na Ásia-Pacífico o que se viu foi a *globalização do Estado*, isto é, a forte estruturação e mobilização do aparelho estatal para impulsionar o desenvolvimento nacional.

A inserção internacional da China, efetivada por uma aliança com os EUA, no início da década de 1970, combinou-se com uma reorientação das políticas domésticas de desenvolvimento. Após uma tumultuada disputa interna nos anos 1970, na 13ª Seção Plenária do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), em dezembro de 1978, emerge a liderança de Deng Xiaoping. Ele lança a política das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas), inspirada no projeto de Zhou En-lai.

Havia ficado claro o atraso da China que, em 1978, com cerca de 900 milhões de habitantes, tinha um nível de desenvolvimento comparável ao da URSS em 1938³⁰. A

²⁸ CASTELLS, M. 1999, op. cit. p. 352.

²⁹ AMIN, S. 2006, op. cit. p. 208.

³⁰ JABBOUR, E. 2006, *China: infra-estrutura e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi p. 214.

crise do petróleo havia golpeado as economias capitalistas, enquanto se agravavam os problemas nos países socialistas, demonstrados pelo baixo crescimento do PIB e da produtividade do trabalho. No caso da China, somava-se o isolamento internacional e a instabilidade interna acentuados pela Revolução Cultural. Os desafios aos dirigentes chineses se mostravam grandiosos: superar o atraso nas difíceis condições territoriais e demográficas; criar, por isso, condições de financiamento e de acesso à tecnologia; experimentar a superação destes problemas em formações periféricas e numa correlação de forças internacionais desfavorável.

Na política das Quatro Modernizações, a primeira medida estava voltada para os camponeses³¹ e visava a recompor a base social do PCC, evitando futuras fissuras no pacto de poder que produziu a revolução, bem como a ampliação da produção agrícola para as cidades – um enorme desafio de alimentar mais de 20% da população mundial com cerca de 6% das terras agricultáveis do mundo. A segunda visava a modernizar a estrutura industrial, dotando-a de melhor gestão dos recursos (humanos³² e materiais), bem como de mais eficientes técnicas de produção. Isto se articulava à terceira medida, que estava vinculada ao incentivo à ciência e à tecnologia, e à quarta medida, que visava a prover as forças armadas de um razoável poder defensivo e dissuasório.

As Quatro Modernizações de Deng Xiaoping eram o núcleo do salto desenvolvimentista e da retomada da estabilidade interna. Deng entendia que não poderia haver “socialismo com pauperismo”, já que “socialismo significa eliminação da miséria”

³¹ A descoletivização do campo se deu através das *cotas de responsabilidade*, ou seja, o governo garantia uma parcela da produção a baixo custo para as cidades e liberava o excedente para o comércio. Está nessa política parte importante da recomposição da base política do PCC e do insucesso da contra-revolução de 1989 na Praça de Tiananmen (Paz celestial). Aliás, historicamente, as revoltas camponesas têm derrubado as burocracias quando estas se tornam ineptas – afinal, *o mandato é delegado pelos céus mas é revogável pelo povo*.

³² Para ilustrar a debilidades dos recursos humanos na China, podemos utilizar o seguinte dado oferecido por SPENCE (1995, p. 642): no final dos anos 1970 apenas 0,87% da força de trabalho chinesa tinha diploma universitário!

e desenvolvimento das forças produtivas³³. No plano interno, o atraso seria superado pelas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) atuando como ferramentas de política econômica e de desenvolvimento. As ZEE's implantadas nos anos 1980, inspiradas nas Zonas de Processamento de Exportações sul-coreanas, tinham como objetivo captar Investimentos Externos Diretos (IED's), sob a forma de *joint ventures* entre empresas estatais chinesa e empresas estrangeiras. Este era o mecanismo de financiamento do modelo desenvolvimentista chinês, já que a forma de financiar via pilhagem da periferia (típica de potências imperialistas) e via trocas desiguais entre agricultura e indústria (típica do modelo soviético) estava descartada.

Até 1991 os IED's na China estavam abaixo de 1% do PIB³⁴, apesar das políticas de captação de investimentos. Após esse período, os IED's cresceram consideravelmente sua participação na economia chinesa, aprofundando sua internacionalização. Contudo, apesar do crescimento em números absolutos dos IED's, chegando a mais de 60 bilhões em 2004, a relação destes com o PIB tem diminuído de forma sensível. Se em 1991 os IED's alcançam somente o montante de 1,1% do PIB, em 1994 chegam ao pico de 6,2%, quando, então, começam a regredir para a casa dos 3%. Isso revela que a propalada vulnerabilidade chinesa em relação aos IED's não é tão significativa (Tabela 1).

Tabela 1: Relação IED/PIB na China

1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
0,2%	0,4%	0,5%	0,6%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	1,1%	2,3%	4,6%
1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
6,2%	5,1%	4,9%	4,9%	4,6%	3,9%	3,6%	3,8%	3,9%	3,3%	3,6%

Fonte: China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

³³ XIAOPING, D. apud LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 155.

³⁴ MEDEIROS, C. 1999, op. cit. p. 388.

O mais importante é que os IED's absorvidos por meio das ZEE's estão em um enquadramento institucional que resulta na modernização do parque industrial e na captação e transferência de tecnologia. Ou seja, entre 1998-2002 apenas 4% dos IED's na China foram para fusões e aquisições, enquanto o restante gerou novas capacidades produtivas (diferindo de países que adotaram a agenda liberalizante, em que mais da metade dos IED's foram para fusões e aquisições). As ZEE's, além do desenvolvimento das forças produtivas, proporcionaram, através das exportações, o fortalecimento das reservas cambiais e da capacidade de investimento do Estado. Com efeito, as ZEE's ensejaram estabilidade social e a reunificação do país, pois obedeciam também a uma lógica geopolítica³⁵: das quatro primeiras lançadas em 1982, três delas estavam voltadas às áreas de soberania ameaçada (Shenzen fazendo fronteira com Hong Kong; Zhuhai com Macau; e Xiamen voltada para Taiwan) e Shantou voltada às colônias chinesas no Sudeste Asiático.

Dessa maneira, a China passa a receber investimentos dos chineses ultramarinos e dos capitais japoneses sobreacumulados. Os chineses ultramarinos foram assumindo a condição de *força motora* do desenvolvimento na Ásia-Pacífico, especialmente no Sudeste Asiático. Ao mesmo tempo que possuem vínculos étnicos com a população da China, têm vínculos internacionais por intermédio de suas redes de negócios. É bom destacar que os chineses ultramarinos compõem quase a totalidade da população de Hong Kong e Taiwan; três quartos da população de Cingapura; e a parte mais rica da população da Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas³⁶.

³⁵ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 220.

³⁶ PINTO, P. 2000, op. cit. p. 40-5.

Nesse contexto, os capitais japoneses passaram a expandir-se transnacionalmente para obter vantagens na competição internacional, tendo em vista o encarecimento da mão-de-obra e dos outros insumos. Dessa forma, criou-se, a partir do sistema de subcontratação e transplante da ponta de menor valor agregado do sistema produtivo japonês, um impulso desenvolvimentista na região³⁷. A pressão exercida pelos EUA para que o iene japonês fosse valorizado (1985), visando a reduzir os déficits comerciais norte-americanos, acabou por acentuar os investimentos japoneses feitos nos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul) e na própria China.

Duas décadas após o desencadeamento das reformas de modernização na China, o país constrói bases para uma outra etapa de desenvolvimento. Se as reformas iniciadas por Deng Xiaoping possibilitaram uma *terceira revolução*, a crise financeira asiática em 1997 faz com que a China crie as condições objetivas para uma *quarta revolução*, baseada na formação de uma economia continental plenamente sintonizada com a 3ª Revolução Industrial³⁸.

A China, diferente de outros países da região, foi poupada da crise financeira devido às grandes reservas cambiais e ao absoluto controle das contas de capitais, crescendo 8,8% em 1997 e 7,8% em 1998. A política econômica, que já mobilizava câmbio, créditos e juros para fomentar a internalização de tecnologias, adensamento produtivo e aumento do mercado interno, com a crise passou a redefinir algumas linhas de atuação visando a reduzir vulnerabilidades internas e externas.

³⁷ ARRIGHI, G. A ascensão do Leste Asiático. In: *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 110 e 114.

³⁸ OLIVEIRA, A. O salto qualitativo de uma economia continental. In: *Política Externa*. vol. 11, nº 4, 2003, p. 5. A “primeira revolução” esteve associada à proclamação da República (1911) e a “segunda revolução” com a Revolução Chinesa (1949) de Mao, que a assenta as bases da reconstrução nacional.

O governo chinês reagiu à crise orientando as políticas estatais para volumosos gastos públicos em infra-estrutura com a intenção de criar um mercado interno em condições de proteger o país de efeitos relacionados ao fechamento e/ou instabilidade dos mercados externos. Nesse sentido, o governo da China vislumbrava uma política econômica voltada para a utilização da capacidade produtiva instalada (setor ocioso) para, através de um sistema estatal de intermediação financeira capaz de fornecer capitais a juros baixos, promover o setor de infra-estrutura (setor estrangulado). Essa política econômica está em consonância com a idéia da *dialética da capacidade ociosa* de Ignácio Rangel³⁹.

É nesse contexto que se enquadra o projeto Grande Desenvolvimento do Oeste, lançado em 1999. Entre 1999 e 2004 foram investidos US\$ 500 bilhões de dólares no oeste do país em mais de 50 mil pequenas, médias e grandes obras de infra-estrutura. Para ilustrar algumas das obras mais importantes, podemos citar: as usinas hidroelétricas de Ertan e Três Gargantas; a ferrovia de 1.125 km ligando Lhasa (Tibet) a Golmut (Qinghai); o gasoduto oeste-leste, de 4.221 km, ligando Lunnan, no Xinjiang, a Shanghai, entre outros⁴⁰. No mesmo caminho, a atrasada municipalidade autônoma de Chongqing, no curso médio do Yang Tsé, três vezes maior do que a Bélgica, tem recebido vultosos investimentos para transformar-se na *Chicago da China* – numa referência ao papel de entroncamento ferroviário e mercado redistribuidor da produção agrícola das novas áreas, desempenhado por Chicago na continentalização da economia americana.⁴¹

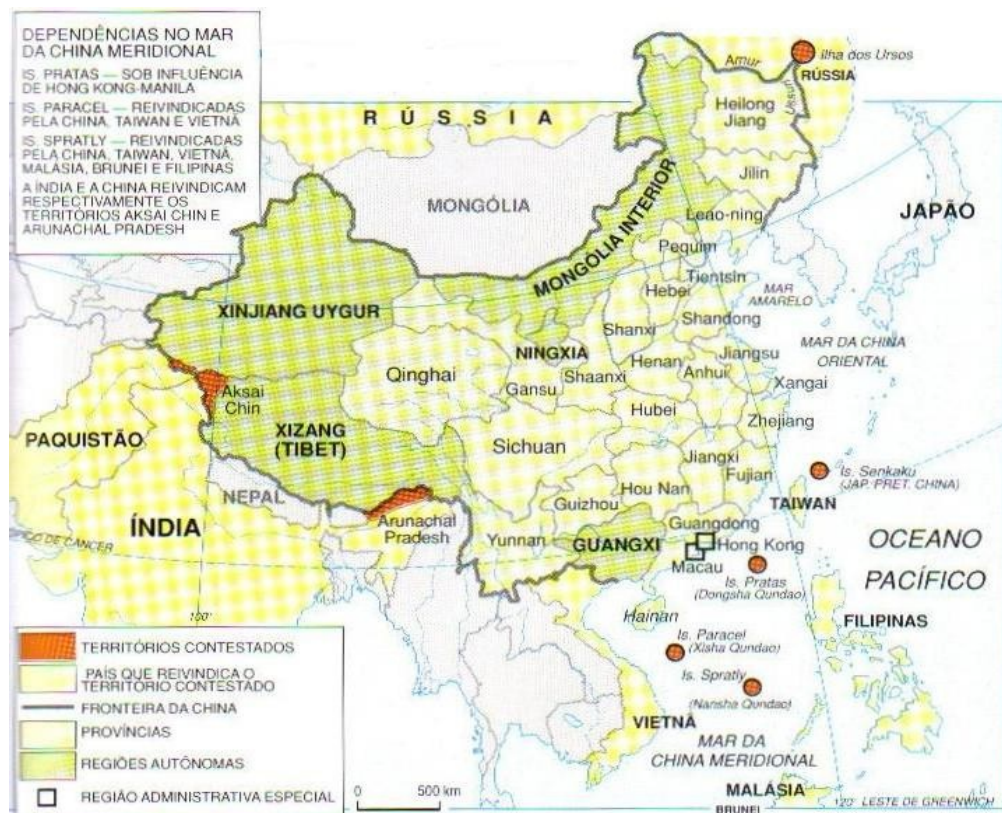
³⁹ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 171-178. Segundo Jabbour, Ignácio Rangel foi o maior economista brasileiro do século XX, fornecendo-lhe, através desta dialética, o fio de Ariadne teórico para o entendimento do grande salto chinês pós-1997.

⁴⁰ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 207. É bom salientar que 80% do trajeto da ferrovia estão a uma altitude média de 4.000 m e 50% sob “permafrost” (gelo permanente e ar rarefeito).

⁴¹ OLIVEIRA, A. Formação de uma economia regional no Leste Asiático. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências/UFSC, 2006, p. 29.

O desenvolvimento do oeste da China tem sido importante para resolver importantes impasses, tais como: diminuir as desigualdades regionais e mesmo sociais; estabilizar áreas de soberania ameaçadas (Tibet e Xinjiang); gerar um novo ciclo de desenvolvimento; formar uma sólida economia continental com moderna infra-estrutura; bem como suprir o litoral chinês de petróleo, gás natural e energia elétrica – abundantes no interior do país. O acúmulo de capital no litoral, promovido pelas exportações, permite carrear recursos para as áreas interioranas mais atrasadas da China. É dessa forma que as desigualdades regionais têm sido combatidas, o que permite significativo crescimento de regiões do interior do país e a superação parcial de adversidades naturais, expressas nos desertos de Takla Makan e de Gobi e no planalto do Tibet (Mapa 1) (Tabela 2).

Mapa 1: Províncias da China e áreas territoriais em disputa



Fonte: Ferreira, M. *Atlas geográfico espaço mundial*. São Paulo: Moderna, 2003, p. 71.

Tabela 2: Crescimento econômico das províncias do interior chinês (2000-2003)

<i>Mongólia</i>	<i>Sichuan</i>	<i>Yunnan</i>	<i>Tibet</i>	<i>Gansu</i>	<i>Qinghai</i>	<i>Xinjiang</i>
53,8%	36%	26,2%	57,1%	32,7%	46,8%	37,5%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.cebc.org.br

Esses investimentos estatais em infra-estrutura de transporte e de energia, visam a responder à liberação de mão-de-obra tanto no campo quanto na cidade. No campo a mão-de-obra excedente está relacionada à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o que implicou a progressiva eliminação dos subsídios à agricultura e das tarifas alfandegárias, nas cidades está relacionada à reestruturações das formas de gestão e organização da produção das estatais.

A conformação de economia continental suprida de avançadas forças produtivas, com um pujante mercado interno, tem dependido da elevação do padrão de vida da população, evidenciado pelo crescimento real do salário médio e pela evolução do PIB/per capita. No pior momento, entre 1995-97, o crescimento real do salário foi próximo a 3% ao ano, enquanto que, após 1998, a taxa tem alcançado a impressionante média de mais de 13% ao ano (Tabela 3).

Tabela 3: Taxa de crescimento real do salário médio na China

<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>
5,6%	8,9%	8,5%	8,4%	3,5%	4,2%	1,3%
<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
16,5%	13,3%	11,9%	15,2%	15,2%	11,7%	10,7%

Fonte: China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

O resultado se expressa na evolução do PIB per capita chinês que, no contexto das reformas, em 1979, era de US\$ 50,42, chegando, em 2003, a mais de US\$ 1.100. Este

é um crescimento de quase 22 vezes em apenas duas décadas e meia (Tabela 4), o que explica em grande medida a retirada de cerca de 400 milhões de pessoas da pobreza. Assim, apesar de apresentar salário nominal relativamente baixo, a população chinesa tem salário real razoável, devido ao baixo custo de vida, e em rápida progressão. Aliás, o que é ilustrativo nos dados estatísticos chineses construídos em PPP (poder de paridade de compra).

Tabela 4: Evolução do PIB per capita na China

<i>1980</i>	55,42	<i>1988</i>	163,85	<i>1996</i>	674,24
<i>1981</i>	59,13	<i>1989</i>	182,83	<i>1997</i>	732,04
<i>1982</i>	63,48	<i>1990</i>	197,58	<i>1998</i>	762,76
<i>1983</i>	70,13	<i>1991</i>	227,21	<i>1999</i>	792,14
<i>1984</i>	83,68	<i>1992</i>	276,54	<i>2000</i>	856,80
<i>1985</i>	103,14	<i>1993</i>	355,38	<i>2001</i>	925,20
<i>1986</i>	115,60	<i>1994</i>	474,37	<i>2002</i>	993,23
<i>1987</i>	133,49	<i>1995</i>	586,94	<i>2003</i>	1.100,48

Fonte: China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

Apesar do processo de modernização não ocorrer homogeneamente no território nacional, a evolução no âmbito social e territorial tem sido notável. Assim, o desenvolvimento da China assume conotações geoestratégicas, na medida em que garante as bases de poder para o país enfrentar, em um novo patamar, os desafios ligados à segurança nacional num contexto de reorganizações de forças no cenário internacional.

Nesse sentido, há relativo consenso acerca do acelerado desenvolvimento da China com suas políticas de modernização. Entretanto, o debate se torna mais complexo e contraditório quando se refere à solidez e à capacidade do país superar os desafios que vão surgindo ao longo deste processo. Cabe, portanto, buscar nas referências históricas e

comparadas o auxílio na avaliação da “novidade” de tal processo, bem como na de seus êxitos e desafios.

As nações que obtiveram sucesso no seu processo de desenvolvimento usaram ativamente políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT). Não há novidade em subsidiar insumos de produtos voltados à exportação; realizar grandes obras de infraestrutura; financiar o acesso à tecnologia estrangeira (via capacitação de cientistas no exterior, espionagem ou não-reconhecimento de patentes); investir em ciência, tecnologia e educação; criar mecanismos institucionais para facilitar a parceria público-privada (*joint ventures*, acordos para cartelização, concessão do direito de monopólio); entre outras políticas⁴².

O núcleo dessas políticas foi adotado pelos países de industrialização pioneira (Reino Unido e EUA), de industrialização tardia (Alemanha e Japão) e pelos novos países industrializados (Brasil e Coreia do Sul). Se analisarmos as experiências de desenvolvimento da Ásia-Pacífico (Japão, anos 50-70; os Tigres Asiáticos, nos 70-90; e a China, pós-80), as semelhanças são mais nítidas. Quer dizer, a arrancada industrial baseou-se em conquista de mercados externos, com moeda desvalorizada, e grande poupança interna (pela compressão relativa do consumo) viabilizando novos investimentos. Em todos os casos, o mercado dos EUA foi fundamental para produzir a acumulação e para impulsionar o desenvolvimento doméstico.

No caso da experiência chinesa, a poupança doméstica não tem baixado da casa dos 30%, alcançando a partir de 1993 índices próximos ou superiores a 40% (Tabela 5). Assim, ela permite ao governo utilizar o crédito abundante, com juros baixos, como

⁴² CHANG, H. *Chutando a escada*. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004, p. 35-7. Essa obra discute, caso a caso, exaustivamente, as políticas usadas pelos países que lograram êxito no seu desenvolvimento.

um importante mecanismo não-ortodoxo de desenvolvimento. Além da poupança doméstica, os superávits comerciais obtidos principalmente no comércio com os EUA permitem à China realizar novos investimentos, criar sólidas reservas internacionais e assumir déficits nas relações comerciais com países periféricos, ampliando sua projeção internacional.

Tabela 5: Relação Poupança/PIB nominal na China (%)

1984	35,10	1991	38,00	1998	41,00
1985	34,00	1992	37,50	1999	39,50
1986	35,30	1993	41,40	2000	38,20
1987	36,80	1994	42,50	2001	40,00
1988	35,90	1995	41,10	2002	43,00
1989	35,10	1996	40,50	2003	46,10
1990	37,80	1997	42,30	2004	49,70

Fonte: China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

O desenvolvimentismo chinês não está, portanto, a “inventar a roda”. O que surpreende é a velocidade com que a China tem passado, no *cenário de crise sistêmica* do final do século XX, de uma fase quantitativa para outra qualitativa de desenvolvimento. Ou seja, apesar do difícil ponto de partida dos anos 1970, a China tem melhorado rapidamente o conteúdo das suas exportações pela dinamização do seu parque produtivo.

A evolução do comércio exterior da China fornece-nos subsídios para entender a inserção internacional do país. Se, em 1985, os produtos de alta intensidade tecnológica (INTEC) representavam apenas 2,6% da pauta de exportação chinesa, em 2000, a taxa já alcançava 22,4%. Os produtos primários representavam 35% das exportações chinesas passando em 2000 para apenas 4,7%. Em 1985, a China tinha uma participação no comércio mundial de 0,4% em bens de alta INTEC e 2,4% em produtos

primários, enquanto que em 2000 os bens de alta INTEC somaram 6% e os produtos primários 2,3% (Tabela 6).

Tabela 6: Competitividade chinesa no comércio internacional

<i>Produto</i>	<i>1985</i>	<i>1990</i>	<i>1995</i>	<i>2000</i>
<i>I - Participação no comércio internacional</i>	<i>1,6</i>	<i>2,8</i>	<i>4,8</i>	<i>6,1</i>
1. produtos primários	2,4	2,6	2,5	2,3
2. manufaturas baseadas em recursos naturais	1,1	1,3	2,1	2,7
3. manufaturas sem base em recursos naturais	1,5	3,4	6,1	7,8
Baixa INTEC	4,5	9,1	15,5	18,7
Média INTEC	0,4	1,4	2,6	3,6
Alta INTEC	0,4	1,4	3,6	6,0
4. outros	0,7	0,7	1,4	1,8
<i>II - Composição da pauta chinesa</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
1. produtos primários	35,0	14,6	7,0	4,7
2. manufaturas baseadas em recursos naturais	13,6	8,2	7,4	6,9
3. manufaturas sem base em recursos naturais	50,0	76,2	84,6	87,1
Baixa INTEC	39,7	53,6	53,5	47,6
Média INTEC	7,7	15,4	16,9	17,3
Alta INTEC	2,6	7,3	14,2	22,4
4. outros	1,4	0,8	1,0	1,1

Fonte: Boletim NEIT (UNICAMP) apud JABBOUR, E. 2006, p. 219

Nesse sentido, ao governo chinês tem-se apresentado a difícil tarefa de aprofundar a modernização do país sem produzir uma *desnacionalização* que acarrete vulnerabilidades internas e/ou externas. Ou seja, é preciso captar os investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, manter a capacidade estatal de planejar a economia, de modo a não transferir para o exterior a gestão do parque produtivo, tampouco colocar em dificuldade as contas externas.

No plano institucional, algumas das críticas com relação à evolução da China também não estão levando em conta as experiências históricas. As instituições de bem-estar social (como legislações trabalhistas ou previdenciárias), as instituições financeiras, as instituições políticas, a burocracia e o judiciário mais transparentes surgiram em

consequência do desenvolvimento, e *não como causa*. Essas instituições são atualmente recomendadas aos países em desenvolvimento como parte do pacote de “boa governança”, que inclui o abandono das políticas de ICT, num claro intuito de “chutar a escada”⁴³.

No entanto, inegavelmente há elementos novos nesse processo de modernização, especialmente três. Primeiro, pode-se destacar a centralidade do poder estatal na direção do desenvolvimento, sob o controle do PCC, o que tem garantido uma capacidade de resistência às pressões externas. Segundo, as dimensões geográficas e geopolíticas da China, isto é, trata-se, como veremos mais adiante, de um país com capacidade de desequilibrar o reordenamento mundial (diferente, pois, de um novo país industrializado como a Coreia do Sul). Por fim, sua *ascensão pacífica* que, diferentemente de outras potências emergentes, não está a recorrer à pilhagem de riquezas, invasões, colonizações ou guerras de agressão em grande escala⁴⁴. Cabe destacar que, apesar de ter tido condições no passado de adotar políticas expansionistas, somente assumiu tais formas quando dinastias não-chinesas (mongóis e manchus) governaram o Império. Entretanto, a noção de ascensão pacífica não se confunde com a de pacifismo. Ao contrário, é uma noção realista que reconhece que o governo não vacilaria caso o país fosse objeto de violação de soberania ou de agressão externa. Mas, mais importante, à China não interessa mudar profundamente o sistema internacional porque está logrando notável êxito no desenvolvimento, ao contrário dos países que estão se sentindo desafiados e em posição de *desvantagem* relativa.

⁴³ CHANG, H. 2004, op. cit. p. 123-215.

⁴⁴ BIJIAN, Z. China's “Peaceful Rise” to Great-Power Status. In: *Foreign Affairs*, set/out, n° 5, vol. 85, 2005. Ao longo do artigo o autor aponta os elementos que fundamentam a tese da “ascensão pacífica” e as contradições que o país tem de enfrentar.

Apesar do exitoso desenvolvimento da China, seus próprios dirigentes reconhecem inúmeros desafios e contradições: o aumento do PIB e o progresso social; o desenvolvimento tecnológico e o aumento das oportunidades de emprego; a contenção do desenvolvimento nas regiões costeiras e a aceleração no interior do país; o fortalecimento da urbanização e o cuidado com as áreas agrícolas; a diminuição das diferenças entre ricos e pobres e a manutenção da vitalidade e eficiência econômicas; a atração de mais investimentos estrangeiros e a ampliação dos mercados domésticos e solidificação da independência nacional; a abertura da competição de mercado com a proteção da população em desvantagem⁴⁵.

A China ainda continua enfrentando outros importantes desafios. A política do filho único deve proporcionar rápida transição demográfica, produzindo efeitos sobre a população economicamente ativa (PEA) e o sistema previdenciário, bem como desequilíbrios de gênero. O suprimento energético é de grande escala, já que a China tornou-se o 2º maior importador mundial de petróleo (2006) e, por consequência, depara-se com a grande ascendência política dos EUA nesse campo. A rápida modernização do país ainda traz problemas ligados ao meio ambiente, já que implica grandes transformações para proporcionar bem-estar a toda população. O fato é que cada desafio superado impõe novos problemas a serem resolvidos, e, nesse sentido, o governo chinês tem demonstrado grande aptidão. De qualquer maneira, os processos de modernização

⁴⁵ BIJIAN, Z. 2005. op. cit.

*sempre*⁴⁶ produzem novos desafios, sendo permeados por profundas transformações e conflitos de toda ordem.

1.3 A inserção chinesa e a “asianização” da Ásia

A inserção internacional da China foi (e tem sido) condição para a realização dos objetivos centrais de solidificação da segurança nacional, eliminação do isolamento diplomático e projeção da modernização, definidas na década de 1970. O estreitamento das relações diplomáticas com os EUA se constituiu, nesse sentido, na melhor oportunidade para a consecução deste objetivo. A exitosa modernização tem feito da China o núcleo do processo de “asianização”⁴⁷ da Ásia. Isto se traduz na projeção internacional da China, por intermédio de uma sólida base regional, bem como no deslocamento progressivo das posições de poder dos EUA.

No contexto dos anos 70, a Ásia-Pacífico ascende à condição de centro dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial, justamente, quando os “esforços de desenvolvimento desmoronaram em todas as outras partes do mundo”⁴⁸. O dinamismo econômico da região permitia aos EUA solidificar uma esfera de influência na *fronteira quente* da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, os EUA construíam uma aliança

⁴⁶ VIZENTINI, P. *Geopolítica e conflitos contemporâneos*. Porto Alegre: Leitura XXI, v. 2, 2004, p. 51-2. Esta passagem ilustra isto: “a afirmação das religiões reformadas e dos Estados europeus nos séculos XVI e XVII foi acompanhada de matanças e violências, a Revolução Inglesa (que implantou um regime liberal-parlamentar) necessitou do terror de Cromwell e a independência dos EUA conheceu a expulsão (e o confisco dos bens) dos pró-ingleses para o Canadá, o extermínio dos povos indígenas e os horrores da guerra civil de 1861-65. O surgimento da igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa dependeu do “Grande Medo” desencadeado pelos camponeses, do terror jacobino, do esmagamento dos revoltosos da Vendéia e da repressão interna e pilhagem externa protagonizadas por Napoleão Bonaparte, enquanto a unificação alemã protagonizada por Bismarck foi obtida a “ferro e sangue” (sobretudo de alemães), segundo expressão do próprio chanceler prussiano. Os impérios coloniais europeus foram construídos por meio da conquista violenta de dezenas de povos, que causou milhões de mortes e o extermínio de alguns deles.”

⁴⁷ FUNABASHI, Y.. A asianização da Ásia. In: *Política Externa*, volume 2, n°4, 1994. O autor utiliza-se do conceito de “asianização” para referir-se à dinâmica regional cada vez mais endógena.

⁴⁸ ARRIGHI, G. 1998, op. cit. p. 93 e 96.

com a China, visando a alterar o equilíbrio de poder no sistema internacional pelo acercamento da URSS. Com isso, a China realizou uma manobra diplomática imediata com vistas a aproveitar a “brecha” que se abria no sistema internacional – sabendo, contudo, “diferenciar entre o permanente e o tático”⁴⁹.

Ao mesmo tempo que superava o isolamento diplomático, a China aproveitava o dinamismo da região, drenando os recursos dos chineses ultramarinos, que “acumulam riqueza desproporcional a seus contingentes populacionais” na região da Ásia-Pacífico⁵⁰. Com efeito, o governo chinês asseguraria, assim, seus dois objetivos principais em matéria segurança nacional: a modernização do Estado e a defesa contra as ameaças à soberania⁵¹. Aproximava-se, assim, da questão fundamental: a sua projeção de poder internacional por meio da ampla modernização lançada por Deng Xiaoping.

A incorporação da China e dos Novos Tigres ao dinamismo das relações do Japão com os Tigres Asiáticos tem conformado um processo de “asianização” da Ásia. No final dos anos 80, os Tigres Asiáticos já superavam os EUA como investidores em países da ASEAN. Em 1991, a Ásia já havia superado os EUA como a maior destinação de exportações japonesas⁵². De 1995 a 2005, o comércio exterior da China com a ASEAN passou de US\$ 20 bilhões, para US\$ 130 bilhões⁵³, absorvendo déficits planejados da ordem de US\$ 20 bilhões.

Além disso, a China atrai metade do comércio regional e 60% dos investimentos, sendo o maior importador de bens de Taiwan e Coréia do Sul e, incluindo

⁴⁹ KISSINGER, H. *Diplomacia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997, p. 867.

⁵⁰ PINTO, P. 2000, op. cit. p. 45,

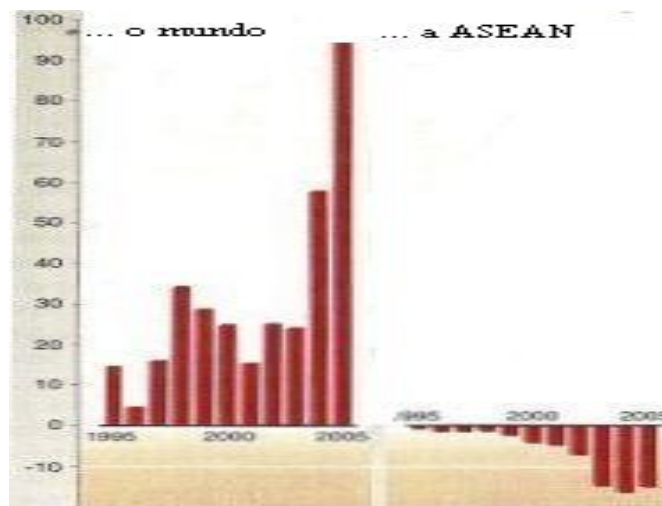
⁵¹ ALLEN, K. China's Foreign Military relations with Asia-Pacific. In: *Jornal of Contemporary China*. 10(29), 2001, p. 648-50. Com relação à soberania, o autor destaca a questão de áreas como Taiwan, Hong Kong, Macau, Tibet, Xinjiang, o Mar do Sul da China e Ilhas de Diaoyu/Senkaku, além da presença das forças norte-americanas na Coréia do Sul e Japão e o fornecimento de recursos estratégicos como o petróleo.

⁵² ARRIGHI, G. 1998, op. cit. p. 100-1.

⁵³ *The Economist*, 19 de novembro de 2005, p. 24.

Hong Kong, o maior mercado para as exportações de Japão, Cingapura, Malásia e Filipinas. Enquanto absorve déficits no comércio de bens com a Ásia, mantém enormes superávits com os EUA e com a União Européia⁵⁴. Um exemplo disto é a balança comercial da China com o mundo e com a ASEAN (Gráfico 1).

Gráfico 1: Balança comercial da China com o mundo e a ASEAN

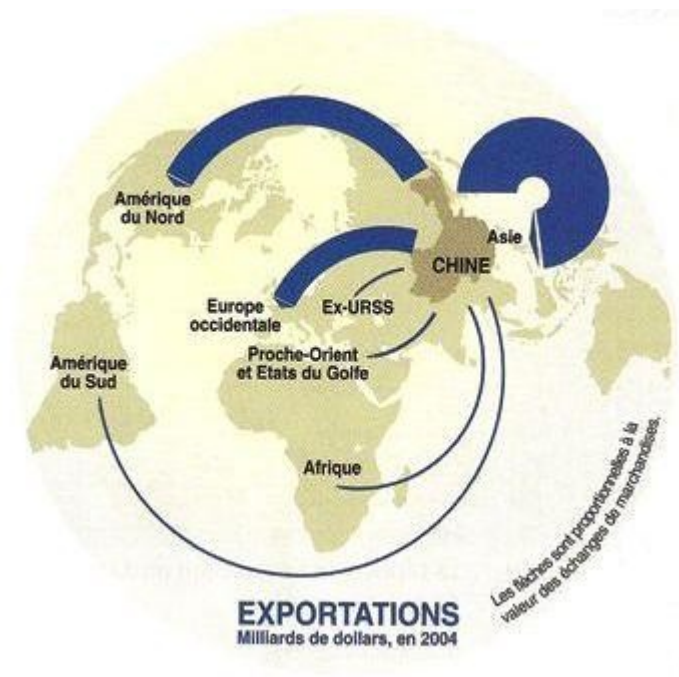


Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique* (Hors-Série), 2006, Paris, p. 163.

O comércio exterior da China com o mundo (importações/exportações) e a origem das importações de seus manufaturados é revelador do processo de “asianização” (Mapa 2 e 3). O percentual das relações bilaterais entre China e o entorno da Ásia dá a dimensão da importância que a dinâmica regional já assumiu. Mas o mais importante é que tanto este processo de “asianização” está em franca ascensão quanto a China cada vez mais se torna seu centro gravitacional.

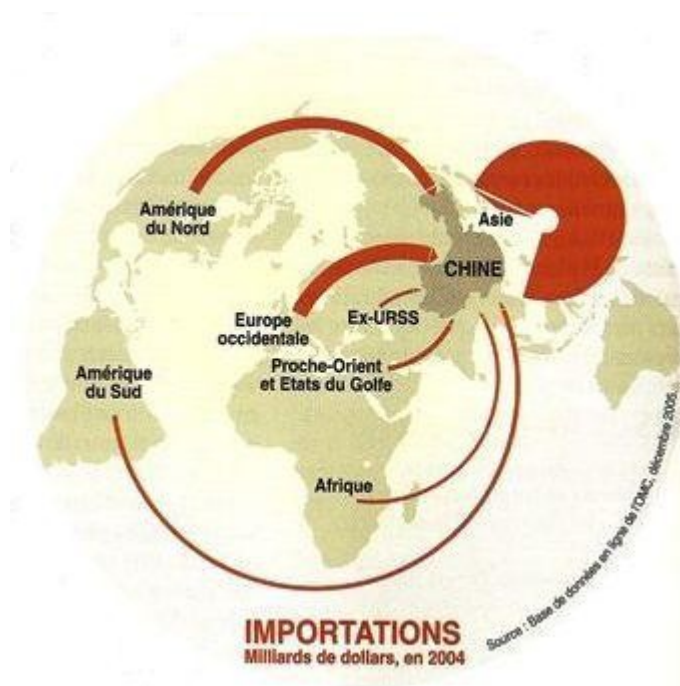
⁵⁴ AHN, B. The rise of China and the future of east asian integration. In: *Asia-Pacific Review*. vol. 11, n° 2, 2004, p. 20-22.

Mapa 2: Exportações mundiais para a China



Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique* (Hors-Série), 2006, Paris, p. 162.

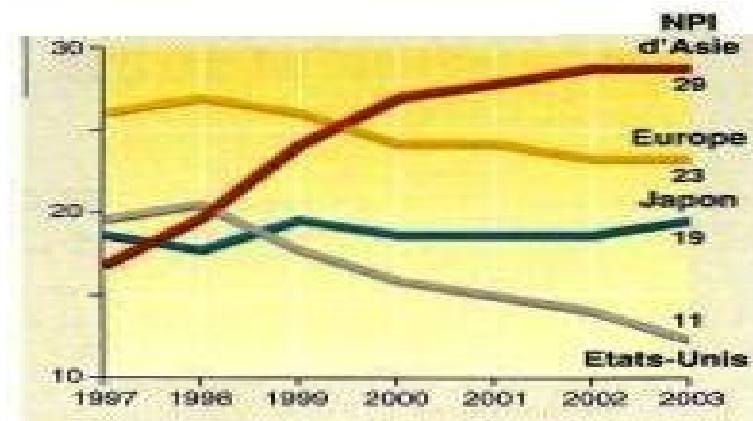
Mapa 3: Importações mundiais da China



Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique* (Hors-Série), 2006, Paris, p. 162.

Em 1997, cerca de 20% dos manufaturados importados pela China eram oriundos dos EUA, em 2003 estas proporções caíram para apenas 11%. Já com relação aos novos países industrializados da Ásia, a China importava menos de 15% dos manufaturados desta região em 1997, passando em 2003 para 29% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Origem das importações chinesas de manufaturados



Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique* (Hors-Série), 2006, Paris, p. 163.

Quer dizer, a China está se tornando o Estado-pivô do desenvolvimento na Ásia-Pacífico. Para isto tem deslocado progressivamente as posições de poder dos EUA consolidadas no pós-guerra, bem como a proeminência econômica alcançada pelo Japão nos anos 1980, quando este se transformou no 2º maior PIB do mundo. Se o Japão foi a mola propulsora na formação dos Tigres Asiáticos e no desenvolvimento regional, na virada do século a China passa a assumir esta liderança. Ou seja, esse rearranjo de poder produz, de um lado, dinâmicos processos de integração e interdependência e, de outro, articulação de alianças militares e desafios no campo da segurança regional e internacional.

É bom lembrar que dois dos Tigres Asiáticos, são chineses (Hong Kong e Taiwan) e outro tem três quartos da população chinesa (Cingapura)⁵⁵. Isto favorece a ascendência política e cultural da China sobre a região e também sobre os fluxos econômicos, tanto comerciais quanto financeiros. Ao dinamismo econômico, somam-se esforços para impulsionar a integração política da região⁵⁶.

Apesar das pretensões dos EUA de manterem a ascendência sobre a região, esta vai assumindo dinâmica própria. Se a criação do Foro para a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), em 1989, reflete os objetivos dos EUA, a China não tem aceitado ser um parceiro menor na região⁵⁷. O processo de “asianização” e emergência da China tem produzido desafios relacionados ao papel do Japão.

De um lado, China e Japão aparecem juntos em processos de integração regional, como evidencia a formação da ASEAN+3, em 1997. Com a inoperância da APEC, este mecanismo de integração ganhou impulso com a crise asiática, que fora percebida como a nociva ascendência dos EUA sobre a região, especialmente via FMI. Por outro lado, as rivalidades entre China e Japão bloqueiam os esforços para o aprofundamento dos mecanismos de integração regional, sobretudo em função dos ressentimentos decorrentes da invasão da China pelo Japão imperialista durante a Segunda Guerra Mundial.

Estas disputas sino-japonesas revelam uma acomodação de forças no Extremo Oriente, associadas à forte penetração dos EUA na região. Enquanto a China incrementa sua capacidade de projeção de poder, o Japão se encontra diante de uma recessão desde o final dos anos 1980, sem ter definido claramente suas opções de projeção internacional e

⁵⁵ SUKUP, V. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, nº 2, 2002, p. 89.

⁵⁶ Sobre os blocos asiáticos, ver OLIVEIRA, 2002, p. 114-18.

⁵⁷ PINTO, P. 2000, op. cit. p. 48-9.

alinhamentos político, demonstrando baixa autonomia diplomática. Já para os EUA, as dificuldades para se manter como potência dominante na região se tornam cada vez mais evidentes, tendo em vista a integração regional (asianização) e a projeção da China como Estado-pivô. Além disso, o fim da Guerra Fria fez desaparecer o fosso que separava a Indochina da ASEAN, incrementando as relações entre os atores regionais⁵⁸.

A projeção do Estado-pivô chinês se fez sentir na crise asiática, que na essência era uma crise global, quando o país ganhou importantes pontos diplomáticos por toda a região, já que acudiu financeiramente as economias vitimadas. A decisão política de não desvalorizar o yuan, mesmo prejudicando seu desempenho econômico⁵⁹, demonstrou a flexibilidade da política externa chinesa e sua capacidade de absorver os impactos de instabilidades internacionais em benefício regional. Além do mais, os dirigentes chineses, que têm reagido à tentativa de enquadramento do FMI, apontaram a influência indireta dos EUA como responsável pela crise.

A crise financeira serviu, também, de alerta aos dirigentes chineses que responderam a ela valorizando o mercado doméstico, através de uma política econômica que visava a formação de uma economia continental. Ao mesmo tempo em que a formação desta economia continental reduz sua vulnerabilidade externa, aumenta seu peso no cenário internacional. A crise financeira fortaleceu, portanto, as bases de poder do Estado-pivô chinês em várias dimensões: serviu para reduzir a dependência externa da economia; para ampliar sua projeção diplomática na região; e para fortalecer seu peso internacional enquanto economia mais pujante.

⁵⁸ VIZENTINI, P.; RODRIGUES, G. *O dragão chinês e os tigres asiáticos*. Porto Alegre: Novo Século, 2000, p. 100.

⁵⁹ OLIVEIRA, H. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. In: *São Paulo em perspectiva*. 16(1), 2000, p. 87.

Apesar de as tensões na Coreia do Norte e em Taiwan poderem transformar-se em conflito, a tendência predominante na região tem sido de crescimento da interdependência e da cooperação entre atores estatais e não-estatais, com a China sendo o núcleo deste processo⁶⁰. Mesmo a península indochinesa, que havia sido uma área de profundos conflitos na Guerra Fria, está se estabilizando e se associando à dinâmica regional. Inclusive o Vietnã incorporou-se à ASEAN em 1995, após normalizar suas relações diplomáticas com a China (1991), país com o qual havia tido sérios conflitos de fronteira em 1979, e depois à OMC (2006). É bom destacar, contudo, que existem indefinições fronteiriças com a ilha Senkaku/Diaoyu⁶¹ entre Japão e China; com as ilhas Parcel entre China e Vietnã; e com as ilhas Spratley entre China e Filipinas.

Entretanto, os países da Ásia-Pacífico percebem as ameaças que podem minar sua segurança regional. Há o entendimento difundido de que “a desestabilização de qualquer vizinho pode resultar na sua própria desestabilização”, numa espécie de *instabilidade mútua assegurada*⁶². Mas existem importantes forças contraditórias relacionadas à reorganização de forças na região, aos novos alinhamentos diplomáticos, às pretensões de potências extra-regionais e aos interesses de cada país na busca pelo desenvolvimento e pela maior autonomia na inserção externa. Esta reorganização de forças guarda, por isso, potenciais conflitos ligados à recolocação de países em declínio relativo (EUA e Japão), de países em ascensão (China e Índia), de países que visam a recompor sua projeção (Rússia) e de países de importância regional que buscam manter algum protagonismo (Paquistão, Coreia do Sul, Vietnã, etc.).

⁶⁰ SHAMBAUGH, D. China Engages Asia. In: *International Security*. vol. 29, nº 3, 2005, p. 65.

⁶¹ Senkaku é o nome dado pelos japoneses e Diaoyu é o nome dado pelos chineses.

⁶² RADTKE, K. Leste Asiático em busca da segurança geopolítica (energética). In: VIZENTINI; WIESEBRON. *Neohegemonia americana ou multipolaridade?* Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 42.

Portanto, a China está criando as condições para que a Ásia-Pacífico torne-se sua base de poder regional, como os EUA haviam feito no final do século XIX e primeira metade do século XX – porém sem o recurso à força. O conceito de “asianização”, que antes se referia principalmente ao Extremo Oriente, passou a estender-se para o Sudeste da Ásia, e atualmente volta-se também para oeste, com a formação da OCS. Nesse sentido, há a possibilidade de se conformar o conceito de *eurasianização* da Ásia, tão importante para a China, União Européia e Rússia, quando arriscado para as pretensões hegemônicas dos EUA.

2 - A CHINA E OS EUA: ENTRE A COOPERAÇÃO E O CONFLITO

As relações sino-americanas têm sido marcadas por uma significativa oscilação entre *aproximação* e *distanciamento* ao longo da segunda metade do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA escolhem a China como sua base de poder regional na Ásia-Pacífico. Contudo, a revolução chinesa leva a uma reestruturação da política externa dos EUA para a região. O Japão torna-se base do poder norte-americano nessa área, que vai assumindo a condição de “fronteira quente” da Guerra Fria, enquanto a China se aproxima da URSS para viabilizar a reconstrução nacional.

Os conflitos sino-soviéticos criam uma oportunidade singular para a reaproximação entre os EUA e a China no início da década de 1970. Esta aliança contribuiu muito, de um lado, para que os EUA reagissem ao desgaste de sua hegemonia e, de outro, para que a China encontrasse um espaço para sua projeção internacional. Como toda aliança pressupõe pontos de convergência e de divergência, o fim da Guerra Fria começou a dar mostra de esgotamento dos pontos de convergência, sobretudo por parte dos interesses da política externa dos EUA.

Embora a aproximação sino-americana tenha produzido profunda interdependência, os ganhos têm sido diferenciados, impulsionando as divergências. São contradições de fundo que se gestam e que estão no cerne do processo de transição atravessado pelo sistema mundial. A evolução das relações entre EUA e China guarda respostas, tanto acerca do êxito da ascensão chinesa quanto sobre o papel dos EUA neste processo de multipolarização e de redefinição da correlação de forças em escala global.

2.1 Do isolamento diplomático à aliança sino-americana

O término da Segunda Guerra Mundial coincidiu com a estruturação da *pax americana* e com o desafio representado pela URSS ao sistema mundial capitalista. A conformação do arranjo institucional da Guerra Fria expressava a evidente hegemonia dos EUA no plano econômico. A manutenção desta condição se traduzia nas políticas de contenção da URSS por meio do acercamento geopolítico. O cerco militar incluía intimidações militares que utilizavam de bases de mísseis balísticos portadores de ogivas nucleares e aviões militares sobrevoando com regularidade a China.

Os EUA se alçaram à condição de potência também na Ásia-Pacífico após a Segunda Guerra Mundial. Com a derrota japonesa após as duas Guerras Mundiais, país que havia deslocado a Grã-Bretanha do comando da região, os EUA assumem a hegemonia regional. Com isso, alçam a China como base de poder regional, situando-a como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, formado em 1946. Assim, a China, de potencial geopolítico e tradição histórica de grande poder, se tornava um contrapeso asiático à URSS e à expansão do socialismo.

Contudo, o resultado de décadas de instabilidade interna na China coincidiu com a irrupção do país como um estado de regime socialista e a interrupção da sua inserção internacional subordinada. A revolução na China, a Guerra da Coreia e as instabilidades na Península Indochinesa fizeram com que os EUA instituissem Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e o Japão como base de poder regional.

Nesse contexto, os norte-americanos estruturam uma complexa rede de alianças objetivando conter o socialismo na Ásia-Pacífico. Inicialmente, firmam relações

bilaterais, estreitando laços de segurança com o Japão, em 1951, bem como com a Coreia do Sul e Taiwan, em 1954. Neste mesmo ano, é formada uma aliança mais ambiciosa, a OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático, 1954), reunindo países da OTAN, Reino Unido e França, além do Japão, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Tailândia e Paquistão. Diante do recrudescimento dos conflitos na *fronteira quente* da Guerra Fria, desencadeada pelos EUA, a China buscou aproximar-se da URSS, visando à reconstrução nacional.

Na verdade, “a contenção [do socialismo] foi o guia e o referencial central para a política externa norte-americana”, já tendo sido definida desde o discurso de Harry Truman (1947), ganhando sua “elaboração mais bem-acabada na publicação do artigo do Sr. X”⁶³. George Kennan, diplomata do Departamento de Estado dos EUA, que logo depois revelaria sua identidade, lançou as bases do que viria a ser a política do *cordão sanitário*. Tomava por referências, aliás, as bases geopolíticas e estratégicas da teoria de Spykman, segundo a qual quem controlasse o *rimland* (as fímbrias marítimas que contornam a Eurásia) controlaria o *heartland* mackinderiano, isto é, a URSS e a Europa Oriental⁶⁴.

Nos anos 1970, o governo dos EUA passou a rever sua política externa para reverter o cenário adverso que se conformava. O cenário adverso explicitava-se pela derrota norte-americana no Vietnã, a forte expansão do bloco socialista, a crescente competição euro-japonesa (após a reconstrução do pós-guerra), a projeção do Terceiro Mundo (Grupos dos 77), bem como a crise de superacumulação associada ao

⁶³ PECEQUILO, C. *A política externa dos EUA*. Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 143-45. Na verdade, o desembarque na Normandia (6/jun/1944) e as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki (6-9/ago/1945) representavam a contenção do socialismo (e do Exército Vermelho) muito mais do que a derrota das forças alemãs e japonesas.

⁶⁴ MELLO, L. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999, p. 130-131.

esgotamento do paradigma fordista-keynesiano. A ampliação dos atores internacionais gerou uma nova pressão nos organismos internacionais, com crescente politização das negociações. Para o governo dos EUA, a reversão deste cenário passava, entre outras coisas, por uma aproximação estratégica com a China.

Com isso, a China aproveitou uma “brecha” deixada pela conjuntura internacional de polaridade da Guerra Fria, na qual as relações de poder se inclinavam em favor da URSS, para resolver seus problemas relacionados ao isolamento diplomático, à desorganização interna do país e às ameaças à segurança nacional.

Em 1969, com relativa rapidez, as conversações entre China e EUA foram reiniciadas, inaugurando uma reaproximação diplomática. O grande êxito chinês de voltar a fazer parte do Conselho de Segurança da ONU é alcançado em 1971, deslocando Taiwan de sua posição política e diplomática internacional. Em 1972, Nixon visita a China e lança o Comunicado de Xangai, estabelecendo relações diplomáticas um ano depois. Em 1979, a troca de embaixadas simbolizava *formalmente* a retomada das relações diplomáticas e o reconhecimento de “uma só China”⁶⁵. Além disso, a China obteve dos EUA o tratamento de Nação Mais Favorecida e foi classificada como “nação em desenvolvimento”, o que resultou na redução das tarifas norte-americanas sobre os têxteis e vestuários chineses para a metade dos valores iniciais⁶⁶.

Com essa aliança, a China criava condições concretas para a resolução de importantes problemas nacionais. No plano econômico, o país impulsionava a modernização por intermédio da inserção no crescente dinamismo que assumia o pólo de acumulação da Ásia-Pacífico, da atração dos recursos dos chineses ultramarinos e da

⁶⁵ PECEQUILO, C. 2003, op. cit. p. 194.

⁶⁶ MEDEIROS, C. 1999, op. cit. p. 393.

retomada dos empréstimos internacionais pelo ingresso no Banco Mundial e no FMI (1980).

Já no plano político-diplomático, o país alcançava um reconhecimento notável, pela política de “uma só China”, ao mesmo tempo que isolava Taiwan. Era, concomitantemente, uma reação ao isolamento decorrente dos conflitos sino-soviéticos, bem como ao “congelamento” do poder mundial subjacente à *détente* e à coexistência pacífica arquitetada pela URSS e pelos EUA. A China, pois, transformava-se em importante pólo de poder nas relações internacionais.

Além disso, a China dirimia seu problema de segurança decorrente da ameaça da URSS, manifesto nos conflitos junto ao rio Ussuri, na Doutrina Brejnev (1969)⁶⁷ e no acercamento diplomático-militar; de hegemonia dos EUA na Ásia-Pacífico, com a forte presença no Japão, Coreia do Sul, Taiwan; de ameaça separatista no interior do país, especialmente no Tibet e Xinjiang; de instabilidade decorrente da crise econômica expressa na fome generalizada; de presença colonial em Hong Kong e Macau, entre outros. Esses objetivos ficaram claros em 1980, no Discurso para os Dez Mil Militantes, quando Deng Xiaoping situou as tarefas estratégicas da China na luta contra o hegemonismo, na recuperação de Taiwan ao espaço nacional e na aceleração da reconstrução econômica.

Já no caso dos norte-americanos, a política externa para a China tinha sentido geopolítico de conformar uma Diplomacia Triangular⁶⁸, visando a reafirmar a hegemonia desgastada. A recomposição da geometria do poder mundial em favor dos EUA visava a responder a dois movimentos. De um lado, evitar a perda da dianteira *econômica* para europeus e japoneses no contexto da profunda reestruturação pela qual passava a

⁶⁷ KISSINGER, H. 1997, op. cit. p. 860 e ss.

⁶⁸ KISSINGER, H. 1997, op. cit. p. 837.

economia capitalista (toyostismo, nova Divisão Internacional do Trabalho e Revolução Tecno-Científica) impulsionada pela crise do paradigma fordista-keynesiano. De outro, evitar o avanço *geopolítico* da URSS, devido às revoluções de perfil nacional e socialista na periferia do sistema mundial nos anos 1970.

A aliança com a China, por isso, era decisiva para que os EUA reduzissem a proeminência do poder político soviético, explorando e intensificando as fissuras do bloco socialista. Com efeito, os EUA reduziam os custos da derrota para o Vietnã, além do que limitavam o avanço econômico japonês na Ásia-Pacífico. Fatores estes profundamente vinculados a problemas internos, tais como: o surgimento dos déficits gêmeos (comerciais e orçamentários), o colapso do sistema de Bretton Woods, etc.

A aliança sino-americana fez com que a URSS tomasse uma posição mais ativa na instrumentalização das revoluções e levantes antiimperialistas de base popular-nacional na periferia. Em vez de um retorno de Brejnev a um internacionalismo revolucionário, expressava “uma resposta geopolítica defensiva de Moscou ao crescimento do eixo Washington-Pequim”⁶⁹. Enquanto isso, a China adotava uma política externa anti-soviética para evitar o acercamento diplomático-militar realizado pela URSS.

Além dos tradicionais aliados, a URSS firmou um Tratado de Amizade e Cooperação Soviético-Vietnamita (1978), denunciado por Deng Xiaoping⁷⁰, bem como aprofundou a aproximação com a Índia, com quem já possuía o Tratado Indo-Soviético de Amizade (1971). O cerco da URSS à China se completava: no leste, com a Coréia do Norte; no norte, com a Mongólia; no oeste, com os países soviéticos da Ásia Central, além do Afeganistão; e ao sul-sudeste, Índia e Vietnã. Dessa forma, para a China a saída

⁶⁹ DAVIS, M. O imperialismo nuclear e dissuasão extensiva. In: THOMPSON, Edward et alli. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 81.

⁷⁰ SPENCE, J. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 613.

era dotar sua política externa de maior pragmatismo, intensificando as relações com os EUA e com históricos rivais - como o Japão com o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês (1978).

Sendo assim, a resposta ao isolamento foi o apoio aos rebeldes islâmicos no Afeganistão, contra os socialistas apoiados pela URSS, ao Khmer Vermelho de Pol Pot no Camboja, contra os vietnamitas e ao Paquistão contra a Índia. Com isso, a diplomacia chinesa começou a apresentar fortes incongruências, em certas circunstâncias apoiando governos como o de Pinochet no Chile e de Mobuto no Zaire, em outras reagindo, no Terceiro Mundo, ao hegemonismo da URSS que financiava revoluções, intervindo em assuntos domésticos.

2.2 A projeção chinesa e os desafios geoestratégicos com os EUA

Na análise dos problemas internacionais, estamos sempre convencidos de que a contradição mais forte está entre os países imperialistas que lutam entre si pelo controle das colônias. Eles usam as contradições que possuem conosco para ocultar as existentes entre eles.

Mao Tsé-tung

O fim da Guerra Fria fez com que vários “muros” asiáticos ruíssem, especialmente pela normalização das relações sino-soviéticas⁷¹. A reconfiguração de poder na Ásia-Pacífico é um dos elementos centrais na conformação do sistema mundial em transição. Daí a crescente preocupação dos EUA com a forma como a China tem-se

⁷¹ VIZENTINI, P.; RODRIGUES, G. 2000, op. cit. p. 100.

tornado o núcleo da região, aumentando sua capacidade de projeção internacional e deslocando as posições de poder norte-americanas.

Com o fim da Guerra Fria, os norte-americanos começaram a perceber o sucesso do desenvolvimentismo chinês “como a afirmação de um indesejável poder regional”. Assim, características políticas e institucionais da China, inteiramente desconsideradas no contexto da Guerra Fria, passaram a pautar “ainda que contraditoriamente, o comportamento americano”⁷².

Em 1989 a visita de Gorbachov foi o estopim para os acontecimentos da Praça da Paz Celestial, que continham forças vinculadas à acelerada modernização do país, às divisões e lutas no interior do PCC e aos grupos apoiados por agentes externos. A repressão do governo chinês e as mortes que se seguiram forneceram aos EUA o pretexto para a alteração de sua política para a China – diante de um cenário no qual desaparecia a outra superpotência desafiante, a URSS.

E essa alteração de comportamento logo se explicitou: em 1992 os EUA venderam 150 F-16 para Taiwan, rompendo unilateralmente o Comunicado de Xangai; em 1993 vetaram a intenção da China de sediar os Jogos Olímpicos de 2000 e o seu ingresso na OMC; em 1996 enviaram dois porta-aviões para o estreito de Taiwan, de forma a monitorar os exercícios militares chineses; a partir dos anos 1990 a renovação anual do tratamento de Nação Mais Favorecida tem se constituído numa questão crescentemente delicada. Além disso, os EUA passaram a boicotar os pedidos de empréstimos chineses tanto no BID quando no Banco Mundial⁷³, bem como bombardearam intencionalmente a embaixada chinesa em Belgrado no final dos anos 1990 .

⁷² MEDEIROS, C. 1999, op. cit. p. 394; 396.

⁷³ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 54.

A questão de Taiwan se transformou num importante ponto de dissenso entre EUA e China. Enquanto o governo dos EUA passou a alimentar esperanças de independência em Taiwan, inclusive com cooperação militar, os chineses agitam objetivando incorporá-la definitivamente ao espaço nacional. A China busca estreitar os laços econômicos com Taiwan, aumentando a dependência do mercado chinês, ao mesmo tempo que enfraquece a posição internacional da ilha, isolando-a diplomaticamente. Entretanto, em março de 2005, o Parlamento chinês aprovou uma lei que autorizava o uso de meios não-pacíficos contra a ilha caso seus líderes optassem pela independência. O objetivo era dissuadir as pretensões dos grupos políticos que insistiam numa posição independentista, mostrando que este não seria um futuro *formoso* para a ilha⁷⁴. De qualquer forma, o interesse pragmático no mercado chinês e a desconfiança das alianças que sustentariam um esforço de guerra contra a China parecem ser mais importantes na avaliação dos possíveis cenários de conflito no Estreito de Taiwan.

Apesar dos inúmeros atritos diplomáticos, as relações econômicas sino-americanas revelam uma profunda interdependência, numa relação de soma positiva que, no entanto, produzem *ganhos diferenciados*. A evolução desta intrincada interdependência sino-americana pode influenciar decisivamente o rearranjo de poder regional e global e, por sua vez, o novo ordenamento mundial em conformação.

Se é verdade que a China depende do mercado e dos investimentos norte-americanos, é verdade também que os EUA dependem do influxo de capital chinês, tanto na compra de títulos do Tesouro como na relevância do dinâmico espaço chinês de acumulação. No médio e longo prazo, essa interdependência tende a enfraquecer a

⁷⁴ Ver PINTO, P. *Taiwan – um futuro formoso para a ilha?* Porto Alegre: UFRGS, 2005 e DORNELLES JÚNIOR, A. *A questão de Taiwan*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Relações Internacionais/UFRGS, 2006.

capacidade produtiva e as contas externas dos EUA, ao mesmo tempo que permite à China não só barganhar politicamente com a posse dos títulos norte-americanos como aprofundar sua modernização produtiva.

Além disso, a China tem buscado fugir à dependência dos EUA tanto em relação aos investimentos quanto em relação aos mercados. Os investimentos dos EUA *sempre* foram minoritários em relação à preponderância dos investimentos da Ásia (dominando os dos chineses ultramarinos), e o mercado norte-americano tem perdido expressão frente à crescente importância dos mercados asiáticos, e mesmo doméstico, para a China. Em 1998 o mercado dos EUA teve sua maior importância no comércio exterior chinês, alcançando 26,39%, decaindo posteriormente para 20,04% em 2004. Já o mercado da Ásia, que ocupava 56,63% do comércio exterior chinês, teve ligeiro aumento, chegando a 57,58%. Quanto aos IED's, em 2004 a participação dos EUA ficou em 6,5%, enquanto os IED's oriundos da Ásia chegaram à cifra de mais de 62% (Tabela 7).

Tabela 7: Mercado dos EUA para o comércio exterior da China

1995	20,43%	2000	24,52%
1996	21,90%	2001	23,83%
1997	23,18%	2002	23,72%
1998	26,39%	2003	21,24%
1999	26,31%	2004	20,04%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de China Statistical Yearbook

O debatido problema do declínio relativo do poder norte-americano, entretanto, refere-se a inúmeros outros elementos. Mas é, talvez, na análise da interdependência China-EUA que tenhamos elementos para uma avaliação prospectiva, isto é, de longo prazo. Quer dizer, o entendimento da dinâmica das relações sino-

americanas pode tornar mais claro o papel dessas nações no reordenamento de poder em escala mundial.

O mercado dos EUA auxiliou o restabelecimento das relações diplomáticas com a China nos anos 1970. Com o fim da Guerra Fria, a projeção internacional da China começou a preocupar a diplomacia dos EUA. Em 1990, o déficit comercial dos EUA com a China era de US\$ 10,4 bilhões, passando a ser de US\$ 201,6 bilhões em 2005. Em uma década e meia, o déficit comercial dos EUA com a China cresceu mais de 1.900%, acumulando a impressionante cifra de US\$ 1,095 trilhões. Se a China obtém a maior parte de seu gigantesco superávit comercial com os EUA, é com este superávit que o governo chinês conquista apoio na periferia, ao assumir déficits comerciais, ao mesmo tempo em que aumenta sua capacidade de investimentos na economia nacional (Tabela 8).

Tabela 8: Comércio da China com os EUA (em US\$ bilhões)

<i>Ano</i>	<i>Importações chinesas</i>	<i>Exportações chinesas</i>	<i>Total</i>	<i>% de crescimento</i>	<i>Saldo</i>
1990	-	-	-	-	10,4
1991	-	-	-	-	12,7
1992	-	-	-	-	13,3
1993	-	-	-	-	22,8
1994	-	-	-	-	29,5
1995	11,8	45,6	57,4	19,3	33,8
1996	12,0	51,5	63,5	10,6	39,5
1997	12,8	62,6	75,4	18,7	49,8
1998	14,3	71,2	85,5	13,4	56,9
1999	13,1	81,8	94,9	11,0	68,7
2000	16,3	100,0	116,3	22,6	83,7
2001	19,2	102,3	121,5	4,5	83,1
2002	22,1	125,2	147,3	21,2	103,1
2003	28,4	152,4	180,8	22,7	124,0
2004	34,7	196,7	231,4	28,0	162,0
2005	41,8	243,5	285,3	23,3	201,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.uschina.org e www.cebc.org.br

Por isso, os EUA têm pressionado a China no sentido de rever sua política cambial, da mesma forma que o Japão foi pressionado na metade dos anos 80⁷⁵. Os déficits comerciais dos EUA, todavia, referem-se mais à dificuldade de os norte-americanos assumirem a dianteira da Revolução Científico-Tecnológica (RCT) do que propriamente um problema cambial ou aduaneiro. Se considerarmos ainda os déficits orçamentários, bem como a poupança doméstica negativa, temos problemas de fundo sem os quais os EUA não conseguirão enfrentar, de forma estrutural, o desgaste de sua hegemonia.

Desde os anos de 1970, a RCT está no centro de uma ampla reestruturação da economia capitalista visando a responder ao esgotamento do modelo fordista-keynesiano que perdurou na Era do Ouro⁷⁶. A reestruturação da economia capitalista tem-se desdobrado em três frentes fundamentais: a tecnológica, com a RCT nos campos de biotecnologia, robótica, informática e novos materiais⁷⁷; a territorial, com uma nova Divisão Internacional do Trabalho, redefinindo os fluxos internacionais de capitais; e a organizacional, com as novas formas de produção *just in time* ligada ao *toyotismo*. O colapso do sistema de Bretton Wood (1971), com o fim da paridade dólar-ouro, e os Choques Petrolíferos (1973-79), com as bruscas elevações nos preços do petróleo, foram decisivos no impulso à reestruturação da economia capitalista.

A reestruturação geoeconômica do capitalismo expressa-se na forma pela qual os EUA tentam adequar-se à RCT. Desde 2002, os EUA são deficitários no comércio de

⁷⁵ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 38.

⁷⁶ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 223-390. O autor se refere ao período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 como Era do Ouro, isto é, de notável desenvolvimento da economia capitalista e de expansão do Estado de Bem-Estar Social.

⁷⁷ Os novos materiais estão ligados ao desenvolvimento de ramos da ciência como química fina, física nuclear, biologia molecular, entre outros, que revolucionam os padrões produtivos.

bens de tecnologia avançada e, desde 1998, “os lucros que elas [multinacionais norte-americanas] remetem para os EUA são inferiores aos que as empresas estrangeiras neles instaladas remetem para seus respectivos países”. Além disso, a vulnerabilidade dos EUA se apresenta em uma economia na qual os serviços financeiros, os seguros e os bens imóveis avançaram duas vezes mais rápido do que a indústria entre 1994 e 2000⁷⁸, e tem obedecido a esta tendência nos últimos anos. É importante considerar a relação entre expansão financeira e crise hegemônica, bem como a reação dos EUA ao possível declínio⁷⁹.

A conformação de um mundo mais complexo, com novos pólos de poder, causa preocupações aos EUA. A sustentação das fragilidades geoeconômicas e geopolíticas dos EUA têm dependido, por isso, do controle de certas zonas de produção de petróleo e do movimento do capital financeiro (bônus do Tesouro, obrigações, ações, etc.). Do contrário, não haveria como garantir o equilíbrio da balança de pagamentos americana e o financiamento da importação de bens de todo tipo – além de ter a consequência grave de inflacionar os riscos⁸⁰.

Quanto ao controle do petróleo, ele garante não só suprir a dependência energética fóssil e fornecer uma fonte de recursos monetários, mas também controlar indiretamente as potências desafiantes, utilizando-se justamente da linha de força em que permanece todo-poderoso, o poder militar⁸¹. Por isso, os EUA têm buscado recompor suas posições de poder utilizando-se das *linhas de menor resistência* (Afeganistão, Iraque, Irã, Coreia do Norte, etc.). Ou melhor, não encontram outros meios de reafirmação do seu

⁷⁸ TODD, E. *Depois do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 82-5.

⁷⁹ ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. p. 282.

⁸⁰ TODD, E. 2003, op. cit. p. 108-9; 118.

⁸¹ HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 30.

poder senão controlando indiretamente os recursos de poder que possam ser estratégicos às potências desafiantes (China, Japão, União Européia e Rússia).

No entanto, esse recurso à força conduz à erosão da hegemonia e a um dilema angustiante: “o aparelho militar americano está superdimensionado para garantir a segurança da nação, mas subdimensionado para controlar um império e, de modo mais amplo, para manter de forma duradoura a hegemonia na Eurásia”⁸². Ao mesmo tempo, esse dilema no plano militar repercute no grau de engajamento no sistema internacional, isto é, “sem reduzir sua presença internacional, os EUA não lograrão reorientar sua economia; mas, sem sua liderança mundial, o país não conseguirá obter os meios necessários para retomar o crescimento e a dianteira tecnológica”⁸³.

O recuo do universalismo ideológico, a queda da eficiência econômica e a insuficiência militar dos EUA revelam sérias deficiências de fundo na reafirmação da hegemonia⁸⁴. O dólar tem perdido força como única moeda forte de reserva da economia mundial, seja pelo surgimento do euro, seja por sua sustentação depender de permanentes infusões de compras de títulos, especialmente pela China. As forças terrestres dos EUA encontram dificuldades de superar resistências locais, enquanto as ações unilaterais que a viabilizam produzem fissuras políticas e alianças anti-hegemônicas.

A erosão da hegemonia, isto é, do consentimento em torno de sua liderança, se acentua na medida em que implica um comportamento errático que pode ter como efeito coalizões que dificultem as pretensões norte-americanas. A projeção de pólos regionais de poder e a emergência da China acentuam as preocupações dos EUA. No caso

⁸² TODD, E. 2003, op. cit. p. 99.

⁸³ VIZENTINI, P. *Geopolítica e conflitos contemporâneos*. Porto Alegre: Leitura XXI, v. 3, 2005, p. 105.

⁸⁴ TODD, E. 2003, op. cit. p. 161.

da China, a preocupação decorre do seu peso geopolítico e das características do projeto chinês.

A China é o único poder continental eurasiático em contato com o nordeste, sudeste, sul e centro da Ásia, além da Rússia, conferindo-lhe a condição de maior jogador geoestratégico capaz de interferir nos interesses regionais e globais dos EUA⁸⁵. São, além disso, 1,3 bilhões de habitantes, mais de 9,5 milhões de km² (terceiro maior território do mundo) em contato fronteiro com 22 países. Um país, pois, com características de potência *continental e marítima* ao mesmo tempo.

Trata-se de um projeto com nítidas pretensões e possibilidades autônomas, expressas, inclusive, na sua capacidade militar (possui armamento nuclear, indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e missilística, capacidade militar de dissuasão, além de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU)⁸⁶.

A China tem-se projetado internacionalmente buscando criar no mundo uma relação de forças propícias aos seus objetivos políticos de longo prazo: daí o alinhamento chinês ao G-22, criado no âmbito da OMC; as pressões da embaixada chinesa na ONU pelo perdão das dívidas do Terceiro Mundo; a recente abertura comercial total a produtos dos 35 países mais pobres do mundo; a decisão de apoiar a reforma no Conselho de Segurança da ONU, democratizando-o aos países da periferia; a transferência de tecnologia de usinas hidrelétricas e termelétricas para países africanos (Angola, Etiópia, Guiné), entre outras políticas⁸⁷.

A resposta dos EUA, segundo acadêmicos norte-americanos deve conter o incremento das capacidades militares da China; preservar as “regras do jogo” com um

⁸⁵ SWAINE, M.; TELLIS, A. *Interpreting China's grand strategy: past, present and future*. Santa Monica: RAND, 2000, p. 2.

⁸⁶ VIZENTINI, P. v. 3, 2005, op. cit. p. 116.

⁸⁷ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p.37-8 e 191.

mínimo de mudança e esforço; manter a ordem política renovando as alianças existentes; construir novas alianças para proteger os Estados potencialmente ameaçados pelo poder ascendente; e preparar-se para a guerra para manter sua posição e a de seus aliados. Assim, a política externa dos EUA para a China tem que estar voltada para 1) perseguir a cooperação, integrando a China ao sistema internacional e à democracia; 2) evitar que a China adquira capacidade de ameaçar os interesses dos EUA na Ásia e em outros continentes; 3) preparar-se para lidar com uma China afirmativa, com grandes capacidades militares e como poder emergente⁸⁸.

A evolução da política internacional, no entanto, tem dado alguns sinais de desacordo em relação aos objetivos traçados pelos estrategistas norte-americanos. É justamente preservando as “regras do jogo” que a China tem logrado uma posição de crescente destaque no cenário internacional. Quer dizer, tem conseguido uma acelerada modernização econômica e desenvolvimento tecnológico, fortalecimento de suas capacidades militares e ampliação das suas alianças diplomáticas e de sua projeção internacional.

Acadêmicos e políticos norte-americanos dão ênfase à necessidade de transformar a China numa democracia liberal, de modo a ser mais facilmente integrada à ordem internacional e menos inclinada a utilizar meios militares⁸⁹. No entanto, acadêmicos chineses consideram que a insistência norte-americana nos direitos individuais e na democracia aparece como mecanismo de interferência na política doméstica da China e, por sua vez, na subversão da estabilidade social e do desenvolvimento econômico dirigido pelo PCC⁹⁰.

⁸⁸ SWAINE, M.; TELLIS, A. 2000, op. cit. p. 234-40.

⁸⁹ SWAINE, M.; TELLIS, A. 2000, op. cit. p. XIV. Da mesma forma, BUZAN; WAEVER, 2003, p. 148 afirmam que ou China se torna democrática e liberal ou se tornará militarista e nacionalista.

⁹⁰ CHUNG, H. 2004, op. cit. p. 993.

Na verdade, os EUA querem impor à China a mesma “democracia” que conseguiram exportar para a ex-URSS: ascensão aos poderes do Estado e da gestão da economia de uma verdadeira máfia, que culminou no controle de um autocrata, como Boris Ieltsin, capaz de bombardear o Parlamento; miséria em massa e assustadora diminuição da duração média de vida; recolonização de um enorme território reduzido à condição de Terceiro Mundo; e o desmembramento e fragmentação territorial⁹¹.

Apesar dos custos, a repressão na Praça da Paz Celestial “economizou à China (e ao mundo) uma reedição, em escala muito mais larga, da tragédia que atingiu a URSS e a Iugoslávia, e chegou em cima da hora para conseguir privar os EUA do triunfo final, que eles já antegozavam”⁹². Como resposta ao acercamento dos EUA, a China acumula forças tornando-se o núcleo da dinâmica Ásia-Pacífico e constrói sólidas alianças internacionais.

Os líderes chineses acreditam que a projeção da China depende da continuidade do desenvolvimento econômico, com condições de paz externa e estabilidade doméstica. A redução, pois, da influência norte-americana decorre de três razões principais: geopolítica, visando a conter a expansão da OTAN para a Ásia Central; geoeconômica, visando a colocar sob controle sino-russo os recursos naturais da Ásia Central; geoestratégica, visando a garantir a estabilidade das fronteiras ocidentais da China, minimizando a penetração do terrorismo e do separatismo e reconstruindo a antiga Rota da Seda⁹³. Daí a importância da formação da Organização para Cooperação de Shangai (OCS), em 2001, pela qual a China se aproximou estrategicamente da Rússia e

⁹¹ LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 183.

⁹² LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 188.

⁹³ CHUNG, H. 2004, op. cit. p. 993; 997-1003.

dos países da Ásia Central, tais como Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

No entanto, autores norte-americanos são claros ao afirmar que a transformação de potencial em poder na China é significativa, pois, se concluída com sucesso, pode resultar em uma dramática transição de poder no sistema internacional⁹⁴. Qual a resposta da nação hegemônica, os EUA, à erosão de sua posição internacional?

Se o poder vier a entrar em colapso, será sobretudo pela resistência norte-americana à adaptação e à conciliação. E, inversamente, a adaptação e a conciliação norte-americanas ao crescente poder econômico da região da Ásia-Pacífico é condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial⁹⁵.

Entretanto, há autores que afirmam que, mesmo não tendo recorrido à força para estender ou controlar historicamente sua esfera de influência, o comportamento da China pode vir a ser baseado no recurso à força como fora a de outros poderes ascendentes ou *desafiantes*⁹⁶. O que é importante destacar é que os EUA continuam a ter importante dispositivo militar na região: cerca de 100 mil homens em estado de prontidão distribuídos no Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia e Austrália, além de facilidades militares em Cingapura, Guam, Ilhas Marianas, Havaí e Califórnia. O Comando do Pacífico, por exemplo, abrange 43 países e tem cerca de 300 mil homens, o que representa 1/5 das Forças Armadas dos EUA⁹⁷. A ênfase da projeção de força dos EUA no Pacífico situa-se na forte presença de suas forças navais.

⁹⁴ SWAINE, M; TELLIS, A. 2000, op. cit. p. 1.

⁹⁵ ARRIGHI, G.; SILVER, B. 2001, op. cit. p. 298.

⁹⁶ SWAINE, M.; TELLIS, A. 2000, op. cit. p. 54 e 218.

⁹⁷ OLIVEIRA, A. A crise asiática: mito e realidade. In: VIZENTINI, Paulo; CARRION, Raul. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 89.

O argumento central é que há conveniência, por parte da China, em manter a trajetória de *ascensão pacífica*, pois é com essas “regras do jogo” que ela tem logrado a condição de potência mundial. Quer dizer, não se invalida o argumento de que o reordenamento de forças na região conduza à guerra, mas se sublinha que o crescente recurso à força tem marcado os movimentos recentes da política externa dos EUA, evidenciando a resistência à sua perda de poder relativo. Em outras palavras, nem sempre as potências *desafiantes* (em ascensão) tendem a recorrer à força nas relações internacionais, mas somente aquelas que num dado *status quo internacional* tendem ao *declínio relativo* e à perda de proeminência.

3 - A CHINA E A ÍNDIA: REORIENTAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

A China “até em seus tempos de fraqueza, manteve a unidade política”, ao passo que, “na Índia de 1740, a autoridade imperial havia desmoronado por completo”⁹⁸. O longo período de subordinação às nações imperialistas culmina nas independências nacionais do pós-guerra: a Índia em 1947 e a China em 1949 – embora esta já tivesse dado um primeiro passo em 1911, com a proclamação da República. A Guerra Fria, após um interregno de aproximação, de 1947 até 1962, desembocou numa crescente tensão entre China e Índia. A partir dos anos 1970, enquanto a primeira nação se aproximava dos EUA, a segunda buscava na URSS o contrapeso de poder na Eurásia – numa espécie de *Diplomacia Cruzada*.

Entretanto, o fim da Guerra Fria tem levado os EUA a manterem maior distanciamento e preocupação com relação à ascensão chinesa. Enquanto a China busca um acercamento com a Rússia, para os EUA a Índia tem surgido como possível base de poder na região. Se a aliança sino-russa parece cada vez mais consolidada, a aproximação indo-americana encontra sérios empecilhos, inclusive devido à rápida melhora nas relações entre China e Índia. A Índia, nesse sentido, deve assumir papel central no novo ordenamento mundial que está se conformando. Isto é, a inserção internacional da Índia pode definir a acomodação de forças na Eurásia assim como a velocidade do recuo do poder dos EUA na região. Além disso, o desenvolvimento da Eurásia, bem como seus alinhamentos diplomáticos, deve responder se a região assumirá, ou não, seu papel de pivô na história mundial.

⁹⁸ PANIKKAR apud ARRIGHI, G. 2001, op. cit. p. 235.

3.1 Os conflitos da Guerra Fria

A China e a Índia, duas velhas civilizações vizinhas, mantiveram pouca interação socioeconômica ou político-cultural ao longo de séculos. Há algumas explicações para a ocorrência do relativo distanciamento sino-indiano, especialmente o caráter autocentrado de seus desenvolvimentos, a barreira natural representada pela Cordilheira do Himalaia, bem como o fato de os centros geoeconômicos estarem distantes, isto é, no caso indiano, a planície indo-gangética, e no caso chinês, os vales férteis junto ao Pacífico. Entretanto, apesar das diferentes experiências coloniais, ambas foram objetos de exploração e subjugação em similar medida⁹⁹.

No caso da China, apesar da soberania formal, houve perdas territoriais, desorganização da estruturação social, a ponto de o país ter o controle das alfândegas nas mãos de britânicos por 45 anos. No caso da Índia, com a soberania completamente desfeita, os britânicos praticamente destruíram a forte indústria têxtil indiana, tornando-a grande importadora da Grã-Bretanha¹⁰⁰.

A conturbada descolonização dos dois gigantes da Ásia no pós-guerra, China e Índia, foi permeada por profundos conflitos, mas também por importantes diferenças. Enquanto na China a revolução e a reconstrução nacional resultaram de um longo ciclo de guerra civil e instabilidades internas, na Índia, a guerra civil foi o resultado da independência e da fragmentação territorial que se seguiu. A revolução de 1949 permitiu a coesão necessária, apesar dos percalços, para a manutenção da unidade nacional e para recuperação dos territórios ocupados ou ameaçados pelo separatismo. Na Índia, o

⁹⁹ SIDHU, W.; YUAN, J. *China and India: cooperation or conflict?* New Delhi: India Research Press, 2003, p. 10.

¹⁰⁰ Ver CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada*. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2003.

imperialismo britânico fomentou as fraturas sociais que depois se transformariam em sérios conflitos.

A descolonização da Índia em 1947, após a retirada britânica sem resistência, produziu, além da fragmentação territorial, conflitos e uma forte espiral de violência. Assim, o conflito religioso entre a Liga Muçulmana e o Partido do Congresso transformou-se num conflito interestatal e político-militar entre um Paquistão islâmico (dividido em Ocidental e Oriental) e uma Índia secular e multicultural, mas predominantemente hindu¹⁰¹. O conflito interestatal criou 15 milhões de refugiados, ao cruzar as novas fronteiras com o Paquistão, e culminou em mais de 2 milhões de mortos na subsequente guerra civil¹⁰².

O conflito de 1947-48 entre Paquistão e Índia seria o primeiro de uma histórica rivalidade no Sul da Ásia. As disputas indo-paquistanesas se estenderam ao longo de toda a zona fronteira, embora estivesse mais concentrada na região da Caxemira e do Punjab (Mapa 4). O contencioso oscilava entre os planos diplomáticos e militares, condicionando as alianças políticas e estratégicas na região.

¹⁰¹ BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and Powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 101.

¹⁰² HOBBSBAWM, E. 1994, op. cit. p. 58.

Mapa 4: Conflitos na Ásia Meridional



Fonte: VESENTINI, José. *Geografia do mundo subdesenvolvido*. São Paulo: Ática, 2004, p. 229.

A aproximação entre a China e a Índia se deu a partir do estabelecimento das relações diplomáticas em abril de 1950. Aliás, a Índia foi um dos primeiros países a reconhecer a República Popular da China, proclamada em 1949. Apesar das diferenças ideológicas e das disputas fronteiriças entre China e Índia, a aproximação culminou na declaração conjunta sobre os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, em 1954, pela iniciativa de Zhou Enlai e Nehru. Estes princípios estavam assentados nos seguintes pontos: 1) respeito mútuo ao território e à soberania; 2) não agressão; 3) não ingerência em assuntos internos; 4) igualdade e benefício mútuos; 5) e coexistência pacífica¹⁰³.

¹⁰³ PINTO, P. 2000, op. cit. p. 70-1.

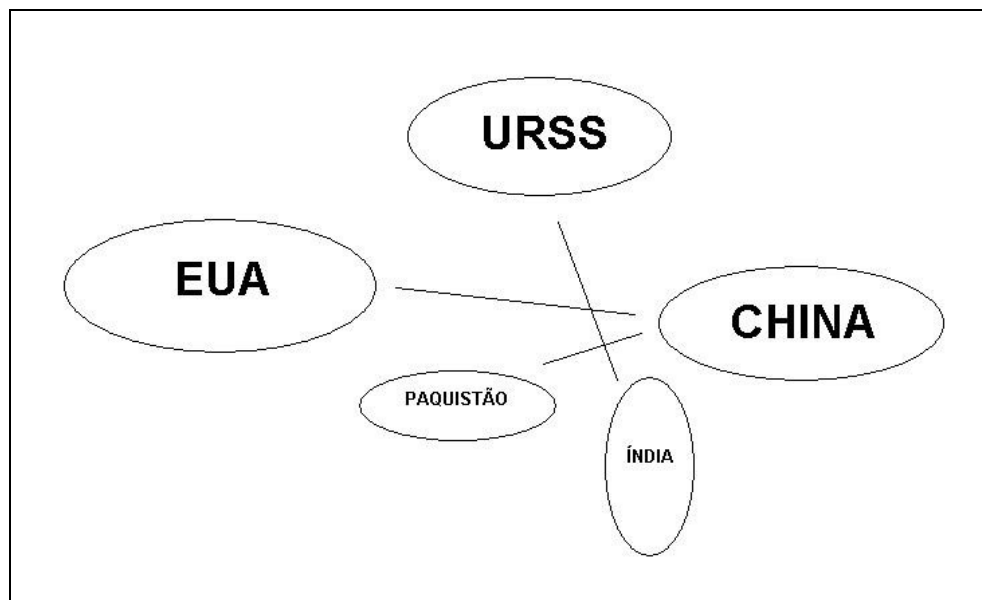
A liderança ativa do governo indiano no Movimento dos Países Não-Alinhados e o nacionalismo eram produtos de um complicado processo de independência e de luta anticolonial. A Conferência de Bandung, Indonésia, em 1955, “marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional”, bem como a consolidação e as transformações no campo socialista, a obtenção de um relativo equilíbrio nuclear e a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, resultado do início de um processo de multilateralização das relações internacionais¹⁰⁴.

Ao não-alinhamento e ao neutralismo, associava-se a defesa da descolonização, da autodeterminação dos povos e, por sua vez, das soberanias nacionais, frente à pressão das grandes potências. Em 1961 realizou-se a I Conferência dos Países Não-Alinhados, em Belgrado, Iugoslávia, a partir da organização de Tito, Nasser, Sukharno e Nerhu, que manifestava a defesa de uma nova ordem política e econômica mundial menos assimétrica.

Apesar da atuação no movimento neutralista e não-alinhado, a aliança sino-americana impulsionou a Índia a buscar um contrapeso regional. Em 1971, a Índia assinou o Tratado Indo-Soviético de Amizade, respondendo à aproximação sino-americana, que interessava à URSS como resposta aos conflitos com a China. Conformava-se uma espécie de *Diplomacia Cruzada* que pautaria a Guerra Fria na região.

¹⁰⁴ VIZENTINI, P. v. 2, 2004, op. cit. p. 88-89.

Esquema 1 – Cenário da Guerra Fria: A Diplomacia Cruzada



Elaborado pelo autor

A aliança entre Índia e URSS era o reflexo da deterioração das relações da China tanto com a Índia como com a URSS. A ruptura sino-soviética se desdobrou no mesmo contexto em que se avolumavam as tensões sino-indianas. As tensões entre China e Índia tornaram-se insustentáveis devido, primeiramente, à concessão indiana de asilo político ao Dalai Lama, após a revolta no Tibet em março de 1959, e, posteriormente, às disputas fronteiriças. Estas disputas culminaram na guerra de fronteira em outubro de 1962, vencida com folga pela China (Mapa 4).

Depois dos choques de fronteira sino-indianos de 1962, o governo soviético enviou abastecimentos militares à Índia¹⁰⁵ e estabeleceu suas forças armadas na fronteira com a China “ao longo de toda a extensão de 6.400 quilômetros da fronteira chinesa, que

¹⁰⁵ KENNEDY, P. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 382.

rapidamente chegou a mais de 40 divisões”¹⁰⁶. Os atritos sino-soviéticos culminaram nos conflitos ao longo do rio Ussuri na Sibéria, em 1969. A resposta do governo chinês foi o apoio dado ao governo do Paquistão, inclusive nos conflitos com a Índia em 1965 e 1971.

O apoio do governo chinês ao Paquistão Ocidental, em 1971, não evitou a independência do Paquistão Oriental¹⁰⁷, que contou com apoio do governo indiano. Com efeito, a China passou a desenvolver uma política externa com forte conteúdo anti-soviético ao mesmo tempo que tornava mais pragmática sua política externa para o Terceiro Mundo.

Uma década após a China comprovar que possuía artefato nuclear, a Índia explode sua bomba atômica, em 1974. Além dos conflitos com a China e Paquistão, a Índia estava envolvida em disputa territorial com Bangladesh em 1979 pelo controle de uma ilha na Golfo de Bengala. No mesmo contexto, a intervenção da URSS no Afeganistão aumentou o apoio dado ao Paquistão tanto por parte do governo da China quanto por parte do governo dos EUA.

Na década de 1970, associado a estes conflitos regionais, a Índia enfrentava sérios problemas domésticos. Os choques petrolíferos (1973-79) golpearam a economia indiana, dependente das importações dos recursos energéticos fósseis. As exportações não estavam gerando divisas para compensar as importações, seja de petróleo, seja de alimentos, para uma população que crescia cerca de 15 milhões de habitantes por ano. A resistências às campanhas de esterilização orientadas pelo Banco Mundial fizeram o

¹⁰⁶ KISSINGER, H. 1997, op. cit. p. 860.

¹⁰⁷ Após a independência passou a chamar-se Bangladesh, um país que tem os bengali como grupo étnico e o islamismo como religião dominante. Este é atualmente um país muito pobre e superpovoado (cerca de 1000 hab./km²), afetado seriamente por catástrofes naturais como enchentes, ocasionadas pelas chuvas de monções, e ciclones tropicais originários do Golfo de Bengala.

governo de Indira Gandhi decretar estado de emergência em 1975 e estabelecer censura à imprensa.

Após este ciclo de conflitos e disputas diplomáticas, os anos 80 e 90 serão marcados por uma relativa distensão nas relações bilaterais sino-indianas. A retomada dessas relações bilaterais refletia o esgotamento da Guerra Fria, no plano internacional, e a reorientação das prioridades dos Estados, nos planos doméstico e regional. Enquanto a China projetava uma arrancada industrial com as reformas promovidas por Deng Xiaping, a Índia encontrava-se em cenário mais complexo.

A normalização no relacionamento diplomático entre China e Índia consegue significativos resultados. As principais evidências são a retomada de visitas entre governantes e militares sino-indianos; a expansão dos contados e da cooperação no comércio de bens e serviços; e a recuperação das negociações sobre as disputas fronteiriças. O resultado foi o incremento comercial que passou de US\$ 117,4 milhões em 1987 para US\$ 1,922 bilhões em 1998¹⁰⁸.

Apesar da sensível melhora no relacionamento sino-indiano nos anos 1980-90, a virada do milênio traria importantes elementos para o relacionamento bilateral, além de elementos para o rearranjo de forças em escala regional e também mundial. O reposicionamento de China e Índia na nova ordem mundial em conformação, depende, em grande parte, de suas relações bilaterais, inserções em âmbito regional e respostas à penetração dos EUA na Eurásia.

¹⁰⁸ SIDHU, W.; YUAN, J. 2003, op. cit. p. 22;25.

3.2 A reaproximação e a redefinição das alianças

O verdadeiro século da Ásia-Pacífico, ou da Ásia, só existirá quando a China, a Índia e os demais países vizinhos tiverem se desenvolvido. De igual modo, não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil.

Deng Xiaoping, *Textos Escogidos*. 1988

Se, no contexto da Guerra Fria, a Índia, aliada da URSS, projetava-se mais para o Oceano Índico, mantendo uma industrialização substitutiva e autocentrada, o colapso da URSS e a ascensão da Ásia-Pacífico têm forçado a uma maior aproximação com a China. O governo da Índia tem sido objeto de interesse também por parte da política externa dos EUA. A Índia, nesse sentido, tem realizado movimentos sutis no sentido de dissuadir o problema com o Paquistão e, também, de conectar-se ao dinamismo econômico da Ásia-Pacífico.

A inserção internacional da Índia foi assumindo, todavia, contornos delicados com o fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS que a acompanhou. De um lado, a Índia perdeu seu tradicional aliado, a URSS, que, entre 1951 e 1985, forneceu entre 60-70% das aquisições militares do país. De outro, nesse mesmo contexto, a Índia enfrentou uma crise na balança de pagamentos que conduziu ao programa de liberalização econômica iniciado em 1991. Assim, “como a experiência sino-russa, Pequim e Nova Delhi tem conduzido uma longa rota de normalização”¹⁰⁹.

As reformas econômicas de perfil liberalizante diminuíram o controle sobre as exportações, tornaram o câmbio flutuante (rúpia em relação ao dólar) e facilitaram a

¹⁰⁹ Idem., p. 119; 123.

atração dos investimentos estrangeiros. As dificuldades da Índia nos anos 1980 fizeram o BJP (Bharatiya Janata Party) crescer seus espaços políticos, assumindo o poder central em 1998. Este partido hindu, com fortes traços fundamentalista, tem radicalizado os conflitos políticos e sociais internos.

O BJP buscou, no plano regional e internacional, projetar a Índia utilizando testes com bombas atômicas em 1998. Estes testes foram justificados pelo primeiro ministro indiano, inclusive ao governo dos EUA de Bill Clinton, com a “teoria da ameaça chinesa”. Esta teoria estava baseada na identificação da China como Grande Potência com capacidade nuclear e poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

Contudo, em 1999, o ministro das relações exteriores da Índia visitou a China, restabelecendo o diálogo em alto nível, e ambos os lados declararam que não se percebiam como ameaça. Em 2003, o primeiro-ministro da Índia visitou a China expressando novamente que não considerava aquele país uma ameaça¹¹⁰.

Na verdade as relações sino-indianas têm melhorado desde 1998 e, significativamente, neste novo século. Os progressos diplomáticos se apresentam no plano político-militar nas questões mais sensíveis envolvendo o encaminhamento das negociações sobre as fronteiras. Em 1993, firmou-se o *Acordo sobre a Manutenção da Paz e da Tranqüilidade na Atual Linha de Controle* para conduzir as reduções das tropas e promover encontros regulares entre comandos militares nas fronteiras, além de realizar notificação dos exercícios militares de ambos os lados.

A China tem reconhecido a soberania indiana sobre o Sikkim¹¹¹, enquanto a Índia tem reconhecido a soberania chinesa sobre o Tibet. Para estabilizar estas duas

¹¹⁰ PANT, H. The Moscow-Beijing-Delhi ‘Strategic Tringle’: an idea whose time may never come. In: *Security Dialogue*, 35 (3), 2004, p. 318.

¹¹¹ O Sikkim foi um protetorado da Índia Britânica incorporado pela Índia em 1974-75.

regiões, em julho de 2006, os dois países reabriram a antiga rota Nathula, antiga rota comercial que atravessa a Cordilheira do Himalaia e que estava fechada desde a guerra sino-indiana de 1962.

Se a China desde o final da década de 1970 tem apresentado um acelerado desenvolvimento interno e uma forte projeção internacional, o quadro da Índia é muito mais contraditório. Ainda assim a Índia está ampliando sua projeção regional, aproveitando-se da assimetria geográfica dos países. Tal ascendência indiana evidencia-se pela criação da SAARC (South Asian Association for Regional Cooperation) em 1985, com Índia, Paquistão, Bangladesh, Butão, Maldivas, Nepal e Sri Lanka. Apesar dos conflitos indo-paquistaneses, da assimetria entre os países e dos problemas econômicos e políticos, revela a criação de um ambiente que abre possibilidade de integração, mesmo que lenta e complexa.

Além de forte poder militar, decorrente do amplo apoio soviético, a Índia possui capacidade nuclear e grande desenvolvimento na produção científica e tecnológica, inclusive em setores da Revolução Científico-Tecnológica, como informática e medicamentos genéricos. Têm sido claras as demonstrações da Índia de que não aceita ser coadjuvante na política internacional, desde sua liderança no Movimento dos Países Não-Alinhados até sua histórica rejeição em assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), dotando-se de capacidade nuclear. O TNP, aliás, após décadas do seu surgimento (1968) teve resultados medíocres: cristalizou o poder nas potências centrais; não penalizou países que não ratificaram o acordo, como Israel e Paquistão, aliados norte-americanos; e não produziu compensações significativas aos países que, ingenuamente, aceitaram o desarmamento, como o Brasil. Ou seja, criou-se um ordem

política-militar abertamente desigual que, por vezes, produz corrida rumo às armas atômicas.

A Índia tem buscado ampliar sua projeção internacional, inclusive com a formação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), que teve sua 1ª Cúpula em setembro de 2006, em Brasília. O IBAS busca articular interesses comuns entre três países semi-periféricos industrializados e líderes de suas respectivas regiões, especialmente na OMC e nas disputas acerca da reforma da ONU. Esta articulação pode contribuir para alterar o equilíbrio do poder mundial e acelerar a conformação de um mundo multipolar, ou menos vulnerável às investidas militares dos EUA. Contudo, existem *interesses contraditórios* no IBAS que, ao mesmo tempo que dificultam a integração, permitem aos EUA explorá-los, mantendo assim sua ascendência sobre eles.

O significativo potencial da Índia e da China associam-se ao dinamismo da Ásia em geral, criando condições objetivas para a construção de uma nova correlação de forças na região e no mundo. A aproximação sino-indiana delineia, por sua vez, condições não só para o deslocamento das posições de poder dos EUA como para a construção de um mundo multipolar.

A conformação de um mundo multipolar coloca a Índia como um *possível* pólo regional, mais precisamente do Sul da Ásia. Isso permitiria que ela aumentasse sua projeção no Oceano Índico, complicando as posições dos EUA, que tem base militar na Malásia, onde controla o estreito de Malaca, principal passagem para o Oceano Pacífico.

No plano interno, as divisões étnico-religiosas de base hindu se apresentam como um desafio de grande envergadura para o desenvolvimento indiano, já que as fraturas sociais conservadoras, que limitam a ascensão social, impõem sérios desafios à coesão nacional e à unidade territorial. Na Índia são 18 línguas reconhecidas oficialmente

e mais de 1.500 dialetos, assim como mais de duas mil castas derivadas das quatro originárias¹¹². Assim, as barreiras sociais rígidas que decorrem das estruturas de castas hindu abrem espaços para uma forte penetração e expansão do islamismo na sociedade indiana, aprofundando conflitos religiosos internos e externos, com seus vizinhos Paquistão e Bangladesh.

As divisões étnico-religiosas geram fraturas sociais e o pior regionalismo que ameaça a federação indiana. O nordeste da Índia evidencia, por exemplo, o sutil equilíbrio de forças sobre o qual se assenta a unidade nacional: um território vertebrado pelo rio Bramaputra que liga o subcontinente indiano, o Sudeste da Ásia e o mundo chinês, com grandes adensamentos populacionais de enorme diversidade étnica (hindis, bengalis, nepaleses, tibetanos) e religiosa (hinduístas, budistas, islâmicos, cristãos). Além disso, a Índia é cercada por países vizinhos que são instáveis, superpovoados e/ou contribuem para a maior complexidade étnico-religiosa do subcontinente indiano (Paquistão, Nepal, Bangladesh, Mianma, China e Butão).

Em maio 2004, o Partido do Congresso voltou ao poder, com o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh a frente. Contudo, os traços da política interna e internacional permanecem indefinidas. O governo indiano escolheu 6 grandes eixos de atuação: 1) combater todos os fundamentalismos e promover a harmonia social através da afirmação do caráter laico do Estado indiano; 2) assegurar uma taxa de crescimento anual de, no mínimo 7 a 8%, com o objetivo de gerar emprego; 3) melhorar as condições de vida do mundo rural e dos trabalhadores, especialmente dos setores informais; 4) garantir plenamente os direitos das mulheres; 5) assegurar a igualdade de oportunidades em

¹¹² As quatro castas originais são os *brâmanes*; os sacerdotes detentores do saber, os *xátrias*; os militares detentores do poder; os *vaixias*, comerciantes e fazendeiros detentores do ter; e os *sudras*, trabalhadores, detentores do fazer.

relação a educação e emprego para as “castas baixas”, as “outras classes baixas”, as tribos e as minorias religiosas; e 6) permitir o dinamismo de todas as forças produtivas do país e a boa governabilidade.

No entanto, o governo indiano está parcialmente preso ao ajuste fiscal, às privatizações de empresas públicas eficientes e às desregulamentações para a entrada de IED, para os fundos de Previdência e para o mercado de trabalho. Assim, os investimentos públicos ficam constrangidos, de modo que a Frente de Esquerda, especialmente os líderes do Partido Comunista da Índia (marxista), estão realizando duras críticas e ameaçando abandonar o apoio ao primeiro-ministro, apesar de sua ação contra o fundamentalismo hindu e a xenofobia.

Os contrastes que marcam a Índia impõem, sem dúvida alguma, os *maiores desafios*: um país, de um lado, pré-moderno, superpovoado, com carências medulares em alimentação, saneamento básico, escolarização, energia elétrica, habitação e, de outro, inserido na RCT, com inovações em informática, produção de fármacos, grandes centros de pesquisa e capacidade militar desenvolvida (inclusive nuclear).

A resolução das profundas contradições em que se assenta a Índia é elementar para o sucesso de sua inserção internacional. Mas se a consolidação da unidade interna é uma condição para o acesso ao nível de liderança num futuro mundo multipolar, então as estruturas sociais e as disputas políticas internas na Índia são desafiadoras para os líderes do país. A ascensão do BJP “não somente fracassou em conter, mas, ao contrário, intensificou as tensões étnicas”¹¹³ devido ao tratamento hostil às minorias não-hindus. Em um país, e região, de equilíbrio delicado de minorias étnico-religiosas, essa pode ser uma política comprometedora para ascensão internacional da Índia.

¹¹³ HARRISS, J. Índia: os amargos frutos da ambição grandiosa. In: VIZENTINI; WIESEBRON. *Neohegemonia americana ou multipolaridade?* Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 203.

No plano regional, o Paquistão se apresenta como um ator de grande importância e que tem influenciado decisivamente as posições da Índia. Além da primeira preocupação em segurança nacional, o Paquistão compõe fator decisivo na coesão nacional e na identidade indiana, devido às suas complexas divisões sociais e étnicas. O Paquistão tem sido historicamente um importante elemento de triangulação com Índia e China: o Paquistão tem-se aliado com a China para contrabalançar o poder da Índia; a China tem usado o Paquistão para dividir as atenções da Índia; e a Índia tem percebido as relações sino-paquistanesas como a principal ameaça em suas fronteiras.

O Paquistão durante a Guerra Fria foi aliado dos EUA e da China, passando a apoiar os talibãs. Com a saída dos soviéticos do Afeganistão e a tomada de Cabul pelos talibãs, o Paquistão perdeu importância para os EUA, que passaram a aproximar-se de forma ambígua também da Índia. Depois dos atentados de 11 de setembro, o Paquistão passou a ser percebido como conivente com os talibãs e a Índia como importante contrapeso à ascendência chinesa. O regime golpista do general Musharraf no Paquistão abandonou os talibãs e começou a pressionar a Índia na Caxemira para legitimar-se frente aos aliados islâmicos¹¹⁴.

O apoio dos EUA ao Paquistão no plano regional acaba empurrando a Índia para uma maior aproximação com a China, a Rússia e o Irã¹¹⁵. O ingresso da Índia e do Irã, como observadores na OCS, atesta a disputa e o reordenamento de forças na região. Por isso, o Paquistão pode ser o “fiel da balança” nas relações de poder regionais, bem como no realinhamento estratégico dos gigantes da Ásia, China e Índia, logo, produzindo impacto amplo nas relações internacionais.

¹¹⁴ VIZENTINI, P. *Oriente Médio e Afeganistão*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 108; 122-3.

¹¹⁵ VIZENTINI, P. v. 3, 2005, op. cit. p. 129.

De qualquer forma, tanto Índia como China estão logrando pujante desenvolvimento, desequilibrando as estruturas hegemônicas de poder do sistema mundial, apesar dos seus perceptíveis contrastes. A China, entre 1980 e 2005, fez sua participação na economia mundial passar de 3,45% para 15,41%, sua participação no comércio global subiu de 0,79% para 6,9% e seu analfabetismo regredir de 33% para 8,7%. A Índia, entre 1980 e 2005, fez sua participação na economia mundial passar de 3,34% para 5,95%, sua participação no comércio global subiu de 0,54% para 1,07% e seu analfabetismo regredir de 56% para 39% (Tabela 9)¹¹⁶. É inegável o êxito dos gigantes asiáticos, que representam cerca de 40% da população mundial, assim como é inegável que os desafios que terão de enfrentar também são de grande envergadura. Nesse sentido, o caso da Índia ainda é mais complexo, pois seus indicadores sociais (saneamento, saúde, educação, acesso à energia), demográficos (densidade e crescimento vegetativo) e econômicos (déficit comercial e PIB) reclamam grandes ações para sua superação.

Tabela 9: Dados comparativos de China e de Índia em 2005

	<i>China</i>	<i>Índia</i>
Crescimento econômico (%)	9,9	8,3
Participação na economia mundial (%)	15,41	5,95
Fatia do comércio global (%)	6,9	1,07
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	941	163
Índice de analfabetismo (%)	8,7	39
PIB em PPP (US\$ bilhões)	9.412,36	3.633,44
PIB per capita em PPP (ajustado em US\$)	7.204,13	3.344,17
PIB per capita (US\$ bilhões)	1.702,85	713,68
Energia consumida em 1.000 KTOE (quilotons de equivalente de petróleo)	1.409,38	553,39
Estoque de investimentos em outros países (US\$ bilhões)	38,82	5,33
Total do comércio exterior (US\$ bilhões)	1.432,1	221,4
Saldo comercial (US\$ bilhões)	101,9	-41,8
População absoluta (bilhões)	1,306	1,080
Densidade demográfica (hab./ km ²)	136,1	329

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Folha de São Paulo (30/julho/2006)

¹¹⁶ *Folha de São Paulo*, 30 de julho de 2006.

Tanto Índia quanto China partilham enormes desafios ligados ao desenvolvimento, à construção da coesão nacional em formações multinacionais, à existência de grupos separatistas, à ameaça de terrorismo, à soberania nacional e à conformação de um mundo multipolar. O desenvolvimento das relações sino-indianas tem combinado aproximação e afastamento, com uma evolução marcada pela *cooperação pragmática*. Ou seja, ao mesmo tempo que não há um alinhamento no nível de segurança e política externa, não há um recrudesimento do tensionamento bilateral a ponto de comprometer a estabilidade da região.

A inserção externa da Índia tem oscilado, através desta cooperação pragmática, buscando uma barganhar diplomática tanto com China quanto com EUA, seja com o governo do BJP, do primeiro-ministro Atal Bihari Vajpayee (1998-2004), seja com a coalizão liderada pelo Partido do Congresso que ascendeu ao poder (como apoio dos comunistas). Os governos da China e dos EUA têm, por isso, atuado no sentido de evitar, sobretudo, as possíveis externalidades negativas decorrentes de uma escalada de instabilidade no sub-contidente indiano.

4 - A DINÂMICA TRIANGULAR: REORDENAMENTO DE PODER E CENÁRIOS

O fim da Guerra Fria inaugurou um período de crise sistêmica e de transição no sistema mundial. Nesse sentido, a dinâmica triangular entre China, EUA e Índia contém três elementos fundamentais do novo ordenamento mundial em gestação: a emergência da China e da Ásia-Pacífico; o desgaste ou a reafirmação da hegemonia dos EUA na região e no mundo; e a reorientação da inserção internacional da Índia.

Estes são *elementos centrais* na definição das formas que podem assumir o profundo reordenamento de poder em escala mundial, bem como do papel de destaque para a Eurásia nesse período histórico que se conforma. Se a Inglaterra liderou a ordem internacional assentada na primeira Revolução Industrial e os EUA lideraram a ordem assentada na segunda Revolução Industrial, há cada vez mais evidências de que a Ásia-Pacífico tem se tornado o centro da Revolução Científico-Tecnológica. E, com isso, a China vai assumindo a condição de Estado-pivô dessa transformação que se dá na esfera produtiva e, sobretudo, na esfera geopolítica.

A análise da evolução das relações triangulares entre China, EUA e Índia torna-se de destacada importância. Na conformação de cenários acerca destas relações triangulares, é fundamental considerar o relacionamento com importantes atores regionais. Nesse sentido, Rússia e Paquistão são países que desde a Guerra Fria têm assumido a condição de aliados ou adversários estratégicos de China, EUA e Índia. São atores, portanto, que devem influenciar na dinâmica triangular e, por extensão, no reordenamento de poder mundial. Além destes atores regionais, os EUA serão não só um ator de grande relevância, como, possivelmente, o mais afetado pelo reordenamento de poder que tem na Eurásia seu epicentro.

4.1 O reordenamento mundial e o papel da China-Ásia-Pacífico

O objetivo fundamental do socialismo é o desenvolvimento das forças produtivas. No estágio inicial, é necessário concentrarmo-nos, com absoluta prioridade, neste desenvolvimento. São diversas as contradições na economia, na política, na cultura, nas atividades sociais e em outros setores da vida da China e, por causa de fatores internos e externos, as contradições de classe, de uma certa dimensão, continuarão a existir por um longo período
Jiang Zemin, *XV Congresso do PCC*. 1997

A ascensão internacional da China tem sido condicionada pela modernização interna, pela conformação de uma base regional de poder, bem como pela projeção internacional para outras regiões do mundo. Assim, enquanto a Ásia-Pacífico torna-se pólo da Terceira Revolução Industrial, a China torna-se Estado-pivô desta transformação econômica que coincide com uma profunda transição no sistema mundial, ocasionando novos alinhamentos diplomáticos e reordenamento de poder.

A *modernização interna* tem-se dado devido à capacidade do Estado chinês de *dirigir* o processo de desenvolvimento nacional. Associadas às fortes políticas de ICT, o governo da China mobiliza sua política monetária (câmbio, juros e créditos) para auxiliar a modernização do parque produtivo. O resultado tem-se expressado nas taxas elevadíssimas de crescimento econômico, nos enormes superávits comerciais e nas sólidas reservas internacionais. Em 2000, as reservas internacionais da China eram de US\$ 156 bilhões de dólares, chegando, em 2005, a US\$ 819 bilhões. As reservas internacionais, os superávits comerciais e o controle das contas de capitais são *sinais de força* da China contra choques externos (Tabela 10).

Tabela 10: Desempenho macroeconômico chinês I

<i>Ano</i>	<i>Crescimento real do PIB (%)</i>	<i>Superávit comercial (em US\$ bilhões)</i>	<i>Reservas internacionais (em US\$ bilhões)</i>
1990	3,8	8,6	10,4
1991	9,2	8,2	12,7
1992	14,2	4,4	13,3
1993	13,5	- 12,2	22,8
1994	12,7	5,4	29,5
1995	10,5	16,7	33,8
1996	9,6	12,2	39,5
1997	8,8	40,4	49,8
1998	7,8	43,5	56,9
1999	7,1	29,2	68,7
2000	8,0	24,1	83,7
2001	7,5	22,5	83,1
2002	8,3	30,4	103,1
2003	9,1	25,5	124,0
2004	9,5	32,8	162,0
2005	-	-	201,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.cebc.org.br

Da mesma forma, outros indicadores macroeconômicos evidenciam a solidez do desenvolvimento. A dívida externa tem-se apresentado em níveis controlados, na casa dos 14% do PIB desde 1990, com um pico máximo de 18,5% em 1994, enquanto os investimentos em ativos fixos passaram de US\$ 88 bilhões em 1980 para US\$ 741,3 bilhões em 2004. Já o PIB em PPP (paridade de poder de compra), passou de US\$ 455,50 bilhões em 1980, chegando a US\$ 7.546,60 US\$ em 2004, revelando, de um lado, o contraste com seu PIB nominal (US\$ 1.595,60 em 2004) e, de outro, um crescimento de mais de 16 vezes em menos de duas décadas e meia (Tabela 11).

Tabela 11: Desempenho macroeconômico chinês II

<i>Ano</i>	<i>Dívida externa/PIB (%)</i>	<i>Crescimento do PIB em PPP (em US\$ bilhões)</i>	<i>Investimentos em ativos fixos (em US\$ bilhões)</i>
1990	14,30	1.582,80	98,80
1991	14,80	1.773,10	111,60
1992	15,00	2.104,50	150,80
1993	14,30	2.438,00	225,30
1994	18,50	2.799,80	195,60
1995	16,90	3.243,20	243,10
1996	15,80	3.585,00	280,70
1997	16,30	3.877,40	303,40
1998	15,20	4.168,70	333,70
1999	15,30	4.566,30	356,10
2000	13,20	5.019,40	394,10
2001	13,40	5.525,30	444,80
2002	13,20	6.066,00	506,40
2003	13,40	6.752,30	619,80
2004	14,1	7.546,60	741,30

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.cebc.org.br

A modernização interna tem evoluído em compasso com a conformação de sua *base de poder regional*. Esta se manifesta pela liderança chinesa no processo de “asianização” da Ásia projetada para o Pacífico, bem como pela parceria sino-russa na articulação da Organização para Cooperação de Shangai projetada para a Ásia Central. Dessa maneira, a China cria condições político-diplomáticas e econômicas para ter a maior ascendência sobre a Eurásia.

O processo de “asianização” da Ásia desfez a polarização e os conflitos decorrentes da Guerra Fria. O rápido desenvolvimento do Complexo Regional de Segurança da Ásia-Pacífico, com a integração do Nordeste e Sudeste da Ásia, tem conformationado uma área de crescente ascendência do poder chinês, com fortes relações entre segurança e interdependência econômica¹¹⁷.

¹¹⁷ BUZAN, B.; WAEVER, O. 2003, op. cit. p. 170.

Para lograr seus objetivos, a China tem buscado tornar-se o centro geopolítico da dinâmica região da Ásia-Pacífico. E, ao mesmo tempo em que tem-se integrado à economia mundial, o regime chinês tem acumulado forças para responder às crises com mais crescimento e unidade, o que ficou perceptível na crise de 1989 e nas reviravoltas da economia mundial¹¹⁸. O objetivo prévio chinês de quadruplicar o PIB de 1980 a 2000 foi alcançado antes do previsto, antes de 1995; é bom lembrar que líderes chineses percebem a segurança econômica como um item importante da segurança nacional¹¹⁹.

A projeção da China para o interior da Ásia tem se dado pela aproximação sino-russa e pela formação da OCS. A evolução das relações entre China e Rússia ganha particular importância após o fim da Guerra Fria. Com o desaparecimento da fronteira impermeável que antigamente separava a URSS do Oriente Médio, com a formação dos novos Estados da Ásia Central, a região tornou-se objeto de um intenso jogo geopolítico das potências médias (Turquia, Irã, Arábia Saudita e Paquistão)¹²⁰ e poderes globais (EUA, Rússia e China).

Nesse sentido, China e Rússia, que viram suas relações com os EUA piorarem no final dos anos 1990, têm-se pronunciado a favor de um mundo multipolar e de uma ordem mundial anti-hegemônica. Enquanto a China simpatiza com a objeção russa à expansão da OTAN a leste, reconhecendo a Chechênia como sua questão doméstica e as pretensões de entrar na OMC, a Rússia reconhece Taiwan e Tibet como parte integral da China¹²¹.

¹¹⁸ CABRAL, S. A China como alternativa ao neoliberalismo. In: VIZENTINI, Paulo; CARRION, Raul. *Século XXI: Barbárie ou Solidariedade*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 83.

¹¹⁹ MENGZI, F. Mitos e realidades da crise financeira asiática. In: VIZENTINI, Paulo; CARRION, Raul. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 71-2.

¹²⁰ VIZENTINI, P.; RODRIGUES, G. 2000, op. cit. p. 102.

¹²¹ PANT, H. 2004, op. cit. p. 314-15.

Além de nações membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, China e Rússia apresentam *complementaridade estratégica* significativa. De um lado, a Rússia, com enormes reservas de recursos naturais, especialmente petróleo e gás natural, e destacado desenvolvimento no campo tecnológico-militar e, de outro, a China, com enorme acumulação de capital e potencial mercado consumidor.

Se a leste a China catalisa sua influência no processo de “asianização”, sem grandes adversários, no oeste a Rússia tem sido a aliada para integrar e desenvolver a região. Por isso, em 1996, foi formado o Grupo dos Cinco de Shangai, que posteriormente desdobrou-se na Organização para Cooperação de Shangai (OCS), em 2001. Além das repúblicas da Ásia Central como Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, a OCS incorporou ainda o Uzbequistão.

Os objetivos da OCS foram sintetizados no *espírito de Shangai* com cinco C’s: confiança, comunicação, cooperação, coexistência e comum interesse. Estão ligados na verdade à dissuasão da insurgência islâmica, como no Xinjiang e na Chechênia, e à ascendência dos EUA sobre a Ásia Central, aumentada após os atentados de 11 de setembro. É importante destacar que a “China tornou-se membro formal de um grupo regional que não é exclusivamente de orientação econômica”¹²².

Aliás, a região já é objeto do interesse dos EUA desde os anos 1970, no apoio ao combate aos soviéticos. Nos anos 1990, os EUA titubearam acerca do Afeganistão, na esperança de que o regime dos talibãs e Bin Laden pudessem ser úteis para aumentar sua influência na região. De qualquer forma, criaram o CENTRASBAT (Central Asian Battalions), assinado em 1996-7 com o Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão, visando aos exercícios militares conjuntos. Os atentados de 11 de setembro, apesar da reversão da

¹²² CHUNG, C. The Shanghai Co-operatin Organization: China’s changing influence in Central Asia. In: *China Quarterly*. 180, 2004, p. 994.

expectativa sobre o regime talibã, deram, com a Guerra ao Terrorismo, a legitimidade necessária para a permanência na região¹²³.

Por isso, os objetivos iniciais da OCS estavam relacionados à segurança regional, especialmente os *três males*: separatismo, fundamentalismo e terrorismo. O Movimento Islâmico do Uzbequistão, por exemplo, executou violentas ações no Vale do Ferghana, onde as fronteiras do Uzbequistão se encontram com as do Quirguistão e Tadjiquistão, buscando apoio ainda nos talibãs afegãos¹²⁴.

A cooperação tem alcançando as áreas estratégicas de defesa e tecnologia militar, no caso de China e Rússia, principalmente. Em 2003, começou a funcionar em Tashkent, capital do Uzbequistão, a Agência Regional Antiterrorismo, ilustrando a preocupação com a segurança regional. O estabelecimento da segurança regional, contudo, depende da estabilização da Ásia Central, principalmente pela iniciativa sino-russa de promover a cooperação econômica por meio dos investimentos chineses no oeste do país e da recuperação da herança soviética (a infra-estrutura e a burocracia razoáveis, apesar do sucateamento e da corrupção). Se o desenvolvimento do litoral chinês com os países da Ásia-Pacífico tem sido importante, não podemos menosprezar a convergência do oeste da China com os países da Ásia Central¹²⁵. Além disso, a OCS, entre 2004 e 2005, com intuito de ampliar e aprofundar a integração regional, admitiu quatro países como observadores: Mongólia, Paquistão, Irã e Índia.

A projeção internacional da China depende da continuidade do desenvolvimento econômico, com condições de paz externa e estabilidade doméstica. Daí

¹²³ OLIVEIRA, A. 2002, op. cit. p. 90.

¹²⁴ CHUNG, C. 2004, op. cit. p. 991; 995.

¹²⁵ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 70. O autor destaca (nota de rodapé nº 37) a cooperação no oeste da China com os países da Ásia Central por meio do Xinjiang, com crescentes relações comerciais, trocas de tecnologia e pessoal especializado em indústrias petroquímica e mecânica, assim como a exportação/importação de produtos primários.

as preocupações decorrentes do aumento da influência norte-americana especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. De um lado, os EUA preocupam-se com os recursos naturais da Ásia Central: uma região rica em algodão, alumínio, ouro e, sobretudo, petróleo e gás, o que justificou a construção do oleoduto concluído em 2006 que desvia os recursos fósseis do Cáspio para o porto turco de Ceyhan, passando pelo Azerbaijão e Geórgia¹²⁶. De outro, os EUA preocupam-se com o fato de que a região (Ásia Central, Sibéria russa e oeste da China) se torne o espaço geoeconômico de ligação da Europa com a Ásia-Pacífico, tornando a Eurásia uma área integrada, desenvolvida e fora do seu controle geopolítico.

Há certa clareza de que a presença norte-americana na Ásia Central não tem como elemento principal a luta contra o terrorismo, mas a disputa de poder na região com a Rússia, China e o Irã. Os objetivos da política externa sino-russa visam a contenção da ascendência dos EUA na região, especialmente expressos na expansão da OTAN e na busca pelo controle dos recursos naturais. A contenção dos EUA liga-se ainda à estabilidade da fronteira oeste da China e sul da Rússia, minimizando a penetração do terrorismo e do separatismo¹²⁷.

Além da Rússia e países da Ásia-Pacífico, a China fortalece suas relações com a Índia. As relações com a Índia têm dissuadido a percepção de ameaça que imperava durante o período da Guerra Fria. A cooperação atinge áreas sensíveis, tais como setores militares, científicos e tecnológicos, além de incrementar rapidamente o comércio bilateral e de resolver conflitos de fronteira (como no caso indiano, e em seu favorecimento). As relações sino-indianas, porém, apresentam oscilações e disputas intrincadas que dificultam a sua consolidação.

¹²⁶ CHUNG, C. 2004, op. cit. p. 993.

¹²⁷ Idem, p. 997-1003.

Mas além da influência regional, a China tem projetado sua diplomacia e peso econômico para outras regiões. A presença chinesa tem se feito sentir em outras regiões e em países estratégicos, como Irã e Brasil, e mesmo na União Européia e África. No caso de alguns países da África e do Irã, a China tem servido de contrapeso às pressões dos EUA ao mesmo tempo que busca dirimir sua dependência de petróleo de países do Oriente Médio, onde os EUA mantêm forte influência e domínio.

A realização do Fórum de Cooperação Sino-Africano (FOCAC) em 2006 indica crescentes disputas sino-americanas no continente africano, especialmente no que se refere à exploração de recursos naturais, destacadamente fósseis. O comércio sino-africano quadruplicou em cinco anos (foi de US\$ 39,7 bilhões em 2005) e será duplicado em 2010, segundo as previsões. São mais 800 empresas chinesas investindo na África cerca de US\$ 6 bilhões de dólares, através de acordos com 28 países e com projetos de engenharia, construção, petroquímica, educação, saúde, etc.

Aliás, as disputas sino-americanas por recursos naturais, principalmente petróleo e gás natural, tende a condicionar as articulações políticas em escala mundial. Nesse sentido, é particularmente importante a região que estende-se do Golfo da Guiné, passando pelo Sudão e Oriente Médio, até a Ásia Central, próximo ao Mar Cáspio. Essa região, além de representar $\frac{3}{4}$ das reservas de petróleo, possui fortes instabilidades políticas, o que explica tanto as intervenções dos EUA quanto o delicado suprimento energético da China¹²⁸.

A consolidação da aliança chinesa com o Brasil é relevante pois há a convergência de objetivos na conformação de um mundo multipolar que contrabalance a presença dos EUA. Em 1999, 25 anos após o estabelecimento das relações diplomáticas,

¹²⁸ O autor está elaborando, junto com o colega Lucas Kerr, um artigo sobre as disputas sino-americanas por recursos fósseis na África.

foi lançado o satélite sino-brasileiro de levantamento de recursos da terra, o CBERS (Chinese-Brasilian Earth Resources), indicando o potencial da cooperação tecnológica e científica¹²⁹. A evolução comercial e política que se processa nas relações sino-brasileiras requer, sobretudo do lado brasileiro, decisão de conceber esta parceria como *geoestratégica*¹³⁰.

No seu esforço de colaborar para a conformação de um mundo multipolar, a China tem buscado apoio também na Europa, sobretudo para capacitação militar e tecnológica, acarretando restrições norte-americanas¹³¹. Os EUA aproveitaram os incidentes da Praça da Paz Celestial para pressionar os europeus a manterem o embargo, sob argumento relacionado aos direitos humanos. Os alemães e franceses têm sido cada vez mais tentados a desfazer o embargo à China, por interesses comerciais e políticos. A União Européia tornou-se o principal parceiro comercial da China ao mesmo tempo em que enfrenta crescentes atritos político com a política externa dos EUA, especialmente em função da invasão do Iraque.

Na Ásia-Pacífico, todavia, a influência da China e o deslocamento dos EUA são mais marcantes. Dessa forma, “os países asiáticos, mesmo a China, continuam favoráveis à manutenção da presença militar americana na região, pois ela garante a segurança regional a um custo reduzido”. Isso, no caso de Pequim, “justifica um acercamento entre os asiáticos para conter o *hegemonismo* de Washington na área”¹³². Assim, a China acumula forças a um baixo custo, ao mesmo tempo que limita a pressão dos EUA, visto que aos empresários norte-americanos interessa a arena de acumulação

¹²⁹ CABRAL, S. 2004, op. cit. p. 165.

¹³⁰ Ver DICK, P. *Parceria estratégica entre Brasil e China*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Relações Internacionais/UFRGS, 2006.

¹³¹ OLIVEIRA, A. A China busca apoio na Europa. In: *Política Externa*. vol. 13, nº 4, 2005, p. 65.

¹³² VIZENTINI, P.; RODRIGUES, G. 2000, op. cit. p. 106.

chinesa. Inúmeras empresas, tais como General Motors, Intel e Motorola, chegam a depender da China em até um terço dos seus negócios globais, pressionando por um clima de entendimento entre os EUA e China¹³³.

O surgimento da China como novo pólo dinâmico da economia mundial e a erosão da hegemonia norte-americana abrem novas oportunidades de desenvolvimento na periferia¹³⁴, aumentando o seu peso nos assuntos internacionais. Aliás, a China busca alterar a correlação de forças internacionais entre outros fatores, através de “déficits comerciais planejados com a periferia do capitalismo”¹³⁵ e de uma política externa baseada na não ingerência em assuntos doméstico. Enquanto os EUA utilizam-se do recurso à democracia para alinhar os países da periferia aos seus interesses, a China aproveita-se para ampliar sua esfera de influência. Isso se traduz em importação de *commodities*, cooperação tecnológica, realização de investimentos, aliança com a periferia nos organismos internacionais, bem como no apoio à formação de um mundo multipolar. O resultado tem sido o deslocamento das posições dos EUA da Ásia, primeiramente, e mesmo em outros continentes.

A presença em organismos internacionais pode se constituir em outro espaço de atuação política. A entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, evidencia um compromisso pragmático dos líderes chineses para reforçar as exportações e o aporte de investimentos externos¹³⁶, bem como um importante fórum de atuação geopolítica.

¹³³ OLIVEIRA, A. 2005, op. cit. p. 60.

¹³⁴ RANGEL, I. Revisitando a “questão nacional”. SILVA, José (Org.) *Questão agrária, industrialização e crise urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p 179. Nesse artigo, o autor discute a mudança dos centros hegemônicos e seu papel na transformação da dinâmica econômica na periferia, nesse caso, no Brasil.

¹³⁵ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 37.

¹³⁶ SUKUP, V. 2002, op. cit. p. 83.

Além disso, trata-se de um país que combina, de forma singular, recursos de poder fundamentais: grande território e população; abundância de recursos naturais; dinâmico e diversificado parque produtivo; notável desenvolvimento científico-tecnológico; um Estado com uma elite com tradição e projeto definido; diplomacia apta a desenvolver uma inserção global não-subordinada; poder militar dissuasório; relativa coesão social; e matriz cultural milenar capaz de projetar-se além do espaço nacional.

Parece, portanto, que a *ascensão pacífica*¹³⁷ chinesa quer reeditar a *visão sinocêntrica* de mundo¹³⁸, assentada na unidade e harmonia. A unidade, visto que a China polarizaria uma vasta região vizinha, e a harmonia, já que esta influência poderia se dar de forma pacífica. Cabe lembrar que os conflitos que a China se envolveu ao longo da história estão no círculo imediato do território nacional: península coreana (1950-53), Índia (1962), URSS (1969) e Vietnã (1974-79-88).

Apesar das *mudanças* contidas na emergência da China, é necessário analisar os traços de *continuidade* histórica e geográfica deste país. Se o colapso político tem implicado fragmentação territorial e agressões estrangeiras, somente governos fortes e centralizados têm evitado desorganização, promovendo o desenvolvimento e a ascendência sobre áreas periféricas. Nesse sentido, a diplomacia chinesa tem revivido sua ascendência por meio de notável habilidade, geralmente sendo percebida pelos países da região como um bom vizinho, um parceiro construtivo e como detentor um poder regional não ameaçador. Estes traços de continuidade diplomática na China assentam-se na formação social do país de história milenar e amparada em características morais e éticas diferentes de ideologias religiosas que moldaram o imperialismo no Ocidente (Nova Canaã, Destino Manifesto, Cruzada Civilizatória, etc). De qualquer forma, é

¹³⁷ BIJIAN, Z. 2005, op. cit.

¹³⁸ PINTO, P. 2000, op. cit. p. 54-5.

preciso acompanhar como a direção do PCC irá responder aos desafios internos e ao reordenamento de forças no cenário mundial.

4.2 Alguns cenários possíveis

A emergência da China está relacionada com profundos desafios no plano interno e internacional. No plano interno, a modernização em curso ao mesmo tempo em que supera graves problemas, muitos deles ligados à pilhagem que se seguiu à Guerra do Ópio, produz novos desafios para essa experiência. No plano internacional, ela se depara com o reordenamento de poder pelo qual passa o sistema mundial.

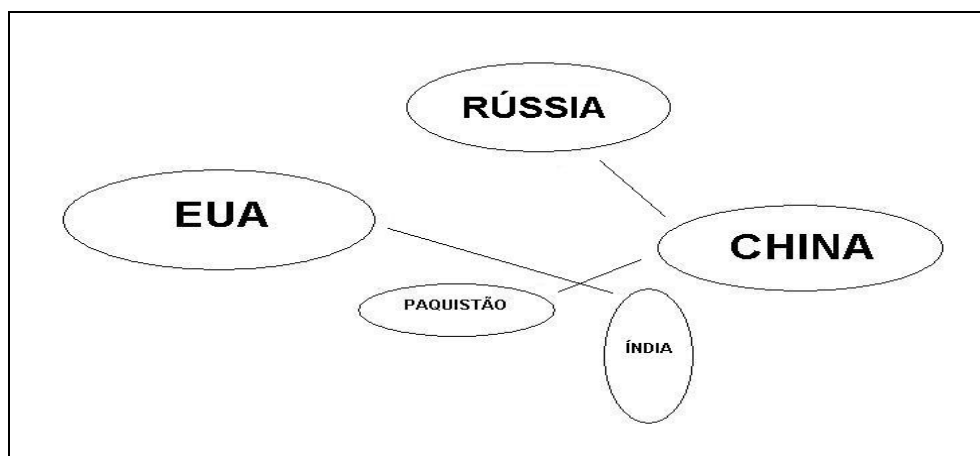
Esse reordenamento de poder depende das posições dos dois gigantes asiáticos, China e Índia. A evolução de suas complexas relações não repercute apenas na esfera regional, elas têm (e terão) importantes implicações no realinhamento geoestratégico em escala mundial. Os dois gigantes da Ásia podem competir pela hegemonia regional e pelo crescimento militar e econômico nas próximas décadas. Ou então podem se aliar para construir um mundo multipolar, desempenhando um importante papel internacional¹³⁹. No primeiro caso a aliança indiana possivelmente seria com os EUA e a chinesa com a Rússia, enquanto no segundo caso os EUA seriam deslocados da Eurásia com a formação de um *triângulo estratégico* Moscou-Pequim-Nova Delhi.

¹³⁹ SIDHU, W.; YUAN, J. 2003, op. cit. p. 1-2; 6.

4.2.1 A troca das alianças

Como a pretensão indiana é de ser uma grande potência mundial, é possível que ela não aceite um papel menor que lhe poderia caber no *triângulo estratégico*. Nesse sentido, os EUA seriam o principal aliado de peso que poderia alavancar a proeminência da Índia na Eurásia. Seria o aliado para responder à aproximação promovida pelos governos da China e da Rússia. O apoio chinês dado ao Paquistão no decorrer da Guerra Fria poderia ser estendido, para se contrapor à Índia no Sul da Ásia. Quer dizer, conformar-se-ia uma troca de alianças entre os quatro grandes atores em relação ao padrão dominante durante a Guerra Fria. Ou seja, a aliança China-Rússia em contraposição à aliança EUA-Índia, invertendo aquilo que chamamos de Diplomacia Cruzada.

Esquema 2 – Cenário 1: A troca das alianças



Elaborado pelo autor

A segurança nacional da Índia depende das relações sino-russas, que têm evoluído com o fim da Guerra Fria. A Rússia tornou-se fornecedora de material bélico para a China, contribuindo para sua capacitação militar. Dessa forma, o governo chinês

teria ainda condições para melhorar a projeção de força do Paquistão, tornando as relações da Índia com a Rússia também mais delicada¹⁴⁰.

Além disso, a Índia necessitaria construir fortes alianças no Sudeste Asiático visando a contrabalançar a presença crescente da China na região. Sem dúvida o êxito da política externa indiana dependeria da forma da projeção de poder da China nesta região. Do contrário, a Índia não superaria seu *status* de potência regional, mantendo sua esfera de influência restrita ao sul da Ásia, enquanto a China, além do leste e sudeste da Ásia já se projeta com força para outros continentes.

Os testes com bombas atômicas em 1998, contudo, demonstram que as pretensões da Índia são de tornar-se potência mundial. Nesse contexto, o primeiro ministro indiano escreveu para o presidente dos EUA usando a ameaça chinesa como justificativa para os testes nucleares. A ascensão ao poder do BJP, em 1998, fortaleceu a teoria da China como Grande Potência e, por sua vez, como ameaça à segurança da Índia. Quer dizer, parte dos dirigentes indianos percebe a China como ameaça devido à sua capacidade militar, com rápida modernização das forças de segurança; capacidade diplomática, com a condição de membro do Conselho de Segurança da ONU; capacidade econômica, com o fenomenal crescimento econômico; entre outros fatores. Há a dificuldade de conciliar tanto as crescentes capacidades militares de Índia e China, quanto suas respectivas aspirações à condição de líderes na região. São disputas com forte potencial para projetar novos contenciosos e produzir alinhamentos diplomáticos, colocando Índia e China como competidores.

A Índia também poderia criar problemas à China em função de sua posição geográfica projetada para o Oceano Índico. A crescente dependência chinesa de petróleo

¹⁴⁰ PANT, H. 2004, op. cit. p. 322.

poderia ser afetada pelo controle indiano sobre os fluxos deste recurso oriundos do Golfo Pérsico que atravessam o Oceano Índico em direção à China. Nesse sentido, Mianma e sua ilha de Andaman (Mapa 4), no Golfo de Bengala, exercem função estratégica, justificando o atual interesse chinês por esta região.

A rivalidade sino-indiana poderia recrudescer em caso de reversão das conversações sobre as fronteiras destes países. O governo chinês declarou, inclusive, que primeiramente não usaria armas nucleares contra outros países, mas não estendeu a declaração para o estado indiano de Arunachal Pradesh, que é reivindicado pela China. A Índia reivindica, por sua vez, Aksai Chin, que é parte da Caxemira (Mapa 1). Outro fator de conflito direto poderia ser o sentido da evolução das relações entre China e Paquistão¹⁴¹.

O recrudescimento da rivalidade sino-indiana dependeria da mediação da Rússia, que tem recuperado parte da sua ascendência na Eurásia, após uma década de desorganização pelo colapso do regime soviético nos anos 1990. O declínio do comércio bilateral entre Índia e Rússia nos anos 1990, sobretudo em função da desintegração da URSS, poderia afetar suas relações no médio e longo prazo. No entanto, a reconstrução da Rússia após a ascensão do governo Vladimir Putin não parece indicar a fragilização das relações indo-russas. O governo Putin quer, aliás, recompor sua antiga esfera de influência da Ásia Central e Europa Oriental ao mesmo tempo que se ocupa de reconstruir a Rússia.

É preciso considerar, também, o papel de destaque dos EUA, que ainda preserva importantes posições de poder na região. A reafirmação da hegemonia dos EUA passa pela contenção da Rússia, mas, sobretudo, da China. Dessa forma, para os EUA, a

¹⁴¹ SIDHU, W.; YUAN, J. 2003, op. cit. p. 147-8.

Índia e o Japão seriam as principais bases regionais de poder na Eurásia. A Índia poderia conter a China no seu flanco sul, enquanto o Japão, histórico porém atualmente *indeciso* aliado dos EUA, poderia restringir a projeção chinesa a leste.

O governo dos EUA ofereceu ao governo indiano em 2006 um acordo ligado à política nuclear, contrariando toda a retórica norte-americana anti-TNP. Os EUA se predispuseram a transferir produtos sensíveis (incluindo urânio enriquecido), mesmo que a Índia não tenha assinado o TNP, impondo apenas a condição de que até 2014, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) deverá ter acesso a 65% das instalações nucleares, com o objetivo de verificar se as tecnologias de uso duplo não estão sendo usadas para fins militares. Quer dizer, 8 dos 22 reatores permanecerão sob o controle das autoridades indianas, que poderiam com eles desenvolver um arsenal militar, sem ferir, portanto, a soberania estratégica e militar do país. As concessões dos EUA para a Índia explicam-se, em grande medida, como tentativa de contrabalançar a crescente influência da China sobre a Eurásia.

A aproximação com os EUA tem garantido à Índia o acesso a certos atributos de potência mundial. A Índia tem incrementado suas relações com Israel (que tornou-se o segundo maior fornecedor de armas do país depois da Rússia). Em razão disto, os EUA autorizaram aos israelenses a venda do sistema de radar Phalcon à Índia, pouco antes de vetarem uma transação semelhante com os chineses, além de oferecer caças F-16 e F-18. A Índia, ademais, tem percebido a convergência de interesses com os EUA no combate ao terrorismo, já que são vítimas das mesmas redes islâmicas, cujas bases estão no Paquistão.

O Japão, entretanto, teria de tornar-se um país com capacidade de projeção de força, de desfazer o ressentimento dos vizinhos (herdado do imperialismo japonês) e, com o apoio dos EUA, de virar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. As ameaças de nuclearização da Coreia do Norte podem ser o pretexto esperado pela política externa japonesa para retomarem sua projeção de força, livrando-se do artigo constitucional imposto pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial. A ilha de Taiwan, nesse sentido, pode ser importante para os EUA e a Índia constrangerem a emergência da China, porém esta ação parece cada vez mais ter efeitos reduzidos para o desenvolvimento deste país.

É possível afirmar que “as outras nações asiáticas provavelmente buscarão contrapesos para uma China crescentemente poderosa como já o fazem com relação ao Japão”¹⁴². Isso depende, de um lado, da habilidade da diplomacia chinesa em conduzir a ascensão e, de outro, da evolução da política externa dos EUA, isto é, se esta terá um perfil mais cooperativo ou conflitivo. A China, portanto, pode ser o contrapeso para um hegemonismo norte-americano com comportamento cada vez mais errático na Ásia.

De qualquer forma, parece se reeditar o *Grande Jogo da Ásia Central* do século XIX entre o imperialismo terrestre russo e o imperialismo marítimo britânico; contudo, os atores fundamentais agora são EUA, China, Rússia e Índia, assim como potências regionais como Irã, Turquia, Arábia Saudita, entre outros. O Afeganistão torna-se, assim, o centro de uma disputa regional, expressando a correlação de forças e a tensão de toda a Ásia Central e Meridional¹⁴³.

¹⁴² KISSINGER, H. 1997, op. cit. p. 986.

¹⁴³ VIZENTINI, 2002, op. cit. p. 75; 114.

O alinhamento da Índia com os EUA teria como resposta da China o aprofundamento de suas relações com a Rússia, conformando algo próximo à inversão da *Diplomacia Cruzada* que atravessou parte do período de Guerra Fria. A diferença de fundo, entretanto, seria a manutenção da aliança da China com o Paquistão e, nesse contexto, o fato de os EUA não estariam em ampla vantagem na Eurásia, como após a Segunda Guerra Mundial. Essa aliança talvez pudesse retardar, mas não desfazer, o desgaste da hegemonia dos EUA que vem se processando.

Nesse sentido, esse cenário seria alternativo à dificuldade de emergências do *triângulo estratégico*. O *triângulo estratégico* teria como limitações “a presente estrutura da política internacional, onde os EUA têm laços mais abrangentes com a Rússia, China e Índia do que com qualquer um dos dois tem entre si”. Além do mais, seriam “Rússia, China e Índia fracos para contrabalançar o poder dos EUA de forma significativa, e a atração do poder dos EUA permanece forte para resistir”¹⁴⁴. Analisando, entretanto, as condições objetivas de uma aproximação entre Rússia, China e Índia, pode-se chegar a conclusões diversas.

4.2.2 O triângulo estratégico e o isolamento dos EUA

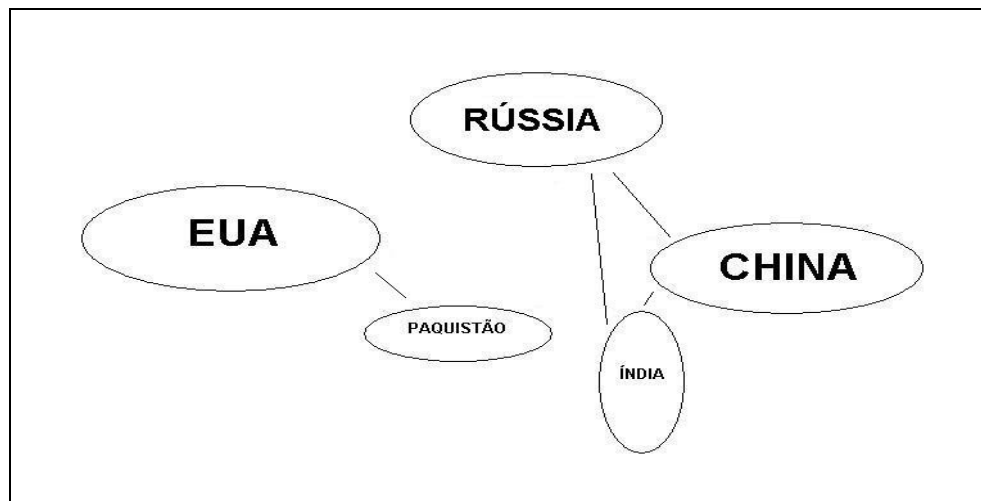
Embora haja indicativos de que o cenário de conformação do *triângulo estratégico* seja prematuro e não-realista¹⁴⁵, há elementos *significativos* para a formação de uma aliança entre China, Rússia e Índia na Eurásia. Os objetivos centrais que justificam a conformação de tal cenário seriam os interesses comuns, sobretudo, em contrabalançar a ascendência dos EUA na região e as ameaças do fundamentalismo

¹⁴⁴ PANT, H. 2004, op. cit. p. 312-13.

¹⁴⁵ Idem, p. 312.

islâmico (terrorismo e separatismo), bem como promover um pólo anti-hegemônico de poder na dinâmica e, crescentemente, articulada Ásia-Pacífico. Nesse cenário, os EUA ficariam relativamente isolados da Eurásia ou com baixa capacidade de penetração na região, dependendo, portanto, de países de menor projeção regional, como o Paquistão.

Esquema 3 – Cenário 2: O triângulo estratégico e o isolamento dos EUA



Elaborado pelo autor

A cooperação sino-indiana pode emergir da histórica pretensão de se tornarem potências mundiais, superando a herança colonial. Duas iniciativas foram tomadas para catalisar esta aproximação, em Kunming (1999) e no Delta do Rio Mekong (2000). A primeira iniciativa visando a conectar a província ocidental chinesa de Yunnan com Mianma, com os estados do nordeste da Índia, Bangladesh, Nepal e Butão. A segunda, chamada de Cooperação Mekong-Ganga, visando a articular Índia, Mianma, Tailândia, Vietnã, Laos e Camboja, além do apoio de China e Bangladesh¹⁴⁶.

Os governos de China e Índia têm fortalecido as relações bilaterais em áreas distintas como cultura e educação, mas também em áreas estratégicas de cooperação

¹⁴⁶ SIDHU, W.; YUAN, J. 2003, op. cit. p. 148-9.

como setores militares, científicos e tecnológicos¹⁴⁷. O acordo China-Índia (2003) estabeleceu reduções tarifárias para cerca de 200 itens, em favor dos indianos na maior parte.¹⁴⁸

A normalização sino-indiana pode ser vista também no comércio bilateral que passou de US\$ 1,922 bilhões em 1998 para US\$ 18,72 bilhões em 2005. Considerando a evolução em menos de duas décadas (1987-2005), o incremento nas relações comerciais foi de 16.000% (Tabela 11). Embora a China tenha tido saldos comerciais positivos ao longo dos anos 1990, a partir de 2003 os saldos têm ocorrido em amplo benefício da Índia. A evolução do comércio sino-indiano, entretanto, não desconsidera nem o incremento nas relações entre Índia e EUA tampouco os conflitos que este cenário possibilitaria.

Tabela 12: Comércio sino-indiano

<i>Ano</i>	<i>Volume total (em US\$ milhões)</i>	<i>Crescimento anual (%)</i>	<i>Saldo comercial chinês (em US\$ milhões)</i>
1992	338,54	27,8	- 21,66
1993	675,73	99,6	- 157,41
1994	894,00	32,0	+ 251,00
1995	1.162,00	29,9	+ 367,00
1996	1.406,00	20,9	- 29,62
1997	1.830,32	30,2	+ 38,80
1998	1.922,30	5,0	+ 110,89
1999	1.987,68	3,4	+ 336,09
2000	2.914,22	46,6	+ 219,05
2001	3.596,23	23,4	+ 196,30
2002	4.945,90	37,5	+ 397,54
2003	7.597,79	53,6	- 907,81
2004	13.598,09	78,9	- 1.746,94
2005	18.720,00	37,6	- 843,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.indianembassy.org.cn

¹⁴⁷ PANT, H. 2004, op. cit. p. 319.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, A. 2006, op. cit. p. 32.

As relações sino-indianas têm evoluído de forma pragmática e negociada. As inéditas manobras conjuntas de segurança que ocorreram em novembro de 2004, com mais de 1500 marinheiros e oficiais, atestam isso. Mesmo que os EUA tenham feito importantes concessões diplomáticas e tenha fortes vínculos econômicos com a Índia, a China também tem atuado no sentido de dissuadir a aproximação indo-americana.

Se é verdade que os EUA são os maiores parceiros individuais da Índia, representando 11,1% do comércio exterior no período de 2004-2005 e cerca de 17% dos IED's desde 1991, é verdade também que a Ásia-Pacífico está assumindo importância crescente. A ASEAN+3 totalizava 20% do comércio exterior da Índia em 2004, superando a UE que tinha 19%. A China sozinha já representava 5,6% do comércio indiano, mas com uma evolução acentuada desde os anos 80 (Tabela 11).

Por isso, a própria demonstração de posse de artefatos nucleares pelo governo indiano, em 1998, pode ter-se utilizado da China também como recurso político para legitimar sua condição de potência militar com capacidade nuclear. E “a despeito da Índia ter usado a China como pretexto para seu próprio desenvolvimento nuclear, o atual desenvolvimento militar da Índia é contra o Paquistão”¹⁴⁹.

Além disso, outros fatores concorreram para a demonstração de força, tais como, a necessidade de fortalecimento político do Bharatiya Janata Party (BJP) e os grupos de pressão econômicos, científicos e militares ligados ao projeto e, sobretudo, a pretensão de tornar-se uma potência mundial. Para além dos discursos diplomáticos, China e Índia estiveram lado a lado contra a invasão do Iraque, bem como contra a

¹⁴⁹ BUZAN, B.; WAEVER, O. 2003, op. cit. p. 110.

imposição arbitrária de normas ambientais e de relações de trabalho que visavam a reduzir suas vantagens frente ao mundo desenvolvido.

China e Índia, em 2005, representavam em relação ao total mundial cerca de 38% da população e 25% do PIB (medido em paridade de poder de compra)¹⁵⁰. Nesse sentido, uma forte cooperação entre China e Índia, especialmente se acompanhada da presença russa, levaria a um rápido deslocamento do poder dos EUA na Eurásia e, por extensão, à erosão de sua hegemonia. Poderia impactar, inclusive, o controle dos estreitos de Ormuz e Malaca e a presença dos EUA na Ásia Central e Golfo Pérsico. Se os objetivos do governo da China incluem a manutenção de um ambiente internacional estável e multipolar para manter a modernização, bem como para reunificar a nação e defendê-la de ameaças externas e do hegemonismo dos EUA, a Índia dever ser considerada um aliado estratégico indispensável.

A China tem reconhecido a proeminência da Índia no Sul da Ásia e a necessidade de fortalecer a aliança com este país. Com isso, enquanto a China conseguiria estabilizar parte das vulnerabilidades que se apresentam no Tibet, a Índia teria apoio para resolver os problemas no Punjab, no Sikkim e na Caxemira. No Punjab, rica província situada no norte do país, há o separatismo sikh; no Sikkim, reino himalaio anexado ao país nos anos 1970, há o separatismo também; e na Caxemira, há a pretensão do Paquistão de controlar a região indiana com 70% de população islâmica. Tornaria estável, portanto, a fronteira com a China e isolaria significativamente o Paquistão na outra fronteira, deixando de ser um pólo de poder contra a Índia no Sul da Ásia.

O Estado indiano pretende ainda a estabilização de suas fronteiras, sobretudo países como Nepal, Sri Lanka e Mianma que possuem intensas instabilidades políticas. A

¹⁵⁰ Carta da China, nº 7, maio de 2005.

consolidação deste objetivo está ligada à segurança nacional da Índia, já que, em alguns casos, influencia o delicado equilíbrio sócio-religioso do país. A estabilização interna e regional, portanto, depende mais uma vez da atuação do governo da China que teve ascendência sobre grupos políticos naqueles países.

No caso sino-indiano, o Paquistão pode ser o “fiel da balança”, definindo o rearranjo de forças no Sul da Ásia e influenciando as alianças na Eurásia. Quer dizer, o Paquistão pode ser abandonado pela China para acelerar sua aproximação com a Índia e, com isso, permitir que objetivos sino-indianos comuns sejam alcançados. Especialmente conter a presença dos EUA na Ásia Central e isolar o Paquistão com o qual a Índia teve três guerras (1947-8, 1965, 1971) e sérias crises com ameaça do recurso à força (1984, 1987, 1990, 1999, 2002). Além do mais, o Paquistão é uma das principais bases do terrorismo islâmico, bem como do tráfico de drogas (ópio) e armas que aflige a região.

O islamismo é motivo de importantes problemas ligados à segurança nacional em ambos os países. Enquanto no caso da Índia a principal preocupação imediata se refere à região em disputa com o Paquistão, a Caxemira, no caso da China, é a região do Xinjiang, que está no noroeste atrasado, em contato com países islâmicos e de perocupante etnia uigures (turcófanos). Cabe destacar ainda que o islamismo é religião de cerca de 11% dos indianos e dos estados que os cercam, especialmente Bangladesh e Paquistão. Nesse sentido, os investimentos chineses no oeste podem ser importantes para conter os intentos separatistas e, ao mesmo tempo, para a China aproximar-se da Índia, integrando-a definitivamente à OCS.

Aliás, os atos terroristas têm acentuado as preocupações na Índia recentemente. Inclusive após a vitória do BJP, a oposição entre fundamentalistas hindus e islâmicos tem-se acentuado na Índia. Em outubro de 2001, o Parlamento da Caxemira

sofreu um atentado com carro-bomba, matando 38 pessoas; no ano seguinte foi a vez do templo hindu em Gujarat deixar 33 mortos; em agosto de 2003, 52 mortos e 150 feridos em dois ataques com táxi-bomba em Mumbai; no final de 2005, bombas em dois mercados de Nova Delhi e em um ônibus deixaram 62 mortos e 210 feridos; em junho de 2006, os ataques foram à rede ferroviária de Mumbai, deixando 174 mortos e 464 feridos¹⁵¹.

A presença dos EUA na região tem-se revelado, em grande parte, através desses grupos islâmicos fundamentalistas, desde a intervenção soviética no Afeganistão até a tomada de sua capital, Cabul, pelos talibãs, em 1996¹⁵². O controle do Afeganistão permitiria aos EUA concretizar inúmeros objetivos: atuar nos Balcãs, projetando a OTAN na União Européia; isolar o Irã, estabelecendo uma barreira sunita a leste; penetrar na Rússia (Chechênia e Daguestão), Cáucaso (Geórgia) e Ásia Central, viabilizando seus projetos da indústria petrolífera no Mar Cáspio e controlando uma provável fonte desse recurso fóssil para os chineses.

A Rússia pode ser, nesse sentido, o elemento de ligação entre China e Índia, catalisando a triangulação. As relações diplomáticas entre Índia e Rússia têm sido estáveis. Além da histórica cooperação em áreas sensíveis, especialmente tecnologia e defesa, a Rússia tem reconhecido as posições indianas sobre terrorismo e sobre o contencioso com o Paquistão.

A China, a Rússia e a Índia têm desejo de maior autonomia frente aos EUA e visões comuns em assuntos distintos e importantes como: o combate ao terrorismo; a

¹⁵¹ *Jornal Correio do Povo*, 12 de julho de 2006, p. 10.

¹⁵² BANDEIRA, L. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 391-402; 585-95. O autor detalha a atuação dos EUA no recrutamento dos *mujahidin* afegãos desde 1979, por Carter, sob orientação de Zbigniew Brzezinski e apoio da CIA e das petromonarquias. A partir de 1996 os talibãs tornaram-se base de poder dos EUA na região e passaram a ser combatidos apenas após setembro de 2001.

invasão do Iraque; os conflitos no Oriente Médio; o papel das Nações Unidas, especialmente de seu Conselho de Segurança; a não-proliferação de armas; e a segurança regional¹⁵³.

Quer dizer, existem interesses comuns relacionados à contenção da hegemonia dos EUA para conformar um mundo multipolar, no qual os três países apareçam como pólos de poder. O *triângulo estratégico* permitiria, ao mesmo tempo, dissuadir as forças centrífugas que ameaçam estes países, especialmente por meio do que poderia ser chamado de *arco muçulmano*. Este arco separa os três países desde a Chechênia, passando pela Ásia Central, por Bangladesh e Paquistão, incluindo Caxemira, até a China, destacando o Xinjiang.

A visita do presidente russo, Vladimir Putin, à China e à Índia em 2002 e depois do primeiro-ministro indiano Atal Vajpayee à China e à Rússia em junho e posteriormente novembro de 2003 começou a projetar a idéia de um *triângulo estratégico* entre Moscou-Pequim-Nova Delhi. Esta idéia partiu originalmente do primeiro ministro russo Yevgeny Primakov, quando da visita à Índia em 1998. Estava clara a pretensão da Rússia de retomar o poder e a influência internacionais perdidos, sobretudo nos governos Gorbachov e Ieltsin no bojo da desintegração da URSS. Desde 1998, os chanceleres da Rússia, China e Índia têm-se encontrado com certa regularidade, buscando uma articulação política na Eurásia.

A deterioração das relações da Rússia e da China com os EUA, após a Guerra Fria, produziu uma rápida reaproximação sino-russa. Além da defesa de um mundo multipolar e uma ordem mundial anti-hegemônica, há aliança estratégica no âmbito militar, com a China tornando-se o principal cliente da indústria de defesa russa, além do

¹⁵³ PANT, H. 2004, op. cit. p. 319.

incremento do comércio de bens e serviços e da cooperação no setor de energia¹⁵⁴. Os entendimentos do governo chinês com o governo da Rússia para a construção de um gasoduto ligando os dois países (com origem na Rússia)¹⁵⁵, assim como acordos (Tratado Sino-Russo de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa¹⁵⁶) e manobras militares conjuntas revelam uma reaproximação diplomática de alto nível. Aliás, em junho de 2005, China e Rússia assinaram acordo pondo fim à disputa que tinham, desde o fim da Segunda Guerra, sobre 2% dos 4.300 km de fronteira comum. Na verdade, reflete a preocupação sino-russa com a crescente interferência dos EUA nos assuntos domésticos em estados soberanos, por vezes por meio de operações subterrâneas¹⁵⁷ e em outros casos pelo recurso aberto à força. Há o reconhecimento mútuo dos governos de que áreas de soberania ameaçada, como a Chechênia russa e Taiwan e Tibet chineses são parte dos respectivos países.

Sem dúvida “uma política de confrontação com a China corre o risco de isolar a América [EUA] na Ásia”¹⁵⁸ tornando-a mais frágil exatamente onde emergem os desafios de maior envergadura à hegemonia dos EUA. O crescente recurso à força expresso pela política externa dos EUA revela a dificuldade em lidar com o declínio relativo de poder e, ao mesmo tempo, faz com que tal processo se acelere; acelerando e tencionando a transição no sistema mundial.

¹⁵⁴ PANT, H. 2004, op. cit. p. 315

¹⁵⁵ JABBOUR, E. 2006, op. cit. p. 159.

¹⁵⁶ CEPIK, M.; MARTINS, J. 2004, op. cit. p. 43.

¹⁵⁷ CEPIK, M. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 61-2. Segundo o autor operações subterrâneas são ações encobertas promovidas geralmente pelos governos para manipular em seu favor outros atores. Estas envolvem guerras subterrâneas, apoio a golpes de Estado, assassinato de líderes, financiamento de organizações aliadas, etc.

¹⁵⁸ KISSINGER, H. 1997, op. cit. p. 990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A erosão da Guerra Fria e o seu final abriram um ciclo de transição e crise no sistema mundial. A instabilidade gerada é o produto do choque de diferentes interesses e o rearranjo de forças que se digladiam, nesse contexto de transição, para conformar um novo ordenamento mundial. A posição que os novos atores emergentes, e especialmente a China, vêm logrando impõe a redefinição de forças e, possivelmente, o recrudescimento das tensões. Ou seja, a construção dos sistemas regionais de poder, no leito dos processos de multipolarização, gesta conflitos, já que os EUA resistem a ceder espaços de poder, demonstrando um crescente recurso à força.

A evolução recente da política internacional tem demonstrado que a China cada vez mais assume a posição de núcleo geopolítico da Ásia-Pacífico, impulsionando a “asianização” da região, além de projetar crescentemente sua influência para outras regiões do mundo. Assim, o desenvolvimento interno e a projeção internacional de poder do Estado chinês, bem como a reação dos países centrais à sua emergência, indicam ser os elementos determinantes da conformação do novo ordenamento internacional. O que é importante é que “o reerguimento da China vem-se processando fora de esquemas estratégicos dos EUA”¹⁵⁹

É nesse contexto que a Índia pode vir a ser o “fiel da balança” na política internacional, já que pode acelerar o deslocamento do poder dos EUA na Eurásia, com uma triangulação com China e Rússia, ou se tornar uma das mais importantes bases de poder regional dos EUA. Essas triangulações tendem a responder à política externa dos EUA que, por sua vez, tem aumentado as ações unilaterais de força e coerção frente à conjuntura internacional adversa.

¹⁵⁹ OLIVERIA, A. 2003, op. cit. p. 7.

Entretanto, a situação da Índia é muito complexa, devido às oscilações na sua inserção internacional e às contradições internas. A política externa indiana tende a responder ao reordenamento de forças regionais, bem como internacionais, conforme os novos cenários que se abrem, enquanto o país tenta lidar com os contrastes socioeconômicos e étnico-religiosos que perduram na sociedade. As lutas políticas internas e as alterações de rumo fazem da Índia um ator internacional mais imprevisível, apesar da ascensão internacional motivada pelo acelerado crescimento econômico e projeção da sua política externa.

Apesar dos desafios internos e das rivalidades internacionais que a Índia enfrenta, é preciso considerar as aspirações comuns que ela possui com a China. A humilhação colonial, a pretensão de tornar-se um pólo autônomo de poder no sistema mundial, a persistência política pela modernização e desenvolvimento social, o esforço de dissuadir as ameaças separatistas e terroristas domésticas e a manutenção de política externa cooperativa podem conduzir a uma aliança sino-indiana de grande impacto na nova ordem mundial em gestação. De qualquer maneira, Índia e China não necessitam ter padrão de vida próximo ao ocidental para tornarem-se potências, especialmente devido às suas dimensões geográficas (demográficas e territoriais).

A tentativa de reconfiguração da hegemonia dos EUA via imposição, por meio de organismos multilaterais (OMC, FMI e Banco Mundial), da agenda neoliberal vem produzindo profundas fraturas sociopolíticas e apresentando crescente resistência, desde os anos 1990. Assim, os atentados de 11 de setembro deram ao governo dos EUA o pretexto para a alteração da sua política externa, recrudescendo as ações de força propostas no *Project for the New American Century*¹⁶⁰. Em outras palavras, os atentados

¹⁶⁰ BANDEIRA, L. 2005, op. cit. p. 513-14; 571. Projeto elaborado pelos *Falcões* do Pentágono e intelectuais e políticos neoconservadores ligados ao Partido Republicano, entre eles Dick Cheney, Francis

legitimaram uma inserção externa baseada no recurso à força que, por sua vez, obedece a grupos de interesses ligados ao complexo industrial-militar e petrolífero.

Além da tradicional oposição ao Tribunal Penal Internacional, os EUA se recusam a assinar o Protocolo de Kyoto; se retiraram da Conferência da ONU sobre Racismo; se negaram a endossar o Instrumento de Verificação do Protocolo de Armas Biológicas e o Protocolo sobre Minas Terrestres; e romperam o Tratado de Mísseis Anti-Balísticos.

As intervenções recentes no Afeganistão e no Iraque, bem como as ameaças ao Irã explicitam a política de *ataque preventivo* dos EUA sistematizada em setembro de 2002 no documento *The National Security Strategy of the United States of America*. Ao construir um discurso tentando associar combate ao terrorismo, defesa de imperativos morais e segurança contra armas de destruição em massa, a noção de *preemptive attacks* corre o grave risco de implodir a noção de soberania. Isto é, tal opção pode levar à falência do arranjo institucional da ONU, produzindo uma escalada de instabilidade e de violência, ao expor a incapacidade institucional de acomodar novos atores e novas prioridades de acordo com a distribuição de poder no sistema mundial Pós-Guerra Fria.

No plano interno, o protecionismo tem entrado em contradição com o discurso ideológico do livre comércio; isto é, a imposição de barreiras não-tarifárias e subsídios têm contrariado as regulações da OMC e não tem reduzido os déficits

Fukuyama, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, John Bolton, Robert Zoellick, Elliott Abrams, entre outros. Continha o unilateralismo belicista vinculado aos interesses do complexo industrial-militar e do setor petrolífero, tornando-se viável com a vitória de Georg Bush, através da recomendação de aumento dos gastos com defesa e destruição dos regimes hostis aos interesses dos EUA. Esse projeto era uma versão atualizada do *Defense Planning Guidance* elaborado em grande parte por Paul Wolfowitz, em 1992, tendo como principal preocupação a eliminação de um novo rival emergente, além de formular cenários de guerra no Iraque

comerciais norte-americanos. Mas, o que é pior, tem produzido alianças com crescente capacidade de pressão, tal como o G20 liderado pelo Brasil.

Se os EUA continuarem a responder ao desgaste de sua hegemonia abandonando o sistema de segurança coletiva e os organismos multilaterais consagrados no pós-guerra, o resultado deve ser a aceleração da formação de alianças a favor de uma ordem multipolar (anti-hegemônica). A ênfase na *construção* de adversários (estados párias/eixo do mal) pelos EUA tem aumentado os conflitos diplomáticos entre membros da U.E., além de acelerar a conformação de pólos regionais de poder (Brasil, Rússia, China, Irã, Indonésia, África do Sul) com seus mecanismos de integração.

Além dos desafios internacionais, é preciso acompanhar como a China vai responder aos novos desafios internos de uma modernização acelerada, de *novo tipo*, e num cenário internacional de crescente unilateralismo e recurso à força por parte dos EUA. É inegável que vão continuar tentando “chutar a escada”¹⁶¹ pela qual a China está a galgar o desenvolvimento, interrompendo esta transição sem precedentes. É preciso, portanto, acompanhar a evolução desta experiência inédita da *economia socialista de mercado*.

A *economia socialista de mercado* assenta-se, principalmente, em uma *espinha dorsal* estatal e coletiva, voltada à soberania e à segurança do Estado, bem como ao papel dirigente no desenvolvimento econômico. É um setor que controla empresas com forte grau de monopólio e com efeitos notáveis no bem-estar público. Entretanto, em complementação à planificação estatal sobre *controle do poder político*, há a atuação do mercado na orientação das empresas, otimizando a alocação de recursos¹⁶².

¹⁶¹ CHANG, H. 2003, op. cit.

¹⁶² ZEMIN, J. apud LIMA, H.; PEREIRA, D.; CABRAL, S. 1999, op. cit. p. 44.

Todavia, o desenvolvimento e a inserção internacional da China são (e serão) permeados por *profundos* desafios. São desafios relacionados às disparidades de renda, às desigualdades regionais, à questão camponesa, aos problemas ambientais, à corrupção, às disfunções administrativas do aparelho estatal, à construção do sistema político com pressões pluralistas¹⁶³, entre outros¹⁶⁴. A dialética entre *desafios* e *possibilidades* tem sido explorada da melhor forma: se a enorme população rural implica problemas (êxodo rural, gastos públicos, etc.), gera mercado e fonte de mão-de-obra para longo prazo; se o gigantesco consumo de petróleo (2º maior do mundo após superar o Japão) e de recursos naturais gera dependência e conflitos, também aumenta a capacidade de influenciar o cenário internacional.

De qualquer forma, os desafios que se projetam são *inerentes* ao desenvolvimento e à modernização. São ainda mais contraditórios, pois se referem à experiência de aclimação do socialismo no Estado chinês; e os impactos da consolidação política desta experiência são de escopo mundial e de longa duração histórica.

No que diz respeito à China, a novidade surgida da revolução está ainda à procura não só da forma política, mas também do conteúdo econômico-sociais em que deveria encontrar expressão estável. Estamos em presença de um processo de longa duração e em pleno desenvolvimento, o qual já conseguiu resultados extraordinários, mas seus ulteriores desenvolvimentos e seu êxito são totalmente imprevisíveis¹⁶⁵.

¹⁶³ O estudo mais específico do sistema político chinês é uma necessidade que pretendo contribuir no período de doutoramento.

¹⁶⁴ Ver SUKUP, V. 2002, op. cit. e BIJIAN, Z. 2005, op. cit. entre outros.

¹⁶⁵ LOSURDO, D. 2004, op. cit. p. 160.

O século XX representa uma longa e violenta transição marcada por conflitos e tensões, sobretudo na periferia do sistema mundial. É o produto da expansão do capitalismo que engendra a modernização e os conflitos, produzindo forças de revolta contra ele. Nesse sentido, o ciclo de revoluções socialistas iniciado em 1917 representa não a implantação do socialismo, mas o início de um processo de transição do capitalismo ao socialismo. “Este, da mesma forma que a passagem do feudalismo ao capitalismo, não ocorre nos marcos do Estado nacional, mas no plano internacional, com estancamentos, recuos e desvios para, posteriormente, retomar seu curso”¹⁶⁶.

Deve-se acompanhar, portanto, se o desenvolvimento da experiência de *socialismo de mercado* irá apresentar-se como *reprodução* do modelo capitalista ocidental ou, ao contrário, irá apresentar-se como *reelaboração* do mundo moderno, sendo a modernização atual uma estratégia temporária. Neste caso, o socialismo de mercado estaria em um primeiro e longo período de desenvolvimento no seio do capitalismo para depois rejeitar sua casca, como fizera o capitalismo com relação ao feudalismo¹⁶⁷.

Nesse sentido, a China torna-se um ator internacional da maior relevância, pois está-se tornando um Estado-pivô de uma profunda transição. A China tem utilizado sua capacidade comercial, transformando-se em uma “bomba de sucção”, para construir sólidas alianças internacionais que já extravasam sua liderança no processo de “asianização”.

A defesa da multipolaridade pela China pressupõe que a diversificação de atores relevantes implique diminuição tanto das chances de uma aliança em prol de sua

¹⁶⁶ VIZENTINI, P. v. 2, 2004, op. cit. p. 130;150.

¹⁶⁷ AMIN, S. 2006, op. cit. p. 212.

contenção quanto do poder relativo dos EUA¹⁶⁸. A experiência chinesa é, por isso, o contrapeso, tanto às imposições que partem dos EUA, quanto aos desafios para a superação de questões nacionais na periferia. Enquanto os EUA se apresentam como centro financeiro do capitalismo, a China busca brechas para remodelar o sistema mundial pela busca da dianteira produtiva, tecnológica e comercial, assim como da ampliação pela sua atuação diplomática.

A experiência da China é incerta já que está se desenvolvendo sob difíceis condições. É claro que a *economia socialista de mercado* não pressupõe a messiânica dissipação do aparelho estatal, das identidades nacionais e do mercado, mas trata-se de um processo de longa duração visando à eliminação dos traços feudais e da dominação externa legados pelo imperialismo, conformando uma economia continental desenvolvida e soberana.

Para a promoção do desenvolvimento, a China tem contado desde os anos 1950 com laços políticos diretos com os camponeses e uma reforçada burocracia de Estado, em que o governo assume funções administrativas e o partido assume a orientação política, por meio de uma hierarquia separada, mas estreitamente relacionada¹⁶⁹. Assim, o presente da China é parte de uma trajetória de desafios com os quais o país tem se deparado desde o século XIX, tais como a pilhagem ocidental, o imperialismo japonês, a reconstrução nacional, o hegemonismo soviético, o isolamento diplomático e as pressões dos EUA.

Há a crítica que destrói as flores ilusórias para quebrar as correntes reais e uma crítica que, ao contrário, destrói as flores apenas para consolidar as correntes, só

¹⁶⁸ RADTKE, K. 2006, op. cit. p. 131.

¹⁶⁹ SKOCPOL, T. 1979, op. cit. p. 279-292.

para demonstrar a impotência de qualquer tentativa de rompê-las¹⁷⁰. No caso da China, a tentativa de esvaziar o significado de sua experiência histórica de desenvolvimento visa à destruição das flores ilusórias, porém para legitimar, mesmo que de forma sutil, as correntes que nos aprisionam à *velha ordem mundial*. Em outras palavras, a ascensão da China se depara com objetivos internos e internacionais de grande envergadura: de um lado, capacitar o Estado a prover segurança, desenvolvimento e bem-estar para amplo contingente populacional e, de outro, contribuir para a conformação de uma ordem mundial multipolar. Se, de fato, esta ascensão implica significativos custos, estes têm sido inferiores aos custos do unilateralismo que tem imperado na política externa dos EUA nos últimos anos.

¹⁷⁰ LOSURDO, D. *Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Revan, 2006a, p. 237.

BIBLIOGRAFIA

- AHN, Byung-Joon. The rise of China and the future of east asian integration. In: *Asia-Pacific Review*. vol. 11, n° 2, 2004, pp. 18-35.
- ALLEN, Kenneth. China's Foreign Military relations with Asia-Pacific. In: *Jornal of Contemporary China*. 10(29), 2001, pp. 645-62.
- AMIN, Samir. *Os desafios da mundialização*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. A ascensão do Leste Asiático. In: _____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 93-130.
- _____. SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- BANDEIRA, Luiz. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BIJIAN, Zheng. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. In: *Foreing Affairs*, set/out, n° 5, vol. 85, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. O Extremo Oriente. In: *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 159-282.
- BUSAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: the struture of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CABRAL, Severino. A China como alternativa ao neoliberalismo. In: VIZENTINI, Paulo; CARRION, Raul. *Século XXI: Barbárie ou Solidariedade*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, pp. 76-88.
- _____. 1974-2004: Trinta anos de relações Brasil-China. In: JÚNIOR, A.; SANCHEZ, M. (Org.) *Relações Sul-Sul*. São Paulo: Aduaneiras, 20004. pp. 153-171.
- CASTELLS, Manuel. *Fim do Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____; MARTINS, José. *Política Internacional*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada*. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2003.

CHUNG, Chien-peng. The Shanghai Co-operatin Organization: China's changing influence in Central Asia. In: *China Quarterly*. 180, 2004, pp. 989-1009.

DAVIS, Mike. O imperialismo nuclear e dissuasão extensiva. In: THOMPSON, Edward et alli. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 58-97.

DICK, Patrícia. *Parceria estratégica entre Brasil e China*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Relações Internacionais/UFRGS, 2006.

DORNELLES JÚNIOR, Arthur. *A questão de Taiwan*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Relações Internacionais/UFRGS, 2006.

FUNABASHI, Yoichi. A asianização da Ásia. In: *Política Externa*, volume 2, nº4, 1994, pp.15-21.

FIORI, José. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria; FIORI, José. *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 86-147.

GUIMARÃES, César. Envolvimento e ampliação: a política externa dos Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel. *Estados Unidos - visões brasileiras*. Brasília: IPRI; Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, pp. 9-63.

HAESBAERT, Rogério. *China. Entre o Oriente e o Ocidente*. São Paulo: Ática, 1994.

HARRISS, John. Índia: os amargos frutos da ambição grandiosa. In: VIZENTINI; WIESEBRON. *Neohegemonia americana ou multipolaridade?* Porto Alegre: UFRGS, 2006, pp. 198-211.

- HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel. Choque das civilizações? In: *Política Externa*, volume 2, nº4, março/1994. pp.120-141.
- JABBOUR, Elias. *China: infra-estrutura e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- KENNEDY, Paul. Pivotal States and U.S. Strategy. In: *American Foreign Policy*. Annual Editions, 1997-98.
- _____. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.
- LIMA, Haroldo, PEREIRA, Duarte, CABRAL, Severino. *China - 50 anos de República Popular*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.
- LOSURDO, Domenico. *Fuga da História?* Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- _____. *Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- _____. *Liberalismo*. Entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- MADDISON, Agus. La economía mundial - 1820-1992. Análisis y estadísticas. In: *Perspectivas OCDE*. Paris, 1997.
- MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. In: Fiori, J. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 379-411.
- MELLO, Leonel. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- MENGZI, Fu. Mitos e realidades da crise financeira asiática. In: VIZENTINI, Paulo; CARRION, Raul. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp. 63-79.

- OLIVEIRA, Amaury. A crise asiática: mito e realidade. In: VIZENTINI, Paulo; CARRION, Raul. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp. 80-9.
- _____. China-Estados Unidos: concorrentes estratégicos. In: *Política Externa*. vol. 10, nº 4, 2002, pp. 82-93.
- _____. O salto qualitativo de uma economia continental. In: *Política Externa*. vol. 11, nº 4, 2003, pp. 5-13.
- _____. A China busca apoio na Europa. In: *Política Externa*. vol. 13, nº 4, 2005, pp. 57-69.
- _____. Formação de uma economia regional no Leste Asiático. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências/UFSC, 2006.
- OLIVEIRA, Henrique. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. In: *São Paulo em perspectiva*. 16(1), 2002, pp. 114-124.
- PANT, Harsh. The Moscow-Beijing-Delhi ‘Strategic Tringle’: an idea whose time may never come. In: *Security Dialogue*, 35 (3), 2004, pp. 311-28.
- PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos EUA*. Porto Alegre, UFRGS, 2003.
- PINTO, Paulo. *Taiwan – um futuro formoso para a ilha?* Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- _____. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- RANGEL, Ignácio. Revisitando a “questão nacional”. SILVA, José (Org.) *Questão agrária, industrialização e crise urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 175-93.
- RADTKE, Kurt. Leste Asiático em busca da segurança geopolítica (energética). In: VIZENTINI; WIESEBRON. *Neohegemonia americana ou multipolaridade?* Porto Alegre: UFRGS, 2006, pp. 40-138..

- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A construção do socialismo na China*. Brasiliense: São Paulo, 1981.
- SALINAS, Samuel. *O Bando dos Quatro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SCHILLING, Voltaire. *A Revolução da China: Colonialismo, Maoismo e Revisionismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- SHAMBAUGH, David. China Engages Asia. In: *International Security*. vol. 29, nº 3, 2005, pp. 64-99.
- SIDHU, Waheguru; YUAN, Jing-dong. *China and India: cooperation or conflict?* New Delhi: India Research Press, 2003.
- SWAINE, Michal; TELLIS, Ashley. *Interpreting Chinas's grand strategy: past, present and future*. Santa Monica: RAND, 2000.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais*. Análise comparativa de França, Rússia e China. Lisboa: Presença, 1979
- SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol. 45, nº 2, 2002, pp. 82-113.
- TAVARES, Maria; MELIN, Luiz. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria; FIORI, José. *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 55-86.
- TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: Fiori, José (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 155-90.
- TODD, Emmanuel. *Depois do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIZENTINI, Paulo; RODRIGUES, Gabriela. *O dragão chinês e os tigres asiáticos*.

Porto Alegre: Novo Século, 2000.

_____. *Oriente Médio e Afeganistão*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2000.

_____. *Geopolítica e conflitos contemporâneos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003-4-5, 3 vol.